



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

JESSICA REBOUÇAS SANTOS

**O DIREITO A TER DIREITOS: A CONSTRUÇÃO CURRICULAR DA ELETIVA DE
DIREITOS HUMANOS E O DESENVOLVIMENTO DE UM GUIA PEDAGÓGICA
PARA PROFESSORES QUE DEBATEM DIREITOS HUMANOS**

FORTALEZA

2025

JESSICA REBOUÇAS SANTOS

O DIREITO A TER DIREITOS: A CONSTRUÇÃO CURRICULAR DA ELETIVA DE
DIREITOS HUMANOS E O DESENVOLVIMENTO DE UM GUIA PEDAGÓGICO PARA
PROFESSORES QUE DEBATEM DIREITOS HUMANOS

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional de Sociologia em Rede Nacional
da Universidade Federal Do Ceará, como
requisito parcial para a obtenção do Título de
Mestre em Sociologia. Área: Ensino de
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Willams
Ribeiro Lopes

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S235d Santos, Jessica Rebouças.

O direito a ter direitos: : a construção curricular da eletiva de direitos humanos e o desenvolvimento de um guia pedagógico para professores que debatem direitos humanos / Jessica Rebouças Santos. – 2025.
154 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Willams Ribeiro Lopes.

1. Educação em direitos humanos. 2. Guia pedagógico. 3. Formação docente. I. Título.

CDD 301

JESSICA REBOUÇAS SANTOS

O DIREITO A TER DIREITOS: A CONSTRUÇÃO CURRICULAR DA ELETIVA DE DIREITOS HUMANOS E O DESENVOLVIMENTO DE UM GUIA PEDAGÓGICA PARA PROFESSORES QUE DEBATEM DIREITOS HUMANOS.

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal Do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área: Ensino de Sociologia.

Aprovada em: 06/08/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Willams Ribeiro Lopes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra.^a Marcela de Oliveira Nunes
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Alexandre Jeronimo Correia Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

O presente trabalho explorou os desafios e potencialidades de uma Componente Curricular Eletiva designada Direitos Humanos e Cidadania no contexto escolar, narrando a experiência de ministrar a Eletiva em escolas estaduais do Ceará. A pesquisa partiu de uma análise crítica sobre a forma como a Eletiva de Direitos Humanos e Cidadania foi incorporada aos currículos escolares, considerando aspectos como a escassez de recursos didáticos, a carência de formação continuada e as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de planejamento e execução das aulas. Nesse percurso, investigaram-se também as confluências entre Sociologia, Educação e Direitos Humanos, além dos marcos regulatórios nacionais, incluindo o Programa Nacional de Direitos Humanos, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais. O trabalho incorporou ainda uma análise preliminar dos livros didáticos de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018, com o objetivo de compreender como os direitos humanos foram abordados nesses materiais. Por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes que lecionaram ou haviam lecionado a eletiva, aprofundou-se nas práticas pedagógicas existentes e nas percepções dos educadores sobre o ensino de direitos humanos. Fundamentado em teorias como as de Boaventura de Sousa Santos, Norberto Bobbio e Paulo Freire, além de documentos oficiais, o estudo examinou as contradições impostas pelas políticas neoliberais à organização curricular e culminou na proposta de um guia pedagógico intitulado O Direito a Ter Direitos – Guia Pedagógico para Professores que Debatem Direitos Humanos, que sistematizou estratégias pedagógicas e práticas educativas voltadas para o fortalecimento da Eletiva de Direitos Humanos nas escolas públicas estaduais. O trabalho não apenas evidenciou os desafios, mas também buscou contribuir para a ampliação das possibilidades de ensino dessa Eletiva, reforçando o papel transformador e inclusivo do debate sobre direitos humanos no ambiente escolar.

Palavras-chave: direitos humanos; guia pedagógico; educação emancipatória; formação docente; políticas educacionais.

RESUMEN

El presente trabajo exploró los desafíos y las potencialidades de un Componente Curricular Electivo denominado Derechos Humanos y Ciudadanía en el contexto escolar, narrando la experiencia de su impartición en escuelas estatales de Ceará, Brasil. La investigación partió de un análisis crítico sobre la forma en que la Electiva de Derechos Humanos y Ciudadanía fue incorporada a los planes de estudio, considerando aspectos como la escasez de recursos didácticos, la carencia de formación continua y las dificultades enfrentadas por los docentes en el proceso de planificación y ejecución de las clases. En este recorrido se investigaron también las confluencias entre Sociología, Educación y Derechos Humanos, así como los marcos normativos nacionales, incluyendo el Programa Nacional de Derechos Humanos, el Plan Nacional de Educación en Derechos Humanos, la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y las Directrices Curriculares Nacionales. El estudio incorporó además un análisis específico de los libros de texto de Sociología aprobados en el Programa Nacional del Libro Didáctico (PNLD) de 2018, con el objetivo de comprender cómo se abordaron los derechos humanos en dichos materiales. A través de entrevistas semiestructuradas con docentes que impartieron o habían impartido la electiva, se profundizó en las prácticas pedagógicas existentes y en las percepciones de los educadores sobre la enseñanza de los derechos humanos. Fundamentado en teorías de autores como Boaventura de Sousa Santos, Norberto Bobbio y Paulo Freire, además de documentos oficiales, el estudio examinó las contradicciones impuestas por las políticas neoliberales a la organización curricular y culminó en la propuesta de un manual pedagógico titulado *El Derecho a Tener Derechos – Guía Pedagógica para Profesores que Debaten Derechos Humanos*, que sistematizó estrategias pedagógicas y prácticas educativas orientadas al fortalecimiento de la electiva en las escuelas públicas estatales. El trabajo no solo evidenció los desafíos, sino que también buscó contribuir a la ampliación de las posibilidades de enseñanza de esta electiva, reforzando el papel transformador e inclusivo del debate sobre derechos humanos en el ámbito escolar.

Palabras clave: derechos humanos; guía pedagógica; educación emancipadora; formación docente; políticas educativas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA: ENCRUZILHADAS E POSSIBILIDADES	18
2.1	Construção histórica dos Direitos Humanos	15
2.2	O Currículo como uma relação de poder e a perspectiva da Educação em Direitos Humanos	20
2.3	Marcos Regulatórios Nacionais: Programa Nacional de Direitos Humanos, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Diretrizes Curriculares Nacionais.....	24
2.4	Uma análise preliminar dos livros de sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018 e suas relações com os Direitos Humanos..	33
2.5	Confluência entre Educação, Sociologia e Direitos Humanos.....	36
3	AS DISPUTAS CURRICULARES NA POLÍTICA EDUCACIONAL NO CEARÁ.....	39
3.1	O passado é uma roupa que não nos serve mais - novos nomes para velhos projetos educacionais.....	41
3.2	A construção das eletivas no currículo escolar cearense e o contexto de consolidação da eletiva de Direitos Humanos.....	43
3.3	Contra-atacar - como a garantia da educação em direitos humanos enfrenta a lógica neoliberal	47
4	A CABEÇA PENSA ONDE OS PÉS PISAM: A EXPERIÊNCIA DIDÁTICA NAS ELETIVAS DE DIREITOS HUMANOS.....	50
4.1	Experienciando a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania.....	51
4.2	Entrevista com os professores.....	77
4.2.1	<i>Entrevista com Paulo (Entrevistado 1).....</i>	<i>79</i>
4.2.2	<i>Entrevista com Milton (Entrevistado 2).....</i>	<i>80</i>
4.2.3	<i>Entrevista com Florestan (Entrevistado 3).....</i>	<i>82</i>
4.2.4	<i>Entrevista com Clóvis (Entrevistado 4).....</i>	<i>83</i>

4.2.5	<i>Entrevista com Maria (Entrevistada 5).....</i>	84
5	GUIA PEDAGÓGICO O DIREITO A TER DIREITOS - INICIANDO O DEBATE EDUCACIONAL EM DIREITOS HUMANOS.....	89
6	REFLEXÕES SOBRE A ELETIVA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.....	91
	REFERÊNCIAS.....	93
	APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	96
	APÊNDICE B - GUIA PEDAGÓGICO O DIREITO A TER DIREITOS...	101

1 INTRODUÇÃO

Para Arendt (1951), a expressão "o direito a ter direitos" representa a ideia de que os direitos humanos não são apenas um conjunto de leis ou normas, mas sim uma condição prévia para a própria humanidade. Ela argumenta que, sem o reconhecimento e a garantia desses direitos básicos, os indivíduos se tornam vulneráveis à opressão e à tirania, enfatizando, dessa forma, a importância de reconhecer e proteger os direitos humanos como condição essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática. Paulo Freire, também reafirma essa condição:


Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue à liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser (Freire, 1994, p. 192).

Essas reflexões servem de ponto de partida para compreender que a efetivação dos direitos humanos depende não apenas de sua previsão legal, mas também de processos educativos que promovam sua compreensão, valorização e exercício. Neste sentido, é importante diferenciar Direitos Humanos de Educação em Direitos Humanos (EDH). Enquanto os primeiros se referem ao conjunto de princípios, normas e valores que reconhecem e protegem a dignidade e a igualdade de todas as pessoas, a Educação em Direitos Humanos consiste em um campo pedagógico e político voltado à formação crítica e cidadã, visando promover a compreensão, a internalização e a prática desses direitos no cotidiano (PNEDH, 2007). Está pesquisa portanto não se limita a descrever os direitos humanos, mas se insere no campo da EDH, investigando estratégias, conteúdos e práticas para sua abordagem no ambiente escolar, especialmente no Ensino Médio.

Dessa forma, este trabalho buscou investigar os debates teóricos sobre educação, sociologia, direitos humanos e educação em direitos humanos, articulando essas perspectivas ao processo de reflexão, elaboração e execução da Eletiva de Direitos Humanos e Cidadania. As eletivas são componentes curriculares optativas previstas na parte flexível do currículo, no Ceará as eletivas foram criadas no processo de integralização das escolas estaduais e incorporadas definitivamente com a implementação do novo ensino médio. Sem escamotear as polêmicas relativas ao projeto educacional brasileiro, essa pesquisa reflete e visa contribuir para a prática docente nas eletivas das escolas estaduais do Ceará, especificamente, no processo de ensino-aprendizagem nas eletivas com temáticas de direitos humanos.

O Catálogo de componentes eletivos¹, disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, apresenta a parte flexível do currículo. A partir de 2021, esse catálogo passou a incluir, na área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a Eletiva de Direitos Humanos e Cidadania (CHS013), consolidando sua inserção oficial como uma possibilidade curricular no âmbito das escolas públicas estaduais.

Figura 1 – Catálogo de Componentes Eletivos 2021: Eletiva de Direitos Humanos e Cidadania

ELETIVA	
 CIÊNCIAS HUMANAS	TÍTULO DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
CÓDIGO CHS013	COMPONENTES CURRICULARES SOCIOLOGIA, HISTÓRIA
EIXO ESTRUTURANTE - BNCC INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	DURAÇÃO 40H/A
OBJETIVOS DA ELETIVA	JUSTIFICATIVA
OBJETIVO GERAL: Analisar como o Direito Brasileiro incorpora os instrumentos internacionais de proteção dos Direitos Humanos, bem como em que sentido estes instrumentos são capazes de fortalecer o constitucionalismo de direitos e, por conseguinte, a cidadania no país. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Fortalecer o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais. Desenvolver plenamente a personalidade humana e o sentido da dignidade do ser humano. Facilitar a participação efetiva de todas as pessoas numa sociedade livre e democrática na qual impede o Estado de Direito. Promover a compreensão, a tolerância, a igualdade entre os sexos e a amizade entre todas as nações.	A cidadania e os Direitos Humanos motiva a repensar um modelo curricular que além de trabalhar as relações e os valores possibilita os estudos posteriores e o mundo do trabalho. Entendemos que a vida em cidadania vai além de se ter direitos e deveres. Assim, a eletiva é importante para a constituição do projeto de vida do estudante. Portanto, exercer a cidadania é ter consciência dos seus direitos e obrigações, garantindo que estes sejam colocados em prática, com respeito a natureza, aos outros e as diferenças.
OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM
Potencial crítico e participativo. Leitura e letramento. Fatos de textos com experiências pessoais. Textos e o conhecimentos prévios de vivências. Textos do ponto de vista do leitor. Análise social do mundo atual. Relações lógicas que se estabelecem entre a leitura e o cotidiano do aluno. Relações cotidianas em sala de aula. A cultura local e suas dinâmicas. Definições de cidadania e respeito ao próximo; O multiculturalismo existente no país e sua dinâmica.	COMPETÊNCIAS: Analisar os fundamentos e concepções de direitos humanos, cidadania e democracia. HABILIDADES: Compreender e interpretar textos escritos que circulam na sociedade. Conhecer a relação entre Direitos Humanos e Educação.
RECURSOS DIDÁTICOS	REFERÊNCIAS
Computadores do laboratório de informática. Recurso audiovisuais. Livros, jornais, revistas. Textos sobre o assunto de direitos humanos. Estatuto das Crianças e do Adolescente - ECA.	BELTRAMELLI NETO, Silvio. Direitos humanos. Salvador: Juspodivm, 2014. BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. 10ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. BRANDÃO, Claudio; GAUER, Ruth. Notas críticas ao nascimento conceitual dos direitos humanos. Revista Brasileira de Estudos Políticos. N.110. 2015. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. [S.l.:s.n.], 2001. CARVALHO, José Sérgio [org.] Educação, cidadania e DH. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo: Cortez & Moraes, 1976.
AValiação	SUGESTÃO PRODUTO FINAL / CULMINÂNCIA
Participação em aula. Atividades em sala de aula. Realização de oficinas e seminários. Apresentação das ideias em roda de conversa. Apresentação de trabalhos na culminância.	Apresentação de seminários no final de cada semestre com a participação de todos os estudantes envolvidos e o núcleo gestor.
OBSERVAÇÕES	
Abordar sempre que necessário, temáticas atuais envolvendo os direitos humanos e cidadania.	

Fonte: Secretaria da Educação do Ceará, 2021

¹ O Catálogo de Componentes Eletivos, disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, reúne informações sobre as disciplinas eletivas ofertadas no estado, incluindo "Direitos Humanos e Cidadania" (CHS013). Esse catálogo busca integrar temas de diversas áreas do conhecimento. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/03/catalogo_eletivas_2021_final.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024

Apesar de reconhecer a importância da inclusão da Eletiva de Direitos Humanos e Cidadania (CHS013) no Catálogo de Componentes Eletivos de 2021, a ementa apresentada no catálogo é insuficiente, pois não contém elementos essenciais para orientar sua implementação de forma consistente. O texto é excessivamente amplo e descritivo, limitando-se a indicar temas gerais, sem explicitar objetivos formativos, temáticas a serem desenvolvidas ou critérios claros de avaliação. Existe uma ausência de um encadeamento progressivo de conteúdos, de estratégias metodológicas diversificadas e de indicações de recursos didáticos que favoreçam a participação dos estudantes. Além disso, não há referências a contextos locais, questões contemporâneas ou articulação interdisciplinar, aspectos fundamentais para que o componente dialogue com a realidade sociocultural dos alunos e fortaleça uma educação em direitos humanos de caráter crítico e emancipatório. Essa lacuna deixa a cargo de cada docente a tarefa de preencher, de forma isolada, as múltiplas indefinições deixadas pelo documento oficial.

Vale destacar que a inserção dos direitos humanos nos espaços escolares enfrenta resistências cada vez mais evidentes em um contexto de avanço de projetos conservadores no Brasil. Esse fenômeno não ocorre de forma isolada, mas se insere em um movimento mais amplo de reconfiguração das disputas ideológicas na esfera pública, no qual os direitos humanos são frequentemente alvos de deslegitimação. Na narrativa desses grupos, os direitos humanos passam a ser tratados como sinônimos de “proteção de bandidos” ou como expressão de ideologias “subversivas”, produzindo uma criminalização simbólica que atinge tanto os educadores quanto os próprios conteúdos escolares (Pinto, 2017; Sousa Santos, 2016).

Portanto, este trabalho tem como objetivo principal a construção de um material didático, no formato de guia pedagógica, destinado a professores, para o desenvolvimento da temática dos direitos humanos. O material reunirá uma curadoria de conteúdos, metodologias, temas e recursos didáticos. Busca-se, assim, potencializar as práticas pedagógicas e contribuir para o fortalecimento de uma educação crítica e emancipatória. Essa proposta surge em resposta às dificuldades frequentemente enfrentadas pelos professores, como a carência de materiais pedagógicos específicos, a ausência de disciplinas de direitos humanos na formação inicial e a falta de formação continuada para tratar da temática, aspectos que ainda desafiam a consolidação de uma educação comprometida com a promoção dos direitos humanos.

De modo geral, os professores de nível médio enfrentam uma série de dificuldades na formulação de conteúdos e materiais para as eletivas. Essa problemática pode ser analisada sob diversas perspectivas: por exemplo, a elaboração de um currículo para qualquer componente curricular eletiva precisa contemplar objetivos específicos, o que demanda conhecimento das diretrizes educacionais. Outro aspecto relevante é a questão dos recursos didáticos. A insuficiência de materiais adequados e a falta de formação específica para a atuação com determinadas temáticas podem comprometer a qualidade do ensino. Muitas vezes, os professores precisam recorrer a fontes externas ou desenvolver materiais próprios, o que pode ser um processo demorado e oneroso para os profissionais de educação. No meu caso, sou formada em Licenciatura em Geografia, e qualquer professor da área de Ciências Humanas pode assumir a eletiva de direitos humanos e cidadania. Durante minha graduação, entretanto, não tive formação específica voltada para o desenvolvimento e condução dessa disciplina, o que evidencia a necessidade de autonomia, pesquisa e criação de materiais próprios para a prática docente.

Vale destacar que no processo de pesquisa deste trabalho foram encontrados materiais relevantes elaborados pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) que podem contribuir para o processo reflexivo de elaboração da componente curricular eletiva de Direitos Humanos e Cidadania. No próprio catálogo das eletivas existe uma proposta de ementa da disciplina com temáticas a serem trabalhadas e uma bibliografia que os professores podem utilizar para nortear o processo de construção dos seus planejamentos. Outras publicações da SEDUC como os “Olhares Plurais na Escola: Dialogando sobre Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade”² e “Gênero e sexualidade: que babado é esse?”³, podem auxiliar no apoio pedagógico, oferecendo subsídios para a promoção de uma educação inclusiva e democrática. Entretanto, observa-se que tais materiais não circulam de forma

² A publicação "Olhares Plurais na Escola: Dialogando sobre Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade" é de autoria de Silvia Maria Vieira dos Santos e Jarles Lopes de Medeiros, publicada pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc) em 2022. O livro fomenta a valorização da diversidade e a promoção de uma educação inclusiva. O material aborda temas como igualdade de gênero, combate à discriminação e respeito às diferenças no ambiente escolar. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zzuPwG1W6ukMn-NlUo73NzcSUK2-pVa2/view?usp=sharing>. Acesso em: 25 nov. 2024.

³ A cartilha “Gênero e Sexualidade: Que Babado é Esse?”, elaborada por Silvia Maria Vieira dos Santos e Jarles Lopes de Medeiros, foi publicada em 2022 pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc). Este material pedagógico visa promover discussões sobre educação em direitos humanos, gênero e sexualidade, oferecendo suporte para professoras(es) na construção de uma escola inclusiva e equitativa. A cartilha está disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12CZaurIWsjqZD9jZ8pih0CJEVK05JwLO/view?usp=sharing>. Acesso em: 25 nov. 2024.

ampla nem fomentam, de modo consistente, o debate e a reflexão nas escolas, o que limita seu potencial transformador.

Cabe evidenciar ainda que os livros de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018 também abordam, em maior ou menor grau, a temática dos direitos humanos. Embora apenas a obra Sociologia em Movimento (Editora Moderna) dedique um capítulo específico ao tema, as demais livros: Sociologia (Editora Scipione), Sociologia Hoje (Editora Ática), Sociologia para Jovens do Século XXI (Editora Imperial Novo Milênio) e Tempos Modernos, Tempos de Sociologia (Editora do Brasil), trazem o tema de forma transversal, incorporando-o em discussões sobre cidadania, democracia, movimentos sociais e diversidade cultural. Esses materiais, quando devidamente articulados às propostas pedagógicas e às demandas locais, podem servir como importante suporte para a estruturação da eletiva de direitos humanos e cidadania, enriquecendo o planejamento das aulas e possibilitando uma abordagem crítica e contextualizada dos direitos humanos no ambiente escolar.

No entanto, ao ministrar a eletiva de direitos humanos e cidadania nos anos de 2022, 2023 e 2024, experienciei dificuldades na prática docente, o percurso de construção da eletiva foi permeado por diversas dificuldades, encontros, contradições e achados pertinentes. Portanto, é crucial que a pesquisa acadêmica e as universidades, especialmente nas áreas de educação e sociologia, se dediquem a explorar essa temática, pois essa contribuição pode oferecer alternativas aos professores que consideram a eletiva fundamental, mas sentem que não têm o domínio necessário para planejar suas aulas de maneira adequada.

Dessa forma, estar experienciando a pesquisa acadêmica simultaneamente à prática pedagógica de ministrar a eletiva de direitos humanos possibilitou encontrar caminhos nessas bifurcações. Dessa forma, surge a proposta de criação de um material didático que abre possibilidades para a construção pedagógica voltados ao ensino da eletiva, com base em pesquisas bibliográficas e nas vivências concretas do cotidiano escolar, tanto minhas quanto de outros docentes. Esse guia pedagógico visa portanto ampliar as possibilidades de práticas educacionais mais inclusivas, críticas e reflexivas, fortalecendo o compromisso da escola com uma formação cidadã pautada nos princípios dos direitos humanos.

Por consequência, o objetivo deste trabalho é refletir sobre como a disciplina eletiva de direitos humanos nas escolas estaduais do Ceará é desenvolvida e contribuir com o debate de consolidação da disciplina produzindo um material didático que auxilie os professores no

planejamento e construção das aulas. Além desse elemento central compreende-se como objetivos específicos:

1. Investigar o contexto de implementação das eletivas nas escolas estaduais do Ceará.
2. Identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores ao ministrar a eletiva de direitos humanos.
3. Analisar experiências bem-sucedidas de ensino de direitos humanos em outras localidades ou instituições.
4. Desenvolver um material didático que incluirá uma curadoria de propostas pedagógicas e sugestões dos professores entrevistados ao longo da pesquisa, para auxiliar no processo de elaboração de aulas sobre direitos humanos.

O material didático desenvolvido por meio dessa pesquisa deve servir como um suporte ao trabalho dos professores, a ideia do material é fornecer conteúdos e recursos para apoiar o ensino. Assim como apresentar uma curadoria de conteúdos, metodologias, temas e recursos didáticos, fundamentados nas contribuições e sugestões dos professores entrevistados ao longo da pesquisa. No entanto, seu papel complementar é fundamental para permitir que os professores exerçam sua pesquisa, criatividade e desenvolvimento pedagógico. Ao reconhecer essa complementaridade, valoriza-se não apenas o papel do material didático, mas também a importância insubstituível do professor na formação acadêmica e pessoal dos estudantes.

Algumas questões orientaram o processo de pesquisa, inicialmente foi importante investigar como os direitos humanos são atualmente integrados nos currículos escolares, considerando a adequação das abordagens pedagógicas e o suporte institucional disponível. Esse processo tenta examinar como esses temas são percebidos e assimilados por professores e alunos, identificando tanto os desafios enfrentados quanto às potencialidades para fortalecer a temática de direitos humanos nas escolas.

Posteriormente, houve o desafio de questionar e pesquisar sobre o processo de planejamento dos professores para as aulas de direitos humanos. Isso envolve examinar as dificuldades enfrentadas pelos educadores, a escassez de recursos educacionais adequados e a falta de formação inicial e continuada específica nessa área. Compreender esses desafios permitirá desenvolver um material didático que não apenas ofereça orientações teóricas, mas também inspire os professores a conduzir discussões inclusivas em sala de aula. Ao abordar essas questões o material didático tem como objetivo promover um ambiente escolar que valorize e promova ativamente os princípios fundamentais de dignidade, igualdade e respeito

pelos direitos humanos. Absorvendo inclusive experiências exitosas dos professores entrevistados nesse material didático que será produzido.

Para elaborar esse trabalho inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica para contextualizar teoricamente o tema. Além disso, foi realizada uma análise de documentos oficiais, tendo em vista que a inclusão da temática de direitos humanos na educação formal no Brasil é fruto de uma luta histórica dos movimentos sociais, e, ao longo das últimas décadas, é possível observar avanços significativos nesse campo. Dessa forma, esse estudo foi fundamentado em teorias que destacam a importância da educação em direitos humanos, incluindo a abordagem crítica de Paulo Freire. Também serão utilizadas como referências na temática dos direitos humanos os trabalhos de Bobbio (1992), Comparato (2003), Durkheim (1975), Santos (1996) e Benevides (2005).

Além disso, o estudo considerou documentos diversos que orientam e transversalizam a temática de Direitos Humanos no espaço escolar, cada um com seu papel específico. Documentos como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e outras normativas específicas, que definem e orientam as práticas pedagógicas nas escolas foram avaliados para compreender como os direitos humanos são atualmente abordados nas escolas estaduais do Ceará.

Além da pesquisa bibliográfica e da análise documental, optou-se por investigar materiais didáticos com foco nos direitos humanos, considerando que o livro didático exerce papel central no processo de ensino-aprendizagem, funcionando como referência para os professores e influenciando diretamente a construção de saberes (Apple, 2006). Essa escolha se justifica pela importância de compreender de que forma os direitos humanos são apresentados e problematizados nas obras escolares de sociologia, reconhecendo que tais materiais não são neutros, mas carregam concepções de mundo, valores sociais e representações culturais (Bartz, 2002).

Investigar os materiais didáticos possibilitou identificar lacunas, potencialidades e limitações na abordagem da temática, permitindo, assim, subsidiar a prática pedagógica e a construção de propostas de ensino mais críticas e contextualizadas. Além disso, ao analisar os livros didáticos, busca-se compreender como as orientações das políticas públicas educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), são incorporadas na prática escolar, evidenciando as tensões entre o discurso normativo e sua materialização concreta no cotidiano das escolas.

Em seguida, ocorreu entrevistas semiestruturadas, como principal instrumento de coleta de dados, considerando que tal metodologia permite compreender as experiências, interpretações e práticas dos docentes em relação ao tema. As entrevistas ocorreram entre novembro e dezembro de 2024 e julho de 2025, com duração média de uma hora, e contaram com a participação de quatro professores e uma professora da área de ciências humanas que já ministraram ou ministram a eletiva de direitos humanos e cidadania em escolas da rede estadual.

Essa metodologia de entrevistas semiestruturadas, é geralmente utilizada em pesquisas qualitativas, destaca-se por sua capacidade de aprofundar a compreensão de experiências e percepções individuais. Com base em um roteiro previamente elaborado, as entrevistas semi-estruturadas oferecem ao pesquisador a possibilidade de conduzir a coleta de dados, mantendo a flexibilidade necessária para explorar temas emergentes a partir das respostas dos participantes, enriquecendo, assim, o processo de investigação (Minayo, 2009).

O objetivo das entrevistas foi explorar suas percepções, desafios e experiências específicas no ensino da eletiva. Essa abordagem metodológica visa capturar uma visão abrangente das práticas educacionais existentes e das necessidades dos professores, contribuindo para o desenvolvimento de um material didático que seja relevante e alinhado às demandas e realidades locais dos professores.

É importante destacar que este trabalho está estruturado em cinco capítulos, de modo a apresentar de forma articulada os objetivos, a justificativa, a problemática, a fundamentação teórica, as análises e a produção de um guia pedagógica destinada a professores que desejam lecionar a eletiva de direitos humanos e cidadania ou querem trabalhar a temática de direitos humanos. O primeiro capítulo consiste na “Introdução”, em que são explicitados os objetivos, a relevância do estudo, a justificativa da pesquisa e a delimitação do problema, além de uma visão geral da proposta de investigação.

O segundo capítulo, intitulado "Direitos Humanos, Educação e Sociologia: Encruzilhadas e Possibilidades", mergulha na construção histórica dos direitos humanos, analisando suas raízes e transformações ao longo do tempo, enquanto explora a intrínseca relação entre currículo e poder. O capítulo busca desvelar como as dinâmicas de poder moldam práticas curriculares, de modo geral, reforçando ou desafiando as desigualdades sociais. Além disso, examina marcos regulatórios fundamentais, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, destacando seu papel como norteador de políticas educacionais inclusivas e emancipadoras. Ainda nesse capítulo, é apresentada a análise

preliminar dos livros didáticos de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018, com o objetivo de compreender como os direitos humanos são trabalhados nesses materiais, evidenciando suas potencialidades e limitações na formação cidadã dos estudantes. Por fim, o capítulo ressalta a poderosa convergência entre sociologia e direitos humanos, enfatizando a relevância dessa integração no contexto escolar.

O terceiro capítulo, intitulado "As Disputas Curriculares na Política Educacional no Ceará", investigará de forma crítica os impactos do neoliberalismo na educação, destacando suas implicações para a organização curricular e a origem das eletivas. Neste contexto, será analisada a implementação da eletiva de direitos humanos nas escolas estaduais, considerando-a como um espaço de resistência em meio às contradições de uma política educacional frequentemente pautada por interesses mercadológicos. O capítulo discutirá os desafios enfrentados por essas eletivas, evidenciando como antigos projetos educacionais são reconfigurados sob novas nomenclaturas, muitas vezes comprometendo sua essência transformadora. Ao trazer à tona essas tensões, busca-se refletir sobre o papel da eletiva de direitos humanos como um contraponto ao modelo neoliberal, reafirmando a escola como um espaço para a formação crítica e emancipatória.

O quarto capítulo, intitulado "A Cabeça Pensa Onde os Pés Pisam: A Experiência das Eletivas de Direitos Humanos", traz um relato reflexivo e crítico sobre minha vivência ao ministrar a eletiva, contextualizando os desafios e aprendizagens dessa experiência. Neste capítulo, também será apresentada a metodologia da pesquisa, ancorada em uma abordagem qualitativa que utiliza entrevistas semiestruturadas com professores como principal ferramenta de investigação. Essa estratégia permitiu captar as experiências e percepções dos docentes envolvidos na eletiva, lançando luz sobre os desafios e potencialidades da eletiva de direitos humanos no contexto escolar. O capítulo enfatiza a centralidade das vivências práticas como instrumentos para a construção curricular da eletiva.

O quinto capítulo, intitulado "Guia Pedagógico: O Direito a Ter Direitos: Guia Pedagógico para Professores que Debatem Direitos Humanos", apresentará um guia que sistematiza estratégias pedagógicas, recursos didáticos e práticas educativas voltadas para o ensino de direitos humanos. Essa curadoria, fundamentada nas contribuições dos professores entrevistados, reunirá possibilidades pedagógicas que possam inspirar e orientar educadores na escolha e implementação de eletivas sobre direitos humanos em suas escolas e também pode auxiliar professores que queiram debater sobre direitos humanos de forma transversal em suas respectivas áreas de conhecimentos. Este guia será um convite ao debate e à reflexão

crítica, destacando a relevância de inserir os direitos humanos como eixo central na formação escolar.

2 DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA: ENCRUZILHADAS E CONFLUÊNCIAS

A relação entre educação e direitos humanos constitui um campo de estudo essencial e multidisciplinar, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao longo da história, a educação tem sido um instrumento central tanto para a afirmação quanto para a violação dos direitos humanos, reproduzindo, em muitos casos, as estruturas de poder e as desigualdades sociais vigentes. O objetivo deste capítulo é, portanto, debater as confluências entre esses campos: educação, sociologia e os direitos humanos. Ao refletir sobre essa inter-relação, é possível compreender os desafios e as possibilidades que surgem na busca por uma educação emancipatória, inclusiva e orientada pela promoção dos direitos humanos, considerando tanto as potencialidades quanto às limitações do sistema educacional na efetivação desses direitos.

O primeiro tópico do capítulo faz um resgate da construção histórica dos direitos humanos, ressaltando os avanços e retrocessos ao longo do tempo. Depois é investigado o currículo escolar como um campo de disputa de poder, argumentando a favor de uma perspectiva que incorpore os direitos humanos como eixo estruturante. Em seguida, é analisado os marcos regulatórios nacionais que orientam a presença dos direitos humanos na educação brasileira, como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), destacando suas contribuições e limites para a efetivação de uma formação crítica. No tópico seguinte será realizada uma análise preliminar dos livros de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018, com o objetivo de identificar como (e se) os direitos humanos são abordados nesses materiais didáticos, observando tanto a presença explícita de conteúdos quanto às ausências que se revelam importantes no contexto atual de disputas ideológicas em torno da educação. Por fim, será abordada a confluência entre sociologia e direitos humanos, apontando caminhos para uma educação crítica e transformadora.

Os direitos humanos podem ser compreendidos enquanto princípios universais e inalienáveis, Comparato (2003) reforça que a inalienabilidade dos direitos humanos reside no fato de que eles não podem ser renunciados nem transferidos, por serem intrínsecos à própria existência humana. Dessa forma, a educação é um dos principais espaços de debate e proposição de conhecimento sobre os direitos humanos. Nesse sentido, a educação não se

limita a ser apenas um meio de transmissão de conteúdos, mas configura-se também como um campo de disputa ideológica, onde as relações de poder são constantemente negociadas e reconfiguradas (Foucault, 1987). Assim, a educação pode ser uma ferramenta importante para a promoção e a efetivação desses direitos, ao mesmo tempo em que representa um espaço em que os direitos humanos podem ser negados, distorcidos ou desrespeitados, dependendo da natureza do currículo e das práticas pedagógicas adotadas (Freire, 2005; Santos, 2018).

A educação pode ser utilizada como um instrumento de opressão, principalmente por meio da imposição de um currículo hegemônico que marginaliza culturas, saberes e direitos de grupos historicamente discriminados, como mulheres, negros, indígenas e populações em situação de vulnerabilidade (Apple, 2006; Hooks, 2013). Por outro lado, a educação pode se constituir como prática emancipatória, entendida como aquela que promove a autonomia, a consciência crítica e a capacidade de ação dos indivíduos frente às estruturas sociais de poder. Freire (2005) enfatiza que a educação deve partir da realidade concreta dos oprimidos para se tornar uma prática da liberdade, capaz de transformar as relações sociais e promover a justiça.

Nesse sentido, bell hooks (2013) amplia essa perspectiva ao afirmar que a educação emancipatória não se restringe à sala de aula, mas deve considerar as experiências concretas de opressão ligadas à raça, ao gênero e à classe social, promovendo uma pedagogia engajada e inclusiva. Assim, o currículo escolar assume uma função central, pois, quando estruturado a partir de uma perspectiva de direitos humanos e justiça social, pode fomentar uma educação que valoriza a dignidade, a liberdade, a igualdade e o respeito à diversidade. A sociologia, nesse cenário, se apresenta como disciplina fundamental para abrir caminhos e sustentar debates críticos que reforcem essas práticas emancipatórias em sala de aula.

Portanto, a análise da relação entre direitos humanos, educação e sociologia, implica não apenas uma reflexão sobre os conteúdos que são ensinados nas escolas, mas também sobre os processos de socialização que ocorrem dentro do ambiente escolar, nas interações entre alunos, professores e a comunidade. A educação, numa perspectiva social, deve ser entendida como um espaço de resistência e de transformação, em que é possível construir uma cultura de solidariedade e respeito aos direitos fundamentais do ser humano, por meio da promoção de uma educação crítica, inclusiva e voltada para a justiça social (Santos, 2020; Young, 2011).

2.1. Construção histórica dos direitos humanos

A compreensão de que todos são sujeitos de direitos e de que existe um conjunto mínimo de condições para se viver com dignidade, é recente na história da humanidade. Ou seja, os direitos humanos surgem não como um fenômeno único e isolado, mas como um reflexo de processos históricos complexos, nos quais a luta pela liberdade e pela igualdade se intercalam. Bobbio (1992) afirma que "os direitos humanos são o produto de lutas longas e dolorosas", mostrando como esses direitos são frequentemente conquistados por meio de resistência política e social.

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (Bobbio, 2004, p. 25).

Nessa perspectiva de reconhecimento que os direitos humanos se constituíram ao longo da história e que esse processo não foi homogêneo ou linear. Ao contrário, os direitos foram e continuam sendo objeto de intensas tensões e disputas políticas, culturais e epistemológicas. É importante compreender que nos contextos coloniais e pós-coloniais, por exemplo, o ideal universalista dos direitos humanos foi frequentemente instrumentalizado para legitimar práticas de dominação, enquanto os direitos de povos originários, populações negras, mulheres e outros grupos historicamente marginalizados foram sistematicamente negados, minimizados ou subordinados a uma lógica ocidental e eurocêntrica de humanidade (Dworkin, 2016).

Portanto, o objetivo desse tópico é refletir sobre a construção e institucionalização dos direitos humanos, remontando os seus processos históricos. Historicamente, os direitos humanos emergiram de um longo processo de construção filosófica, política e social, que antecede os marcos iluministas do século XVIII. Ainda na Antiguidade, textos clássicos da filosofia e da literatura já expressavam preocupações com a justiça, a moral e a vida coletiva, antecipando princípios que mais tarde seriam associados aos direitos humanos.

As obras clássicas dialogam com os fundamentos dos direitos humanos modernos, que ganham contornos mais definidos no Iluminismo europeu, especialmente a partir das ideias de John Locke e Jean-Jacques Rousseau sobre os direitos naturais. (Santos, 2018). Tais concepções influenciaram diretamente as Revoluções Americana e Francesa, marcos decisivos na positivação dos direitos civis e políticos. Assim, os direitos humanos não surgem de forma abrupta, mas como resultado de uma longa trajetória de debates filosóficos, embates históricos e lutas sociais.

Esses direitos, inicialmente mais restritos aos direitos civis e políticos, começaram a se expandir para incluir direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente no século XX. Vale destacar, porém, que a efetivação desses direitos é objeto de intensos debates e disputas ideológicas na contemporaneidade. Segundo Bobbio (2004), os direitos civis e políticos, muitas vezes chamados de direitos de primeira geração, incluem a liberdade de expressão, o direito de voto e a proteção contra a discriminação, sendo considerados fundamentais para os Estados democráticos. No entanto, mesmo esses direitos enfrentam desafios concretos de implementação, em função de tensões políticas e ideológicas atuais. Já os direitos econômicos, sociais e culturais, frequentemente denominados direitos de segunda geração, envolve questões como o direito à educação, à saúde e a condições dignas de trabalho, sendo historicamente percebidos como mais complexos de garantir, dada a necessidade de recursos econômicos e políticas públicas.

Teóricos como Sen (2009) e Rawls (1971) argumentam que a garantia plena dos direitos humanos não deve se restringir a uma dicotomia entre esses dois conjuntos de direitos, mas sim procurar a integração e a efetivação de ambos. Os direitos econômicos e sociais são essenciais para que os indivíduos possam exercer sua liberdade de maneira concreta, sem as limitações impostas pela pobreza ou pela falta de acesso a serviços essenciais.

Uma sociedade justa é aquela que não apenas assegura direitos civis e políticos, mas também garante uma distribuição equitativa de recursos e oportunidades, para que todos os cidadãos possam realmente participar da vida política e social (Rawls, 1971). Dessa forma, ambos os tipos de direitos são essenciais, sendo possível identificar que os direitos sociais são vistos com mais resistência pelos setores conservadores, pois envolvem uma redistribuição de recursos e poder na sociedade.

Isto significa que a efetivação plena dos direitos humanos só será garantida se ambos os aspectos forem assegurados, o que exige uma ação política que vá além das declarações de direitos, mas que se traduza em políticas públicas concretas. Dessa forma, os direitos humanos como parte de um processo contínuo de construção e disputa política, onde a luta por justiça social e a busca pela liberdade individual se entrelaçam.

Outro elemento crucial para a compreensão dos direitos humanos e sua efetivação é a ligação entre direitos e democracia. Ou seja, a garantia plena dos direitos humanos depende diretamente de um regime democrático, onde os indivíduos tenham liberdade de participação política com a possibilidade de reivindicar seus direitos. Rawls (1971), argumenta que "uma

sociedade justa é aquela onde os princípios de liberdade e igualdade são assegurados, e essas condições são mais bem alcançadas dentro de um regime democrático". Podemos considerar, portanto, que a consolidação da cidadania perpassa pela cobrança e efetivação de direitos fundamentais.

Ser cidadão é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o Estado, mas afrontar o Estado. O cidadão seria tão forte quanto o Estado. O indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser seus direitos. (Santos, 1996, p.133)

Bobbio (1992), também reconhece que os direitos humanos não se consolidam automaticamente com a instalação de um regime democrático. Ao contrário, ele enfatiza que a consolidação dos direitos humanos é uma tarefa permanente, que exige vigilância constante e o fortalecimento das instituições democráticas. O autor aponta que as tensões entre a afirmação da liberdade individual e a busca por uma maior igualdade social continuam sendo desafios centrais para o fortalecimento dos direitos humanos na modernidade.

Também é importante compreender a perspectiva jurídica de institucionalização dos direitos humanos, alguns documentos podem ser destacados, tais quais: “A Declaração de Independência dos Estados Unidos”, de 1776, a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789 e “Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã” 1791 sendo exemplos de textos fundamentais que consolidaram essa ideia no plano político e jurídico (Bobbio, 1992).

Vale destacar ainda que a Revolução Francesa estabeleceu um dos primeiros documentos de alcance internacional a reconhecer a igualdade e a liberdade como direitos inalienáveis. Embora inicialmente não tenha sido aplicado universalmente, inclusive nas colônias francesas, o texto influenciou o debate sobre a abolição da escravidão ao afirmar, no artigo 1º, que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos".

A consolidação dos direitos humanos enquanto norma jurídica internacional deu-se efetivamente com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), após as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Este documento representou um marco na institucionalização dos direitos humanos, ao estabelecer um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais que deveriam ser reconhecidos e garantidos por todos os Estados membros da ONU. A DUDH destacou-se por adotar uma visão universalista, que buscava transcender as particularidades culturais e políticas, consagrando a dignidade humana como um princípio fundamental (Nascimento, 2014).

No Brasil, a institucionalização dos direitos humanos também teve um desenvolvimento gradual, especialmente com a Constituição de 1988, que pode ser considerada um marco jurídico dentro dessa perspectiva. Reconhecida como a "Constituição Cidadã", ela incorporou amplamente os princípios da DUDH e de outros tratados internacionais, incluindo direitos fundamentais como a igualdade, a liberdade e a dignidade da pessoa humana. Além disso, o Brasil ratificou tratados internacionais como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conferindo-lhes status de normas supralegais no ordenamento jurídico interno, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2010). Esse processo de institucionalização não apenas reforça o compromisso do Estado brasileiro com a promoção e a proteção dos direitos humanos, mas também evidencia a inter-relação entre os direitos universal e o local, destacando o papel fundamental das instituições jurídicas na efetivação desses direitos.

Entretanto, o debate sobre a aplicação universal dos direitos humanos gerou diversas discussões. Enquanto as principais normas jurídicas estabelecem que todos os seres humanos possuem direitos fundamentais inalienáveis, independentemente de sua origem, etnia, religião ou qualquer outra condição pessoal ou social (Bobbio, 1992), críticos argumentam que a concepção de direitos humanos deve levar em conta as especificidades culturais e históricas de cada sociedade. Essa tensão entre universalismo e relativismo levanta questionamentos sobre até que ponto é legítimo impor determinados valores a culturas que possuem concepções distintas sobre direitos e justiça.

O multiculturalismo por exemplo desafia a aplicação homogênea dos direitos humanos, ao destacar que diferentes sociedades possuem formas próprias de compreender e garantir a dignidade humana. Ou seja, para debater os direitos humanos é necessário ampliar suas bases filosóficas, incorporando outras cosmologias e formas de existência. Ailton Krenak, pensador indígena e ativista brasileiro, questiona a pretensa universalidade dos direitos humanos ao evidenciar que a noção de humanidade, tal como historicamente construída pela modernidade ocidental, exclui aqueles que não compartilham da racionalidade colonizadora e antropocêntrica. Em suas palavras, “Inventaram a ideia de humanidade como se ela fosse uma coisa só. Mas, na prática, uma parte dela foi empurrada para fora da história. Então, quando vocês falam em ‘direitos humanos’, de quais humanos estão falando?” (Krenak, 2019, p.11), que revela uma cisão fundamental entre os princípios abstratos dos direitos humanos e as realidades concretas das populações subalternizadas.

Para Krenak (2020), é necessário descolonizar a própria ideia de humano e, consequentemente, repensar os direitos humanos a partir de uma perspectiva plural, relacional e enraizada na diversidade dos modos de vida. Essa reflexão amplia o campo dos direitos humanos e desafia a educação a assumir uma postura crítica, comprometida não apenas com a transmissão de conteúdos, mas com a reconstrução ética e epistemológica dos próprios fundamentos da dignidade e da justiça.

Dessa forma, é possível compreender que a construção histórica dos direitos humanos reflete os embates das sociedades na busca por justiça, igualdade e dignidade. Ao longo dos séculos, eventos como a abolição da escravatura, as revoluções liberais e os tratados internacionais consolidaram princípios fundamentais que passaram a orientar a compreensão sobre o conceito de humanidade e seus direitos. Esse processo é marcado por avanços e retrocessos, mas demonstra o esforço contínuo para transformar demandas sociais em direitos universais protegidos por leis. Embora desafios ainda existam, a institucionalização dos direitos humanos representa não apenas uma conquista histórica, mas também um compromisso permanente com a construção de um mundo mais justo e igualitário.

2.2. O Currículo como uma relação de poder e a perspectiva dos direitos humanos

As relações de poder influenciam diretamente a construção do currículo ao determinar quais conhecimentos, teorias e conceitos são considerados mais ou menos importantes, bem como ao moldar as estruturas e práticas educacionais. Isto significa que o currículo é construído a partir de escolhas e decisões que refletem interesses e valores de determinados grupos sociais, em detrimento de outros (Dattein; Scheleski; Araújo, 2009). Reconhecer e problematizar essas relações de poder é fundamental para a construção de currículos democráticos, que valorizem a diversidade de saberes e possam incluir a perspectiva dos direitos humanos.

[O] currículo é também uma questão de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder. (Silva, 2002, p. 16).

O currículo escolar pode ser entendido como uma prática discursiva que não apenas transmite saberes, mas também reflete e reproduz padrões e relações de poder dentro da sociedade (Apple, 2006). Nesse sentido, ele não é neutro, compreender o currículo escolar como um campo em disputa é fundamental para perceber os desafios e potencialidades para a incorporação da perspectiva dos direitos humanos no processo de ensino, porque, os saberes que são selecionados, o modo como são organizados e transmitidos aos alunos, refletem não apenas o conhecimento acadêmico, mas também os valores e ideologias dominantes. A imposição de um currículo homogêneo pode, assim, marginalizar os direitos e as culturas de

grupos historicamente oprimidos, tais como povos indígenas, afrodescendentes e mulheres (Santos, 2020).

O currículo é o resultado de lutas em torno do tipo de educação que os grupos sociais desejam implementar na sociedade e apresenta as concepções dominantes de educação, sociedade, Estado e ensino vigentes (Lopes, 2021, p. 246).

Outro elemento que fundamenta a avaliação do espaço escolar e essas relações de poder é o conceito de currículo oculto que refere-se aos valores, normas, crenças e comportamentos transmitidos nas instituições de ensino de maneira não explícita ou formal, mas que influenciam diretamente o processo educacional. Diferente do currículo oficial, que é planejado e documentado, o currículo oculto emerge das interações sociais, das práticas cotidianas, da cultura escolar e da estrutura organizacional, moldando atitudes e percepções dos estudantes de forma implícita (Apple, 1997).

O currículo oculto também pode ser associado à reprodução social, enfatizando que as práticas escolares reforçam desigualdades estruturais ao transmitir, de maneira velada, os valores e códigos da classe dominante (Bourdieu; Passeron, 2014). Por exemplo, a valorização de certos tipos de linguagem, vestimenta e/ou comportamento nas escolas reflete padrões culturais específicos que podem excluir ou marginalizar estudantes de outras origens.

De acordo com Sacristán (1998), o currículo oculto não se limita a reforçar desigualdades; ele também pode ser analisado como um espaço para a construção de subjetividades e valores sociais. No contexto escolar, elementos como a forma de organização do tempo, a hierarquia entre professores e alunos e as normas disciplinares transmitem mensagens implícitas sobre autoridade, cooperação e expectativas de comportamento.

É fundamental compreender esses elementos estruturais para organizar uma prática pedagógica que aborda o currículo, a partir da perspectiva dos explorados e oprimidos, uma abordagem imprescindível para os direitos humanos. Dessa forma, a incorporação dos debates de direitos humanos em sala de aula exige uma implicação direta para a inclusão de conteúdos que promovam a reflexão sobre dignidade, liberdade, igualdade e respeito, aspectos fundamentais das declarações internacionais de direitos humanos. Ao contrário de um currículo tradicional, que frequentemente privilegia uma visão eurocêntrica e excludente, o currículo dos direitos humanos deve ser inclusivo, plural e orientado pela justiça social (Freire, 2005).

A relação entre currículo e poder também é evidente quando se analisa o papel da educação na formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos. A prática docente, pautada nos direitos humanos, deve proporcionar ao aluno as ferramentas necessárias para

entender, reivindicar e exercer seus direitos, como forma de resistir às injustiças sociais. O currículo que incorpora os direitos humanos deve ser capaz de fomentar um ambiente de diálogo, respeito e promoção da diversidade, reconhecendo as múltiplas identidades e perspectivas presentes no contexto social.

Por isso, o currículo escolar, enquanto um espaço de poder, deve ser pensado como uma ferramenta não apenas de transmissão de conhecimento, mas também de promoção e defesa dos direitos humanos, promovendo uma educação que possibilite aos indivíduos se reconhecerem como sujeitos de direitos, capazes de transformar suas realidades.

2.3 Marcos Regulatórios Nacionais: Programa Nacional de Direitos Humanos, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Conforme discutido anteriormente, é importante compreender o currículo como uma construção social e histórica, permeada por relações de poder. A partir disso, é possível analisar a consolidação dos Direitos Humanos como princípio orientador das políticas educacionais brasileiras. Tal perspectiva confirma que os significados atribuídos ao currículo não são neutros nem universais, mas resultam de disputas simbólicas e políticas entre diferentes projetos de sociedade (Apple, 2003; Moreira; Silva, 1994).

Neste contexto, a incorporação dos Direitos Humanos à educação não ocorre exclusivamente por consenso moral ou político. Trata-se, também, de um processo normativo e institucional que envolve a articulação de diversos marcos legais e regulatórios, os quais expressam, em diferentes conjunturas históricas, os embates entre forças sociais, governos e instituições sobre os rumos da educação nacional (Souza Santos, 2000). A consolidação dos Direitos Humanos como diretriz educacional, portanto, materializa-se por meio de documentos orientadores, como planos interinstitucionais, diretrizes curriculares e referenciais nacionais, que buscam promover a justiça social, a dignidade da pessoa humana e a participação democrática no ambiente escolar (Dutra; Fonseca, 2014).

É importante destacar que esses marcos regulatórios nacionais estão inseridos em um movimento internacional, iniciado na década de 1970, voltado para a construção de uma educação em e para os Direitos Humanos. Organismos internacionais, como a UNESCO e a ONU, passaram a enfatizar a necessidade de formar cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e responsabilidades, contribuindo para a consolidação de políticas educacionais voltadas à paz, à democracia e à justiça social em diferentes países.

A institucionalização dos Direitos Humanos na educação é, assim, produto de um processo histórico marcado tanto por lutas políticas quanto por avanços normativos. Esse percurso evidencia a construção de um marco legal que envolve diferentes esferas institucionais e contextos sociopolíticos, refletindo uma concepção de educação voltada para a formação cidadã e democrática.

Um exemplo de documentos normativos são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que ainda não possuem caráter obrigatório, mas foram pioneiros ao incluir os Direitos Humanos como tema transversal nos currículos da educação básica. Publicados entre 1998 e 2000, os PCNs influenciaram a formulação das diretrizes curriculares posteriores e contribuíram para afirmar a centralidade da ética, da pluralidade cultural e da cidadania na formação dos estudantes (Brasil, 2000).

Dentre os principais documentos normativos destaca-se o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PNDH-3 representa a continuidade e o aprofundamento dos programas anteriores, PNDH-I (1996) e PNDH-II (2002). Sua elaboração coincidiu com os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e teve uma construção participativa, envolvendo mais de 14 mil pessoas em conferências e pré-conferências municipais, estaduais e nacionais, culminando na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília em dezembro de 2008 (Dutra; Fonseca, 2014).

O contexto histórico da aprovação do PNDH-3 é significativo, pois ocorreu em um período de efervescência democrática e busca por justiça social no Brasil, após décadas de repressão e violação de direitos humanos durante a ditadura militar. A década de 2000 foi marcada por um fortalecimento das políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos humanos, refletindo uma maior mobilização da sociedade civil. O PNDH-3, portanto, não apenas consolida os avanços anteriores, mas também busca responder às novas demandas sociais, como a promoção da igualdade racial, de gênero e a proteção dos direitos de grupos vulneráveis.

Entre seus eixos estruturantes, destaca-se aquele voltado à “Educação e Cultura em Direitos Humanos”, o qual reconhece o papel fundamental da escola na construção de uma cultura política alicerçada na justiça social, na diversidade e na dignidade humana. Este eixo busca fomentar práticas pedagógicas comprometidas com a promoção da igualdade, da

participação e da não violência, contribuindo para o fortalecimento de uma cidadania ativa e democrática (Brasil, 2010).

O PNDH-3 se configura, portanto, como o marco normativo mais abrangente e estruturante da política nacional de direitos humanos, influenciando diretamente documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Direitos Humanos (DCNs), os quais incorporam a formação em direitos humanos como componente essencial da educação básica e da formação docente (Silva, 2011).

A implementação das diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) no campo educacional é reforçada pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que foi publicado em 2006. O PNEDH surgiu do mesmo contexto de crescente mobilização social e demanda por políticas de promoção dos direitos humanos no Brasil. Este plano é resultado de um esforço que envolveu o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), sendo classificado como um documento interinstitucional. Com base em cinco eixos estratégicos: educação básica, ensino superior, formação de profissionais da educação, educação não formal e mídia, o PNEDH estabelece princípios e estratégias para integrar os Direitos Humanos nos processos pedagógicos e na gestão democrática das escolas.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) visa, sobretudo, difundir a cultura de direitos humanos no país, considerando a educação como instrumento essencial para a consolidação da democracia e da justiça social. Tal proposta busca promover valores de solidariedade, cooperação e respeito à dignidade humana, imprescindíveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, o PNEDH compreende a educação em direitos humanos como um processo sistemático, contínuo, multidimensional e interdisciplinar que orienta a formação do sujeito de direitos e fortalece a sociedade civil, de modo a torná-la capaz de identificar anseios e demandas coletivas e transformá-las em conquistas sociais. Tais conquistas devem ser incorporadas pelo Estado brasileiro como políticas públicas universais (Cortina, 2005).

De acordo com Bobbio (1992), compreender os direitos humanos implica reconhecer sua historicidade e o processo de lutas sociais que os tornaram realidade. Nesse contexto, o PNEDH destaca como primeiro eixo estruturante a compreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e suas relações com os contextos internacional, nacional e local. Esse aspecto é fundamental para que os educandos entendam a trajetória histórica de documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de

1948, os marcos das lutas sociais pela abolição da escravidão e pela igualdade civil, bem como os movimentos em defesa dos direitos das mulheres.

Já o segundo eixo do PNEDH orienta-se para “a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos Direitos Humanos em todos os espaços da sociedade, promovendo o respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual” (Brasil, 2006, p. 25). Esse eixo busca desconstruir preconceitos e discriminações historicamente enraizados, promovendo uma educação que valorize a inclusão, o respeito às diferenças e o reconhecimento da dignidade de todos os sujeitos. A adoção dessa perspectiva contribui para o fortalecimento de uma cultura democrática e para a construção de uma sociedade pautada pela justiça social.

A formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, cultural e político configura-se como dimensão estratégica para a consolidação da cidadania ativa. Conforme Freire (2005), é por meio da educação emancipadora que se constroi o sujeito histórico capaz de intervir em sua realidade. Assim, a educação em direitos humanos deve estimular a participação social e política, incentivando o envolvimento em conselhos, fóruns comunitários, movimentos sociais e outras instâncias de decisão que possibilitem o exercício da cidadania.

Outro aspecto importante previsto no PNEDH é o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados. Essa proposta pedagógica busca romper com práticas tradicionais e autoritárias de ensino, priorizando metodologias que valorizem o diálogo, a problematização e uma pedagogia crítica.

Por fim, destaca-se o fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. Isso inclui a abordagem de direitos trabalhistas, condições dignas de trabalho e liberdade de associação, temas fundamentais para a compreensão da justiça social no mundo contemporâneo (Antunes, 2009). Além disso, a educação ambiental também integra esse processo, estimulando a compreensão do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial para as presentes e futuras gerações.

Dessa forma, a educação em direitos humanos, conforme proposta pelo PNEDH, transcende a dimensão informativa, assumindo um caráter transformador que contribui para a construção de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a efetivação da justiça social e da democracia. Importante destacar novamente que o PNEDH prevê a integração de seus

conteúdos de forma interdisciplinar, articulando saberes das áreas de Sociologia, História, Geografia, Ciências, Educação Física, entre outras, a fim de possibilitar uma aprendizagem contextualizada e significativa.

A análise do PNEDH e do PNDH-3 evidencia que ambos os documentos representam avanços importantes para a consolidação da cultura de direitos humanos no Brasil, ao proporem diretrizes pedagógicas e políticas públicas que valorizam a cidadania e a democracia. Contudo, cabe ressaltar que o processo de efetivação dessas políticas públicas ainda enfrenta desafios consideráveis.

Boaventura de Sousa Santos (1997) adverte sobre o abismo entre os direitos proclamados formalmente e sua real efetivação na prática social, apontando que muitas vezes as políticas públicas não são capazes de superar barreiras estruturais e institucionais. Nessa mesma linha, Bobbio (1992) destaca que a eficácia dos direitos humanos depende de sua concretização por meio de mecanismos institucionais que garantam não apenas o seu reconhecimento jurídico, mas também sua aplicação concreta. Portanto, apesar das potencialidades apresentadas pelo PNEDH e PNDH-3, a implementação efetiva da educação em direitos humanos exige o fortalecimento de compromissos políticos, a alocação de recursos financeiros e a formação continuada de profissionais da educação, para transformar os objetivos declarados em práticas cotidianas.

A essas bases normativas soma-se a publicação, em 2012, da Resolução CNE/CP nº 1/2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DCNDH). Trata-se de um marco jurídico de caráter vinculante que reafirma o compromisso da educação nacional com a democracia, a justiça social e a promoção da cultura dos direitos. A resolução estabelece que os currículos da educação básica e superior devem contemplar os princípios dos Direitos Humanos de forma transversal, considerando a diversidade de sujeitos e territórios.

Também é importante destacar a Resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DCNDH). Trata-se de um documento de caráter normativo, com valor vinculante, que reafirma o compromisso da educação brasileira com os princípios da dignidade humana, da justiça social e da participação democrática. As diretrizes estabelecem que os currículos da educação básica e superior devem contemplar os direitos humanos de maneira transversal e contextualizada, considerando a diversidade de sujeitos e territórios (Brasil, 2012).

No que se refere ao currículo da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, representa a principal referência normativa para a organização dos conteúdos escolares em âmbito nacional. Embora não trate dos Direitos Humanos de maneira sistemática, o documento incorpora, sobretudo nas áreas de Ciências Humanas, competências relacionadas à cidadania, à empatia, à participação democrática e à justiça social (Brasil, 2018a). A disciplina de Sociologia, inserida no Ensino Médio, é um dos espaços privilegiados para a abordagem crítica dos Direitos Humanos, especialmente por meio de temas como desigualdade, gênero, raça, participação política, diversidade e violência institucional.

Como visto, a temática de direitos humanos no Brasil é orientada por um conjunto de documentos normativos e legais que expressam os avanços históricos e institucionais conquistados ao longo das últimas décadas. Nesta pesquisa, foi realizada uma análise documental dos principais marcos regulatórios nacionais que estruturam a política sobre direitos humanos, com ênfase em sua relação com o componente curricular de Sociologia no Ensino Médio.

Nesse percurso, optou-se por organizar, em forma de quadro comparativo, os principais marcos legais que tratam da educação em direitos humanos. O quadro a seguir foi elaborado com base na leitura direta dos documentos originais, como decretos, resoluções e diretrizes, complementada com os debates de incorporação dos direitos humanos aos currículos escolares. A sistematização teve como critério principal a contribuição de cada documento para a prática pedagógica e para o fortalecimento de uma cultura de direitos no espaço escolar.

Quadro 1 – Principais marcos regulatórios nacionais da Educação em Direitos Humanos no Brasil.

Marco Regulatório	Ano	Tipo/Status Normativo	Nível de Aplicação	Escopo Institucional	Contribuições
PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)	1998–2000	Documento orientador	Ensino Fundamental e Médio	Nacional	Introdução dos direitos humanos como tema transversal.

PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos)	2009	Decreto Presidencial (nº 7.037/2009)	Transversal (todos os níveis)	Nacional, interministerial	Institucionaliza os DH como política de Estado e base para práticas educacionais.
PNEDH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos)	2006	Plano interinstitucional (SEDH, MEC e CNEDH)	Educação Básica, Superior e Não Formal	Nacional	Define eixos estratégicos para a difusão dos DH.
DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) da Educação em Direitos Humanos (CNE/CP nº 1)	2012	Resolução normativa do CNE	Educação Básica e Superior	Nacional (CNE)	Estabelece princípios e orienta a abordagem transversal dos DH.
BNCC – Base Nacional Comum Curricular	2018	Norma homologada pelo MEC	Educação Básica	Nacional (MEC)	Integra competências relacionadas à cidadania e justiça social.

Como demonstrado, esses marcos regulatórios apresentam diferentes níveis de normatividade, aplicação e institucionalidade, mas convergem na defesa de uma educação orientada pela dignidade humana, pela diversidade e pela justiça social. A sistematização aqui apresentada permite compreender como os direitos humanos foram incorporados de modo progressivo às normativas educacionais brasileiras e como fundamentam a prática pedagógica, sobretudo no ensino de Sociologia.

2.4 Uma análise preliminar dos livros de sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018 e sua relação com os Direitos Humanos

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) exerce papel estratégico na implementação curricular, uma vez que define os materiais de apoio utilizados nas escolas

públicas brasileiras, influenciando diretamente o cotidiano das práticas pedagógicas. Como destaca Apple (2006), os livros didáticos não são instrumentos neutros, pois transmitem visões de mundo, valores e representações sociais que contribuem para a construção da subjetividade dos estudantes e para a legitimação de determinadas concepções de sociedade. Assim, a análise preliminar dos livros de Sociologia selecionados no PNLD 2018 torna-se relevante para compreender de que maneira os direitos humanos são abordados nesses materiais e como contribuem ou não para o fortalecimento de uma cultura de direitos no espaço escolar.

Por isso, como método de investigação foi realizada a avaliação do conteúdo dos livros de Sociologia aprovados pelo PNLD de 2018, considerando a presença ou ausência de temas relacionados aos direitos humanos e a forma como são problematizados. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo é um método sistemático que permite inferir sentidos a partir das mensagens veiculadas nos textos, possibilitando identificar categorias temáticas e dimensões discursivas que revelam as concepções das obras didáticas.

É importa destacar que este trabalho se restringe à análise preliminar dos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD de 2018, uma vez que, a partir do edital subsequente, o Programa Nacional do Livro Didático adotou uma nova organização curricular, estruturando os livros por áreas de conhecimento, denominada de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em vez de segmentá-los por disciplinas. Essa mudança inviabilizou a identificação de obras específicas de Sociologia nos editais posteriores, ou seja, a coleção de Sociologia de 2018 corresponde à última edição do material didático disponível para essa disciplina, sendo ainda utilizada em muitas escolas. Assim, como método de investigação, optou-se pela análise dos conteúdos dos livros de Sociologia do ano de 2018.

Esta análise preliminar concentrou-se exclusivamente no exame dos sumários dos livros de Sociologia aprovados pelo PNLD de 2018, sem, neste momento, apresentar trechos das obras, identificar os autores utilizados ou realizar uma análise aprofundada do conteúdo e dos conceitos. O objetivo foi mapear, de forma inicial, se e como a temática dos direitos humanos aparece na estrutura geral dos livros, a partir da organização dos capítulos e seções. Essa etapa buscou responder à seguinte questão: de que forma os direitos humanos foram trabalhados nos livros de Sociologia aprovados pelo PNLD de 2018? Ao investigar a abordagem dos direitos humanos nesses materiais, pretendeu-se compreender se os livros contribuem para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a promoção da justiça

social e da democracia, conforme orientado pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

No âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018, foram aprovadas cinco livros didáticos para o componente curricular de Sociologia no Ensino Médio: Sociologia em Movimento da Editora Moderna, Sociologia da Editora Scipione, Sociologia Hoje da Editora Ática, Sociologia para Jovens do Século XXI, Editora Imperial Novo Milênio e Tempos Modernos, Tempos de Sociologia da Editora do Brasil. Essas obras foram avaliadas com base em critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, que incluem a presença de conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais Antropologia, Sociologia e Ciência Política, o rigor teórico e conceitual, a contribuição para a apreensão do conhecimento sociológico e a realização da mediação didática.

Foi realizada uma análise preliminar dos sumários dos livros selecionados para o Ensino Médio, com o objetivo de identificar de que forma a temática dos direitos humanos é abordada e problematizada nessas obras. A Base Nacional Comum Curricular, estabelece como princípio orientador a promoção dos direitos humanos como eixo transversal, devendo permear todas as áreas do conhecimento, de modo a fortalecer o compromisso com a justiça social, a equidade e a democracia. Dessa forma, a presença ou a ausência de capítulos dedicados ao tema nos livros didáticos revela escolhas pedagógicas que podem influenciar o debate de direitos humanos no âmbito escolar.

Dentre os livros, destaca-se apenas a obra da Editora Moderna: “Sociologia em Movimento”, que apresenta um capítulo específico voltado à discussão sobre direitos humanos. Intitulado “Democracia, cidadania e direitos humanos”, esse capítulo aprofunda o debate sobre o conceito de democracia, cidadania formal e real e a promoção dos direitos humanos no Brasil, articulando aspectos históricos, políticos e sociais. Essa estrutura favorece uma abordagem crítica, conectando a teoria à realidade brasileira e permitindo que o estudante reflita sobre os desafios da efetivação dos direitos no cotidiano (Bobbio, 1992; Santos, 1997).

A presença desse capítulo exclusivo demonstra um compromisso pedagógico mais consistente com a formação para os direitos humanos, pois oferece ao professor e ao estudante um espaço de estudo mais aprofundado sobre o tema, possibilitando a análise das contradições sociais que ainda marcam o cenário brasileiro. Além disso, o livro da Editora Moderna inclui seções específicas como “Considerações sociológicas - Cidadania formal e cidadania real no Brasil. Para quem são os direitos em nosso país?” e “Direito e sociedade -

Programa Nacional de Direitos Humanos”, o que amplia a reflexão sobre as políticas públicas de direitos humanos e o papel do Estado na promoção da cidadania. Essa estratégia de organização reforça a dimensão crítica e dialógica do ensino de Sociologia, articulando teoria e prática (Candau, 2012).

Por outro lado, os outros livros, Sociologia da Editora Scipione, Sociologia Hoje da Editora Ática, Sociologia para Jovens do Século XXI da Editora Imperial Novo Milênio e Tempos Modernos, Tempos de Sociologia da Editora do Brasil, não apresentam capítulos específicos destinados exclusivamente ao tema dos direitos humanos. Nessas obras, o tema é tratado de forma transversal, aparecendo em diferentes unidades e tópicos associados a discussões sobre cidadania, democracia, movimentos sociais e desigualdades. A ausência de uma seção dedicada pode dificultar a construção de uma visão articulada e crítica sobre os direitos humanos, exigindo do professor um esforço adicional para integrar os conteúdos e desenvolver atividades interdisciplinares.

A transversalização da temática, por si só, não garante uma abordagem efetiva dos direitos humanos na prática pedagógica. Conforme argumenta Candau (2012), é necessário que a abordagem transversal seja planejada de forma articulada, estabelecendo relações entre os diferentes temas e problematizando as relações de poder, as desigualdades estruturais e as violações de direitos que persistem na sociedade. Sem essa articulação crítica, o risco é que a temática apareça de modo fragmentado ou periférico, comprometendo seu potencial formativo e crítico.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito ao papel do professor na mediação desses conteúdos. A ausência de capítulos específicos sobre direitos humanos em quatro dos cinco livros analisados desloca exclusivamente para o professor a responsabilidade de suprir essas ausências, integrando conceitos, articulando temas e contextualizando as discussões com a realidade social dos estudantes. Essa tarefa exige formação adequada, domínio teórico e sensibilidade para lidar com temas complexos e, muitas vezes, controversos. A responsabilidade de dar visibilidade à temática dos direitos humanos, portanto, recai também sobre as práticas pedagógicas e as políticas de formação continuada dos professores.

Por fim, durante a análise preliminar dos livros do PNLD 2018 foi evidenciado que, embora todas as obras apresentem conteúdos que dialogam, em alguma medida, com os direitos humanos, apenas o livro Sociologia em Movimento da Editora Moderna demonstra uma preocupação mais sistemática em organizar o tema de forma didática e articulada. Essa

constatação reforça a importância de considerar, na escolha dos livros didáticos, a presença de abordagens consistentes sobre os direitos humanos, de modo a garantir uma formação cidadã crítica e comprometida com a transformação social, em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

2.5 Confluência entre sociologia e direitos humanos

A sociologia, enquanto campo de conhecimento e pesquisa dedicado ao estudo das interações sociais, das estruturas e dos processos que moldam a vida em sociedade, possui um papel estratégico na compreensão e problematização dos direitos humanos. Estes, por sua vez, constituem um conjunto de princípios e normas voltados à proteção da dignidade humana, formulados historicamente em contextos de lutas sociais e políticas. A partir dessa distinção, a articulação entre sociologia e direitos humanos se fortalece especialmente no campo da Educação em Direitos Humanos, entendida como um princípio educativo que orienta práticas pedagógicas voltadas para a formação cidadã, crítica e democrática. Segundo Souza (2016), a sociologia oferece ferramentas teóricas e metodológicas capazes de realizar uma análise crítica das normas e valores que sustentam a vida social, permitindo problematizar como esses direitos são reconhecidos, garantidos ou negados em diferentes contextos.

A relação entre sociologia e direitos humanos é historicamente consolidada a partir do entendimento de que a ciência social, por sua natureza, analítica, reflexiva e problematizadora em relação às estruturas de poder transcende e influencia o questionamento sobre a efetivação ou a negação dos direitos fundamentais. Essa compreensão crítica acerca dos direitos humanos, parte da interpretação que esses direitos não são apenas instrumentos legais, mas sobretudo construções históricas e sociais. Norbert Elias (1994) destaca que os direitos são fruto de processos civilizatórios, marcados por disputas de poder e transformações culturais que moldam as relações sociais ao longo do tempo.

Nesse sentido, a sociologia, ao investigar as estruturas de poder e os processos de mudança social, oferece subsídios para a análise das condições que tornam possíveis ou inviáveis a efetivação dos direitos humanos. Delgado (2014) reforça que os direitos humanos devem ser entendidos a partir de sua inserção em um contexto social específico, sendo fundamental, para sua análise, a adoção de uma perspectiva sociológica que possibilite compreender as relações de poder, as formas de exclusão e as dinâmicas culturais que afetam sua efetivação. Desse modo, a Sociologia desempenha um papel crucial ao evidenciar as

contradições sociais e as limitações presentes no processo de garantia dos direitos fundamentais.

A confluência entre sociologia e direitos humanos também se reflete no estudo das políticas públicas e das práticas sociais relacionadas à proteção e promoção desses direitos. De acordo com Faoro (2013), ao investigar a estrutura social, a sociologia permite compreender como determinadas políticas podem reproduzir desigualdades históricas e, ao mesmo tempo, como podem ser aprimoradas para assegurar a inclusão e o respeito aos direitos humanos de grupos marginalizados. Essa análise sociológica é fundamental para que as políticas públicas sejam formuladas a partir de uma perspectiva crítica e transformadora, e não apenas normativa.

Além disso, a Sociologia oferece importantes contribuições para o entendimento das mobilizações sociais que reivindicam o reconhecimento e a efetivação dos direitos humanos. Esses movimentos, que podem se articular em diferentes frentes, como as que buscam igualdade de gênero, justiça racial, acesso à terra, direitos trabalhistas, entre outros, são analisados pela disciplina sociológica como expressões legítimas de demandas coletivas que emergem de contextos históricos específicos e relações sociais de poder (Pereira, 2015). Essa perspectiva amplia a compreensão de que os direitos humanos são resultados de processos sociais complexos, nos quais interagem múltiplos atores e estratégias de ação. Uma abordagem que contribui não apenas para a formação de uma consciência crítica, mas também para o fortalecimento de processos democráticos que buscam superar as desigualdades estruturais. Ao investigar as formas de dominação e as estratégias de resistência presentes nas sociedades contemporâneas, a sociologia evidencia os limites das abordagens meramente legais dos direitos humanos, reforçando a necessidade de uma análise que articule aspectos políticos, culturais e econômicos.

A sociologia, ao trabalhar conceitos como estratificação social, desigualdades de gênero e raça, movimentos sociais e participação política, cria espaços privilegiados para a reflexão sobre os direitos humanos de forma contextualizada. Tardif (2014) reforça que o professor desempenha um papel essencial na mediação dos saberes disciplinares, articulando-os com as demandas sociais que atravessam o cotidiano escolar. Essa mediação crítica possibilita ao estudante reconhecer os direitos humanos como fruto de lutas sociais e disputas políticas.

Um exemplo dessa articulação entre sociologia e direitos humanos pode ser observado no livro *Sociologia em Movimento*, da Editora Moderna, que já foi avaliado anteriormente. A

obra dedica uma discussão específica ao Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), apresentando-o como referência para o debate sobre políticas públicas de promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil. Essa abordagem permite problematizar a relação entre o Estado e a sociedade civil na formulação e implementação dessas políticas, articulando o conteúdo sociológico com o exercício da cidadania. Tal análise é relevante para compreender as tensões existentes entre os direitos formalmente garantidos e as desigualdades sociais que persistem como obstáculos à sua efetivação.

Por fim, a confluência entre Sociologia e Direitos Humanos, no âmbito do Ensino Médio, transcende uma abordagem meramente informativa. Trata-se de promover uma prática pedagógica que estimule a reflexão crítica e a participação ativa dos estudantes na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como destaca Arendt (1997), a educação é o espaço privilegiado para formar sujeitos políticos capazes de atuar no mundo comum para articular saberes, valores e ações em defesa dos direitos humanos e da democracia substantiva.⁴

⁴ A noção de democracia substantiva, na perspectiva de Hannah Arendt, está vinculada à ideia de participação ativa dos cidadãos na vida pública, indo além da mera institucionalização do voto e das garantias formais. Para Arendt, a essência da política está na ação e na pluralidade, sendo a democracia substantiva aquela em que os indivíduos têm espaço para o debate público, a deliberação e a construção coletiva do mundo comum. Trata-se, portanto, de uma democracia enraizada na experiência concreta da liberdade e da responsabilidade compartilhada no espaço público (Arendt, 2002).

3 AS DISPUTAS CURRICULARES NA POLÍTICA EDUCACIONAL NO CEARÁ

Este capítulo analisa as disputas curriculares no interior das políticas educacionais do Ceará, compreendendo-as como expressões concretas das contradições entre diferentes projetos de educação em disputa no país e no mundo. Em meio à consolidação de um modelo de gestão educacional alinhado às diretrizes neoliberais, que prioriza a lógica da performatividade, da mensuração de resultados e da responsabilização individual de docentes e estudantes, emergem também experiências e propostas que tensionam essa lógica, reafirmando o papel social da escola pública e a centralidade dos Direitos Humanos como horizonte.

É importante destacar que o modelo neoliberal, que se consolidou a partir das décadas de 1980 e 1990, promoveu uma reconfiguração das políticas educacionais em diversos países, incluindo o Brasil (Gentili, 2003). Nesse contexto, o currículo escolar torna-se um campo estratégico de disputa entre diferentes projetos de sociedade, sendo influenciado por interesses de setores empresariais, grupos conservadores e forças progressistas. As divergências sobre a presença de disciplinas como Sociologia e sobre a abordagem de temas como gênero, sexualidade, raça e direitos humanos refletem embates ideológicos mais amplos, que impactam diretamente a forma como esses conteúdos são incorporados, silenciados ou tensionados nas escolas.

No Brasil e no Ceará, a influência dos movimentos empresariais no processo de elaboração e construção do currículo escolar evidenciam uma lógica neoliberal, que pode ser percebida na popularização e institucionalização da terminologia “competências”. A noção de “competências” como eixo estruturante do currículo escolar expressa a consolidação de uma racionalidade neoliberal na educação, na qual a formação humana é subordinada às exigências do mercado. Segundo Freitas (2018), esse modelo redefine os objetivos da escola a partir de uma lógica gerencial, orientada para resultados mensuráveis e para a adaptação do sujeito ao mundo do trabalho, em vez de promover uma formação crítica e cidadã. Nesse mesmo sentido a educação tem sido progressivamente reconfigurada a partir dos princípios da nova razão do mundo, que transforma a escola em uma instância de produção de capital humano, minando seu papel emancipador.

Em outras palavras, a governamentalidade neoliberal influencia o sistema educativo contemporâneo ao produzir subjetividades que sustentam e reconstroem o sistema, buscando torná-lo mais eficaz e eficiente na execução de seus objetivos. Isso é feito por meio do

desenvolvimento de práticas que otimizam os processos de assujeitamento dos indivíduos, estabelecendo padrões de subjetivação por meio do enfoque por competências tanto no mundo do trabalho quanto na educação (Silva; Tomazetti, 2013).

Dessa forma, a introdução da lógica de competências transforma a forma como a escola compreende os processos de ensino e aprendizagem, a escola passa a ser uma fomentadora da individualidade e competitividade em vez ter como objetivo a construção de sujeitos conscientes, responsáveis e capazes de exercer a justiça, a criatividade, a solidariedade e o respeito ao próximo.

Dentro dessa perspectiva, segundo Laval (2004), as transformações que a escola está passando para incorporar a ideologia neoliberal incluem a ênfase na competitividade, a busca por eficiência e também a privatização de serviços educacionais e a valorização de habilidades voltadas para o mercado de trabalho. Isso significa que essas mudanças refletem a influência do neoliberalismo na educação, em alguma medida sucateando ou desvalorizando a administração pública das escolas para promover e exaltar a privatização do ensino.

O processo de transformar a educação em uma mercadoria diminui as possibilidades de se construir um currículo que tenha como centralidade a perspectiva dos direitos humanos. Uma vez que a educação voltada para os direitos humanos significa a promoção de uma educação que priorize a formação integral dos indivíduos, incluindo não apenas habilidades técnicas, mas também habilidades sociais, emocionais e éticas, compreendendo como fundamental o desenvolvimento de cidadãos conscientes, críticos e capazes de exercer plenamente seus direitos e deveres.

Sujeitar a educação às leis do mercado, incluindo a privatização, a competição e a lógica da ênfase em resultados quantitativos e lucrativos, dificulta uma prática pedagógica que estimule a participação, o diálogo e o exercício da democracia. É urgente refletir sobre uma formação que ultrapassa as fronteiras neoliberais, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Uma vez que a implementação do projeto neoliberal na educação, muitas vezes mascarados como inovações pedagógicas, mantém a centralidade dos interesses mercadológicos, desconsiderando as necessidades reais da comunidade escolar. Assim, discursos de qualidade e eficácia frequentemente ocultam desigualdades estruturais e reforçam a lógica excludente de um sistema educativo que não atende plenamente aos princípios da educação como direito universal.

Diante do exposto, a estrutura deste capítulo está dividida em tópicos, no primeiro momento o objetivo é avaliar o atual projeto educacional e como antigos paradigmas

educacionais foram ressignificados dentro de uma nova roupagem neoliberal. Para na sequência ser avaliado o processo de surgimento das disciplinas eletivas. Posteriormente serão apresentadas as eletivas voltadas à educação em direitos humanos nas escolas estaduais do Ceará. Por fim, será discutido como a educação em direitos humanos se configura como um mecanismo de resistência à lógica neoliberal, reafirmando o papel transformador da educação.

3.1 O passado é uma roupa que não nos serve mais - novos nomes para velhos projetos educacionais.

Inspirado no verso de Belchior, o título deste tópico ilustra como antigos paradigmas educacionais são frequentemente remodelados e apresentados como inovações, quando, na realidade, muitas vezes correspondem à continuidade de projetos alinhados com a lógica de perpetuação do poder das elites econômicas. Conforme analisam Basso e Bezerra (2014), a partir da década de 1990, o neoliberalismo consolidou-se no Brasil como uma ideologia hegemônica, influenciando profundamente as políticas educacionais. Essa influência manifestou-se, entre outros aspectos, na reconfiguração do papel do Estado, que passou a privilegiar medidas de contenção de gastos sociais e a enxugar investimentos em educação pública. Nesse sentido, a educação brasileira tem sido palco de estratégias que, embora travestidas de modernização, reproduzem antigas práticas de precarização do trabalho docente, fragmentação curricular e desresponsabilização do Estado (Sakata, 2018).

Um exemplo emblemático dessa lógica é o Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que flexibiliza o currículo e fragmenta a formação escolar, reforçando a centralidade da formação para o mercado de trabalho em detrimento de uma formação integral e cidadã. Como destaca Shiroma, Campos e Garcia (2005), tais políticas reforçam o viés economicista ao subordinar o processo educacional à lógica da eficiência e da meritocracia, deslocando a responsabilidade pela aprendizagem para o indivíduo e desresponsabilizando o Estado pela garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Autores como Perry Anderson (1996) e Göran Therborn (1996) ajudam a compreender que o neoliberalismo, embora não tenha criado a visão funcionalista e utilitarista da educação, presente desde que a escola pública se consolidou como instituição moderna, aprofundou e reconfigurou a escola a essa perspectiva. Sob essa lógica, a educação é direcionada prioritariamente para a formação de mão de obra adaptável às demandas do mercado, em detrimento de uma formação crítica e integral. Nesse sentido, iniciativas como o Novo Ensino Médio, apresentadas como “modernas” e “inovadoras”, acabam por reforçar a lógica da flexibilização curricular, deslocando o foco de uma formação cidadã para uma formação

técnica mínima, frequentemente alicerçada na lógica da eficiência e da produtividade (Basso; Bezerra, 2014).

Essa mesma lógica se materializa no movimento Escola sem Partido, que, ao questionar a pluralidade de ideias e cercear a liberdade de cátedra, reforça uma concepção conservadora de educação, pautada em valores moralizantes que negam o caráter emancipatório da escola e de seus agentes. Segundo Freitas (2012), essas propostas se alinham às estratégias de desmonte da escola pública, operando uma desvalorização do magistério e atacando a autonomia pedagógica dos professores, perpetuando a precarização das condições de trabalho e da própria qualidade educacional.

Dessa forma, o Escola sem Partido representa mais uma roupagem conservadora para restringir a liberdade pedagógica e tolher o debate crítico nas escolas, ao mesmo tempo em que se apresentam como soluções neutras e isentas de ideologia (Basso; Bezerra, 2014). Na realidade, como lembram Therborn (1996) e Anderson (1996), tais propostas reforçam o controle social e desarticulam os movimentos coletivos que poderiam reivindicar uma educação pública de qualidade.

Ademais, a atuação de fundações empresariais como a Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna e Fundação Victor Civita, entre outras, revela como o setor privado tem ocupado espaços estratégicos na definição das políticas públicas educacionais. Basso e Bezerra (2014) alertam para o fato de que essas instituições, embora apresente um discurso da inovação e da filantropia, reforçam uma lógica privatista que reduz a educação a um bem de consumo, deslocando o Estado de suas responsabilidades constitucionais de garantir educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Como apontam Oliveira (1996) e Borón (1996), esse movimento reforça desigualdades históricas e contribui para o aprofundamento da exclusão social.

De acordo com Sakata (2018), essas fundações empresariais, por meio de parcerias público-privadas (PPPs), elaboram materiais didáticos, definem parâmetros curriculares e atuam na formação continuada de professores, impondo uma lógica de gestão por resultados que privilegia indicadores de desempenho em detrimento da formação integral e crítica dos estudantes. Para a autora, “a concepção de políticas de formação continuada posta pela Fundação Lemann é pautada no discurso de formação voltada para a emergência de líderes e gestores de sala de aula” (Sakata, 2018, p. 127), o que reforça a lógica empresarial e enfraquece a perspectiva de educação como direito social.

Essas iniciativas encontram respaldo em organismos internacionais como o Banco Mundial e a OCDE, que historicamente pressionam por reformas educacionais alinhadas à racionalidade neoliberal (Dale, 2004). Assim, ao analisarmos o cenário educacional brasileiro contemporâneo, percebe-se que a retórica da modernização, da eficiência e da inovação oculta a permanência de velhos projetos de exclusão e controle social, travestidos sob novas denominações que visam legitimar a privatização da educação pública (Shiroma et al., 2005; Sakata, 2018)

Nesse contexto, torna-se imperativo problematizar essas transformações, pois elas não se restringem a aspectos técnico-administrativos, mas afetam diretamente a qualidade da educação, o acesso democrático e o exercício da cidadania plena. Como destaca Freitas (2012), “o discurso da eficiência gerencial esconde a precarização das condições de trabalho docente e a mercantilização da educação”, configurando-se como um mecanismo de desresponsabilização do Estado e de intensificação das desigualdades sociais.

Portanto, compreender o papel das reformas educacionais atuais exige desvelar suas origens e interesses, reconhecendo que, embora apresentadas como soluções inovadoras, muitas vezes representam a continuidade de projetos históricos de dominação de classe e de reprodução das desigualdades educacionais, evidenciando que o neoliberalismo não apenas influencia a economia, mas redefine os próprios sentidos da educação, priorizando o capital em detrimento dos direitos sociais (Basso; Bezerra, 2014). Esse entendimento é fundamental para que possamos construir uma educação verdadeiramente emancipatória e democrática, capaz de resistir às investidas neoliberais e afirmar a escola como um espaço de transformação social.

3.2 A construção das eletivas no currículo escolar cearense e o contexto de consolidação da eletiva de Direitos Humanos

No contexto cearense, as disciplinas eletivas emergiram no âmbito das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTIs), implantadas no estado a partir de 2016, com o objetivo de ampliar o tempo escolar e diversificar as experiências pedagógicas (Novais; Lucena; Millen Neto, 2024). Esse modelo respondia tanto a uma demanda por ampliação da jornada escolar quanto à necessidade de integrar saberes formais e experiências sociais. Como destaca Feitoza (2021), “as disciplinas eletivas passaram a oferecer aos estudantes possibilidades de aprofundamento e experimentação, configurando-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento de habilidades interdisciplinares e formação integral” (p. 39).

Posteriormente, à luz das políticas educacionais que reconfiguraram a organização curricular do ensino médio brasileiro, houve a consolidação do modelo de itinerários formativos. A Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei n.º 13.415/2017, alterou o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reorganizando o currículo em duas partes: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos (Brasil, 2017). Dentro dos itinerários formativos, as disciplinas eletivas ocupam uma posição estratégica, pois são concebidas como componentes curriculares da parte flexível do currículo, “permitindo que os estudantes escolham conteúdos conforme seus interesses e projetos de vida” (Feitoza, 2021, p. 35). Nesse sentido, observa-se que as disciplinas eletivas foram incorporadas como resposta à necessidade de atender às exigências legais de aumento da carga horária mínima e de oferecer aos estudantes diferentes conteúdos formativos.

Importante destacar que o processo de construção do currículo diversificado das eletivas no Ceará foi marcado por certa descentralização inicial, na qual “as escolas e seus docentes eram incentivados a propor temáticas alinhadas às realidades locais e aos interesses dos estudantes” (Novais et al., 2024, p. 6). Entretanto, com o tempo, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE) centralizou a organização desses componentes por meio da elaboração dos “Catálogos das Eletivas, que passaram a atuar como prescritores curriculares, estabelecendo temáticas, metodologias e produtos finais” (Novais et al., 2024, p. 6). Tal dinâmica revela, segundo Ball e Bowe (1992), o ciclo de políticas públicas, em que a formulação e implementação de políticas educacionais não ocorrem de forma linear e consensual, mas resultam de disputas de interesses e relações de poder.

A análise das eletivas ofertadas no Catálogo de Componentes Eletivos de 2021 da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas revela o caráter contraditório que marca a constituição da base diversificada no currículo. Por um lado, o catálogo contempla componentes com potencial formativo crítico e emancipador, como Direitos Humanos e Cidadania (CHS013), Gênero e Diversidade (CHS021), Memória e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (CHS037), Cultura Política (CHS011) e Identidade Cultural Afro-Indígena (CHS033), que abordam temas historicamente marginalizados no currículo e dialogam com as diretrizes da educação em direitos humanos e com a Lei 10.639/03.

Por outro lado, coexistiam na mesma matriz componentes que expressavam um viés marcadamente tecnicista e pragmático, como a Educação Fiscal (CHS014), centrada em noções básicas de tributação e regras fiscais; Educação para o Trânsito (CHS016), focada em normas e comportamentos de segurança no trânsito; e O Valor do Amanhã (CHS039), voltada

para princípios de planejamento financeiro, economia pessoal e empreendedorismo. Embora essas disciplinas possuísem relevância prática, sua concepção e abordagem pedagógica reproduziam uma lógica instrumental que deslocava o foco da formação integral para o treinamento de competências funcionais imediatas, atendendo a demandas pontuais do mercado e das políticas de regulação social. Assim, longe de promoverem uma compreensão crítica sobre as relações econômicas, políticas ou históricas que estruturam a sociedade, tendem a reduzir a aprendizagem a um conjunto de saberes operacionais e normativos, reforçando a perspectiva da educação como preparação para a adaptação individual e a conformidade social. Essa lógica, ao privilegiar habilidades técnicas desconectadas de uma reflexão ética, histórica e política mais ampla, contribuía para a manutenção de um modelo educacional que prioriza a eficiência e a produtividade em detrimento de uma educação crítica.

Nesse processo, destaca-se também a influência de organismos privados e fundações empresariais que, como aponta Sakata (2018), têm atuado na formação continuada de professores, no desenvolvimento de materiais didáticos e na definição de conteúdos, alinhando as políticas curriculares à lógica de mercado e aos interesses privatistas. Essa presença é perceptível na forma como algumas disciplinas eletivas enfatizam competências socioemocionais, empreendedorismo e protagonismo juvenil, aproximando-se de concepções gerencialistas e tecnicistas de educação (Sakata, 2018).

Nesse sentido, é importante ressaltar o caráter ambíguo das disciplinas eletivas, que, ao mesmo tempo em que criam possibilidades de debate sobre direitos humanos, gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e povos tradicionais, temas historicamente invisibilizados no currículo escolar, também incorporam conteúdos voltados ao empreendedorismo e às chamadas competências socioemocionais, fortemente alinhados à racionalidade neoliberal.

Como destaca Sakata (2018), essa ambiguidade revela a disputa de sentidos no interior das políticas educacionais, em que diferentes atores sociais, incluindo fundações privadas e organismos internacionais, influenciam a definição das temáticas e metodologias das eletivas, orientando-as ora para a emancipação cidadã, ora para a adaptação ao mercado de trabalho. Tal contradição é expressa por Freitas (2012), que alerta para a coexistência de discursos progressistas e conservadores na formulação das políticas educacionais, evidenciando que a democratização do currículo pode ser tensionada por interesses que buscam subordinar a educação à lógica produtivista e mercantil. Essa tensão, portanto, desafia professores e

gestores escolares a problematizar criticamente o papel das eletivas e a ressignificarem seus conteúdos de modo a garantir uma formação verdadeiramente democrática e emancipatória.

Desse modo, as disciplinas eletivas no contexto cearense configuram-se como resultado de múltiplos processos: desde demandas por ampliação da jornada escolar até estratégias de flexibilização curricular que atendem às diretrizes de reformas educacionais mais amplas. Esse quadro evidencia que, embora apresentadas como inovações pedagógicas, as eletivas também podem reproduzir dinâmicas de controle e padronização que tensionam o papel da escola como espaço de formação cidadã e emancipatória. Por isso, compreendê-las requer não apenas uma análise normativa, mas também uma leitura crítica sobre seus sentidos e impactos no cotidiano escolar.

Nesse contexto de disputa pelos sentidos e finalidades do currículo diversificado, os itinerários formativos da área de Ciências Humanas configuram-se como um espaço estratégico para a inserção de temas contemporâneos e socialmente relevantes, entre eles a temática de direitos humanos. No caso da rede estadual do Ceará, o Catálogo de Componentes Eletivos de 2021 disponibiliza, especificamente, a disciplina Direitos Humanos e Cidadania (CHS013), cuja ementa contempla discussões sobre cidadania, direitos fundamentais e políticas públicas, alinhando-se à perspectiva de promoção da justiça social e da democracia (Ceará, 2021). Essa disciplina emerge como instrumento pedagógico que visa não apenas transmitir conteúdos normativos sobre direitos humanos, mas também desenvolver nos estudantes uma consciência crítica capaz de reconhecer desigualdades e promover a participação social.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi encaminhado à Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) um pedido formal de acesso a informações sobre a disciplina eletiva “Direitos Humanos e Cidadania” (CHS013), com o intuito de identificar em quais escolas da rede estadual ela havia sido ofertada e compreender a estrutura, os materiais pedagógicos utilizados e os possíveis impactos na formação discente. No entanto, o retorno da solicitação só ocorreu no início de 2025 e envolveu um trâmite burocrático considerável, exigindo, a entrega de documentos como a comprovação de matrícula no programa de pós-graduação, o projeto de pesquisa validado pela instituição de ensino superior, o plano de trabalho e um termo de confidencialidade assinado. Tais exigências, embora compreensíveis em termos de segurança e política institucional, inviabilizaram o acesso aos dados em tempo hábil para a finalização da dissertação, evidenciando as barreiras institucionais enfrentadas

por pesquisadores que buscam colaborar com a qualificação das políticas públicas educacionais.

Conforme argumenta Demo (2023), a qualidade política da educação é medida não apenas pela oferta de conteúdos programáticos, mas pela capacidade de promover uma formação crítica e cidadã. Nesse sentido, embora a eletiva de direitos humanos e cidadania (CHS013) represente um avanço ao tematizar direitos humanos e cidadania de forma explícita, cabe problematizar se, na prática pedagógica, ela consegue transcender o caráter meramente declaratório dos direitos e dialogar com as vivências concretas dos estudantes. Afinal, como destaca Demo (2023), a formação cidadã deve ser capaz de articular os direitos fundamentais com as condições reais de vida, reconhecendo as desigualdades estruturais que limitam o acesso e a efetivação desses direitos.

A inserção das eletivas de direitos humanos no Catálogo de Componentes Eletivos reflete, portanto, um movimento ambíguo: ao mesmo tempo em que abre espaço para debates sobre democracia, justiça social e diversidade cultural, aspectos fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa, também se insere em um contexto de flexibilização curricular que pode fragmentar o ensino e diluir a centralidade da formação crítica (Calisto, 2024). Tal contradição evidencia a necessidade de que a implementação dessas eletivas esteja acompanhada de formação docente adequada e de condições materiais que possibilitem a abordagem interdisciplinar e contextualizada dos direitos humanos no cotidiano escolar.

3.3. Contra-atacar - como a garantia da educação em direitos humanos enfrenta a lógica neoliberal.

O currículo escolar expressa portanto o tensionamento entre uma proposta pedagógica orientada pela formação integral, ética e cidadã, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, e uma lógica de mercado que instrumentaliza o currículo para a obtenção de resultados mensuráveis e alinhados à cultura da performatividade (Ball, 2001). Como observa Calisto (2024), essa ambivalência na composição dos itinerários formativos revela uma disputa simbólica no interior da escola, em que discursos democráticos e tecnocráticos convivem, ora se complementando, ora se neutralizando.

De modo geral, ainda que o Catálogo das Eletivas abra brechas para a inserção de temas relevantes do ponto de vista social e político, sua organização também aponta para uma funcionalização da educação, na medida em que muitos componentes reforçam uma lógica

utilitarista voltada para o desempenho individual, a empregabilidade e o empreendedorismo. Como alerta Sacristán (2000), essa tendência desvirtua o sentido público da educação e enfraquece seu potencial como direito social. Portanto, a simples presença de disciplinas com temáticas críticas não garante, por si só, a promoção de uma formação cidadã, sendo necessário considerar os sentidos atribuídos à sua implementação, as condições materiais para sua realização e a formação política e pedagógica dos educadores que as ministram.

Mesmo com todas as contradições, a eletiva de direitos humanos no contexto escolar representa uma estratégia de resistência frente ao avanço da lógica neoliberal sobre a educação pública. Ainda que marcada por desafios estruturais, a eletiva de Direitos Humanos pode se constituir como um espaço de formação cidadã, crítica e emancipatória. Ao analisar os impactos do neoliberalismo sobre as políticas educacionais, Laval e Dardot (2016) apontam que esse modelo econômico não atua apenas na esfera econômica, mas busca produzir subjetividades alinhadas à lógica da concorrência, da individualização e da responsabilização dos sujeitos pelos fracassos coletivos. Nesse sentido, a presença da eletiva de direitos humanos, tensiona essa lógica ao promover valores como solidariedade, justiça social e participação democrática.

Segundo Candau (2012), a educação em direitos humanos é, por definição, um processo contra-hegemônico, uma vez que se fundamenta na construção de sujeitos capazes de reconhecer, reivindicar e defender seus direitos e os de sua comunidade. Nesse sentido, embora as eletivas estejam inseridas em uma política educacional atravessada por contradições, que flexibiliza currículos e frequentemente subordina saberes críticos a uma lógica de mercado, elas também abrem brechas para experiências formativas potentes.

Ou seja, a existência de eletivas que debatem sobre os direitos humanos são importantes ferramentas de resistência pedagógica. Como destaca McLaren (2005), a pedagogia crítica tem como horizonte a formação de sujeitos históricos, conscientes de seu papel na transformação social. Portanto, as práticas que podem ser desenvolvidas nas eletivas de direitos humanos podem ser entendidas como atos políticos que resistem ao esvaziamento formativo característico das reformas educacionais neoliberais.

Ademais, essas experiências possibilitam o desenvolvimento social que vão além dos parâmetros tradicionais de avaliação escolar. Ao promover debates sobre temas como diversidade, igualdade de gênero, justiça social, racismo e participação social, as eletivas tensionam o currículo e permitem a construção de um espaço escolar mais democrático e plural (Gadotti, 2009).

Portanto, embora operem sob condições adversas e debates de implementação contraditórios, as eletivas de Direitos Humanos reafirmam o compromisso da escola pública com a formação integral, com a cidadania e com os valores democráticos. Constituem, assim, uma trincheira de resistência frente aos processos de mercantilização da educação e de enfraquecimento das políticas de promoção e defesa dos direitos humanos.

4 “A CABEÇA PENSA ONDE OS PÉS PISAM”: A EXPERIÊNCIA DAS ELETIVAS DE DIREITOS HUMANOS

A frase "A cabeça pensa onde os pés pisam" do Frei Betto sintetiza uma ideia central deste capítulo: a conexão entre o pensamento, as práticas pedagógicas e os contextos em que os educadores e estudantes estão imersos. Ao relatar minha experiência docente, percebo que, ao ministrar a eletiva de Direitos Humanos, minha atuação foi diretamente influenciada pelo contexto socioeconômico e cultural dos alunos, que, por sua vez, impactou as abordagens metodológicas e o planejamento das aulas.

Este capítulo aborda as experiências vivenciadas no contexto da incorporação da eletiva de Direitos Humanos e Cidadania na dinâmica escolar. Inicialmente, é importante destacar que o debate sobre Direitos Humanos é extremamente relevante no contexto das escolas públicas, onde os jovens frequentemente convivem com realidades marcadas por desigualdades socioeconômicas e violência estrutural. Essa dinâmica afeta diretamente o processo educativo, pois questões como vulnerabilidade social, conflitos territoriais e precariedade de recursos muitas vezes interferem no desenvolvimento escolar e emocional dos estudantes.

Nesse cenário, a oferta de disciplinas eletivas voltadas aos Direitos Humanos se apresenta como uma resposta pedagógica à necessidade de discutir temas que dialoguem com a vivência cotidiana desses jovens. A violência, tanto em suas manifestações físicas quanto simbólicas, é abordada não apenas como um problema a ser enfrentado, mas como uma questão a ser analisada, conectando os direitos fundamentais com as experiências de vida dos alunos. Isso possibilita a construção de uma perspectiva reflexiva e empática, contribuindo para o fortalecimento de valores como a solidariedade, a justiça e o respeito às diferenças.

Este capítulo reflete sobre a experiência de ministrar a eletiva de Direitos Humanos, apresentando os desafios, planejamento e execução das atividades. Nesse processo de aprender como ser professora de direitos humanos, foi fundamental compreender o papel do estudante como um ser que percebe, vive e transforma o espaço ao seu redor. Essa noção está atrelada ao entendimento de que cada pessoa, independentemente de sua formação acadêmica, possui uma relação intrínseca com o espaço geográfico, mediada por experiências cotidianas, sentimentos e práticas culturais (Pontuschka; Paganelli; Cacete, 2009). Ou seja, o processo dos estudantes se compreenderem como sujeitos de direitos está atrelado também às compreensões territoriais, sociais, culturais e coletivas de cada um.

Na segunda parte deste capítulo, apresentam-se os relatos dos professores entrevistados, obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas. Foram realizadas cinco entrevistas semi-estruturadas com professores que ministraram a eletiva de Direitos Humanos. Essa abordagem foi escolhida por sua capacidade de captar nuances das práticas docentes, incluindo os desafios enfrentados e as estratégias pedagógicas adotadas. As entrevistas contribuíram para a análise tanto das dimensões individuais quanto coletivas relacionadas à condução da eletiva.

4.1. Experienciando a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania

Ministrar a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania exige não apenas o domínio do conteúdo, mas também sensibilidade para lidar com temas delicados e, muitas vezes, polêmicos. Dessa forma, esse relato da experiência docente permite não apenas sistematizar as reflexões e as práticas pedagógicas, mas também problematizar os desafios enfrentados ao longo do processo e lançar luz sobre os limites impostos por um cenário político cada vez mais adverso.

É importante destacar inicialmente que o ensino de direitos humanos se realiza em um contexto permeado por disputas simbólicas e políticas, especialmente diante do avanço de pautas conservadoras e da retórica autoritária que tem ganhado espaço no Brasil nos últimos anos. A partir de 2018, com a ascensão de forças políticas de extrema direita ao poder, observa-se o fortalecimento de discursos que colocam os direitos humanos como inimigo, associando-os a privilégios indevidos ou à defesa exclusiva de grupos estigmatizados. Tal percepção é reforçada por slogans como “direitos humanos para humanos direitos” ou “direitos humanos só defende bandido”, que deslegitimam a função universalista dos direitos humanos ao restringi-los a determinados sujeitos considerados “merecedores”. Essa lógica punitivista e seletiva é analisada por Sílvia Ramos (2021), ao apontar como o discurso da segurança pública no Brasil tem sido instrumentalizado para justificar a violação sistemática de direitos de populações historicamente marginalizadas, especialmente jovens negros das periferias urbanas.

A percepção de que os direitos humanos servem apenas para proteger pessoas encarceradas, ou que estariam associados à “defesa de bandidos”, constitui uma distorção deliberada alimentada por disputas ideológicas e interesses políticos específicos. Essa narrativa não nasce nas periferias urbanas, mas é impulsionada por setores conservadores da sociedade, especialmente durante o processo de transição democrática brasileira. Nesse contexto, os movimentos de defesa dos direitos humanos, ao denunciarem as violações

cometidas pelo regime militar e os abusos praticados por agentes estatais no período pós-ditadura, tornaram-se alvo de campanhas difamatórias que associavam suas ações à impunidade e à proteção de criminosos.

Essa construção simbólica serve para a manutenção de uma lógica punitivista e autoritária, que busca enfraquecer a democracia e deslegitimar qualquer crítica ao aparato repressivo do Estado. Como já defendia Adorno (1995), a principal tarefa da educação é assegurar que Auschwitz não se repita. Essa afirmação articula uma crítica profunda ao processo civilizatório que, ao evoluir, carrega o risco de alimentar formas de desumanização e totalitarismo mesmo em contextos democráticos. Para ele, a barbárie não está confinada ao passado, mas pode ressurgir sempre que as estruturas sociais e educacionais se omitem diante da manipulação, da alienação e da intolerância. Nesse sentido, o descrédito dos direitos humanos e sua associação à criminalidade não operam apenas como disputa simbólica no campo político, mas expressam um embate mais profundo sobre o papel da educação. Uma sociedade que não forma sujeitos capazes de reconhecer a dignidade do outro está permanentemente vulnerável à repetição histórica da barbárie.

Forte e Lopes (2024), ao analisarem os dados da Pesquisa de Percepção Social sobre Mulheres Defensoras de Direitos Humanos no Brasil, realizada pela ONU Mulheres e pelo Instituto Ipsos (2022), chamam atenção para um aspecto preocupante: embora a maioria da população brasileira declare valorizar os direitos humanos de forma abstrata, 32% das pessoas entrevistadas acreditam que esses direitos beneficiam mais os “bandidos” do que a população em geral. Essa visão distorcida revela uma compreensão seletiva e despolitizada dos direitos humanos, frequentemente alimentada por discursos midiáticos punitivistas e por narrativas políticas que buscam deslegitimar as lutas por justiça social. Ao associar os direitos humanos à impunidade, tais discursos enfraquecem sua legitimidade pública e dificultam sua presença no currículo escolar. Por isso, debater criticamente essa temática no contexto educativo é fundamental para reafirmar o caráter coletivo, histórico e emancipador dos direitos humanos, em contraposição às leituras conservadoras que os reduzem a privilégios individuais.

Nesse sentido, a experiência docente na eletiva de Direitos Humanos e Cidadania revela-se permeada por desafios que ultrapassam a esfera pedagógica. Ensinar sobre direitos humanos implica, muitas vezes, enfrentar a incompreensão de segmentos da comunidade escolar, lidar com censuras veladas ou explícitas e construir, coletivamente, espaços de diálogo e escuta em contextos marcados pela polarização política e pela desinformação. Como aponta Avritzer (2020), o enfraquecimento das instituições democráticas e o descrédito das

mediações políticas tradicionais têm aberto espaço para o autoritarismo e para a desvalorização de práticas participativas, o que impacta diretamente os processos formativos no interior da escola.

Portanto, ministrar a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania demanda não apenas conhecimento técnico, mas sobretudo engajamento político-pedagógico, sensibilidade para lidar com temas sensíveis e compromisso com a construção de uma escola como espaço de resistência, crítica e emancipação. Como argumenta Freire (1996), a educação é um ato político que deve priorizar a formação de sujeitos críticos, capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos. Sob essa perspectiva, a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania se configura como uma oportunidade para transcender a simples transmissão de informações, promovendo um espaço de construção coletiva de saberes. Contudo, o desenvolvimento dessa proposta esbarra em desafios que vão desde a falta de materiais didáticos específicos até resistências por parte dos próprios estudantes, acostumados com o senso comum de criminalização e marginalização dos direitos humanos, evidenciando a necessidade de estratégias pedagógicas reflexivas.

Por isso, este tópico tem como objetivo apresentar e analisar a experiência de ministrar a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania, explorando as práticas pedagógicas utilizadas e as dificuldades enfrentadas ao longo do período. Para isso, são abordados aspectos como a elaboração do plano de ensino e a mediação de debates sobre as temáticas trabalhadas. Além disso, a análise é fundamentada em referenciais teóricos com ênfase na abordagem crítica dos direitos humanos.

Desde meu ingresso na rede estadual de ensino do Ceará, em 2022, tenho tido a oportunidade de ministrar a eletiva de direitos humanos e cidadania, ou seja, ministrei a eletiva nos anos de 2022, 2023 e 2024. Vale destacar que geralmente a escolha das disciplinas eletivas ofertadas em cada escola deve ser realizada pelos professores, considerando tanto o contexto educacional da instituição, quanto às demandas e interesses da gestão escolar e dos estudantes. Escolhi ministrar a eletiva de direitos humanos por conta da sua relevância no processo educacional dos estudantes. Ao longo desse período, atuei em instituições situadas no Conjunto Ceará, Mucuripe e Antônio Bezerra, regiões marcadas por desigualdades sociais, econômicas e culturais que tornam o ensino de temas relacionados aos direitos humanos ainda mais urgente e significativo.

A decisão de ministrar a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania reflete uma compreensão da relevância desse tema na formação cidadã dos estudantes, pois essa disciplina

desempenha um papel crucial na formação crítica dos estudantes, promovendo debates essenciais sobre igualdade, justiça, respeito e solidariedade. Segundo Santos (2020), a educação crítica deve abordar temas que dialoguem com a realidade dos estudantes, promovendo uma compreensão ampla dos direitos e deveres na sociedade. No entanto, a prática docente na disciplina foi marcada por desafios estruturais e institucionais.

Sou licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e, durante minha formação acadêmica, não tive acesso a aulas ou disciplinas específicas sobre direitos humanos na grade curricular do curso. Essa ausência reflete uma lacuna na formação inicial de professores, especialmente no que diz respeito a temas transversais que são fundamentais para o desenvolvimento de uma prática pedagógica alinhada aos desafios contemporâneos, como aponta Gatti (2019) ao discutir as limitações dos currículos de licenciatura no Brasil.

Os currículos das licenciaturas, em geral, têm pouca flexibilidade e raramente incluem componentes que abordem questões relacionadas aos direitos humanos e à diversidade, o que é essencial para a formação de professores na contemporaneidade (Gatti, 2019, p. 45).

Além dessa lacuna na formação inicial também não houve oferta de formação continuada específica para o ensino da eletiva, assim como não foram disponibilizados materiais pedagógicos estruturados pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) para subsidiar o ensino da disciplina, vale destacar que o documento que orienta o ensino da disciplina está no Catálogo de Componentes Eletivos produzido pela SEDUC, que disponibiliza apenas uma ementa da eletiva com os objetivos da aprendizagem, justificativa, objetos do conhecimento, recursos didáticos, métodos avaliativos e referências bibliográficas. Documento insuficiente no processo de estruturação pedagógica semestral para ministrar a eletiva.

Essa ausência de material pedagógico estruturado fornecido pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) para o ensino da eletiva de Direitos Humanos e Cidadania evidencia uma falha nas políticas educacionais, refletindo uma tendência mais ampla, característica da lógica neoliberal, que transfere para o docente a responsabilidade pela formação e adaptação, sem o devido apoio institucional. Em um contexto educacional marcado por desigualdades estruturais e pela ausência de uma formação sólida e contínua, a falta de recursos adequados agrava ainda mais os desafios enfrentados pelos professores.

Esse cenário está em consonância com a crítica de Luiz Carlos de Freitas (2005), que compreende que os profissionais são constantemente pressionados a buscar capacitações e

atualizações de forma individualizada. A cobrança pela autossuficiência no desenvolvimento profissional, sem a oferta de uma estrutura institucional de apoio, como cursos de formação continuada ou materiais pedagógicos específicos, se reflete diretamente na insegurança dos educadores, que se veem obrigados a se capacitar individualmente para atender às demandas do currículo sem o respaldo necessário.

Assim como Freitas (2005), argumenta que o neoliberalismo contribui para a precarização da profissão docente, Oliveira (2017) também aponta a lógica de individualizar as questões educacionais, colocando a responsabilidade pela melhoria na formação diretamente sobre os profissionais, sem considerar as condições objetivas nas quais eles atuam. Esse contexto, portanto, reforça a insegurança dos educadores, que, ao serem impelidos a se capacitar constantemente, enfrentam desafios tanto de ordem estrutural quanto pessoal, sem o apoio de políticas públicas que garantam uma formação contínua e efetiva dentro das escolas e instituições, os professores recorrem a formação de grupos educacionais privados que tem ocupado a linha de frente no processo de formulação e capacitação educacional.

Portanto, a ausência de uma estrutura formal de apoio para o ensino da eletiva de Direitos Humanos e Cidadania se insere em um processo mais amplo de responsabilização do profissional pela sua própria capacitação, característico da lógica neoliberal. Ou seja, a lógica do “aprender a aprender”, que se refere à capacidade de adquirir habilidades de aprendizagem de forma autônoma, permitindo que os indivíduos sejam capazes de se adaptar e adquirir novos conhecimentos ao longo da vida.

Vale destacar que mesmo com as críticas à ausência de material didático contraditoriamente essa característica também pode ser considerada positiva, uma vez que existe a obrigatoriedade dos professores fazerem seus próprios planejamentos, materiais, planos de aulas e sequências didáticas. Esse processo de reflexão e execução didática é bastante importante na docência auxiliando tanto à criatividade quanto à autonomia dos professores. Sacristán (2000) enfatiza que o currículo não deve ser apenas um instrumento técnico ou um conjunto de diretrizes a serem seguidas rigidamente, mas sim uma construção social que precisa dialogar com a prática educativa e os contextos específicos em que os professores atuam.

Conteúdos rigidamente estruturados, com sequências didáticas predefinidas e respostas “certas” que são frequentemente apresentadas como únicas caracterizam o que podemos chamar de material didático dogmático, que prejudicaria o processo

ensino-aprendizagem numa eletiva tão reflexiva como direitos humanos e cidadania. Ou seja, uma abordagem padronizada desconsidera a realidade diversa das salas de aula. Além disso, segundo Freire (1996), educação não é um ato de deposição de conhecimento, mas um processo de construção coletiva entre professor e aluno.

Dessa forma, em alguma medida podemos considerar positiva o processo do docente planejar suas aulas com base em seu contexto e nas necessidades específicas dos estudantes. Considerando essa dualidade, o produto desse trabalho não segue uma lógica dogmática que promove uma visão tecnicista do ensino, na qual o sucesso da aula é medido pela aderência do professor ao roteiro do guia, em detrimento da construção de um processo educativo dinâmico e significativo. Mas o objetivo é compartilhar experiências e iniciar a reflexão sobre os direitos humanos.

A apresentação das experiências didáticas segue uma lógica que combina a ordem cronológica com a territorialidade das instituições em que atuei, reconhecendo que tempo e espaço são dimensões indissociáveis dos processos formativos e das práticas pedagógicas. Assim, a seguir vou abordar, respectivamente, as experiências desenvolvidas nas escolas localizadas nos bairros Conjunto Ceará (2022), Mucuripe (2023) e Antônio Bezerra (2024), todos situados na periferia de Fortaleza.

Ao longo desses três anos a experiência de ministrar a eletiva foi construída e reconstruída diversas vezes. Como as eletivas funcionam de forma semestral, a primeira vez que ministrei a eletiva foi no semestre 2022.2, de agosto a dezembro daquele ano, numa escola localizada no bairro Conjunto Ceará, em Fortaleza. Vale ressaltar que também foi nesse ano que iniciei o trabalho docente, sendo meu primeiro vínculo com a rede estadual de educação. O Conjunto Ceará é um bairro da zona periférica de Fortaleza, situado na Regional V, marcado por profundas desigualdades sociais e históricas carências urbanas.

O bairro Conjunto Ceará, surgiu na década de 1970 como parte de uma política habitacional popular. Concebido inicialmente como conjunto habitacional, tornou-se oficialmente bairro apenas em 1989. O bairro Conjunto Ceará abriga hoje uma população numerosa e majoritariamente pertencente às classes trabalhadoras (Sousa, 2014). Apesar de contar atualmente com equipamentos públicos como escolas, postos de saúde e terminais de ônibus, o bairro ainda enfrenta desafios relacionados à desigualdade social e urbana. Cerca de 30% das famílias vivem com até um salário mínimo, e há uma grande disparidade na infraestrutura das moradias, o que impacta diretamente o cotidiano da comunidade escolar (IBGE, 2010).

Esse território, atravessado por múltiplas formas de exclusão, é também espaço de resistências e saberes populares, o que exigiu da prática pedagógica uma escuta atenta e um planejamento sensível às vivências concretas dos estudantes. O plano da eletiva, desenvolvido ao longo do semestre, foi estruturado a partir de dois eixos principais: a construção histórica dos direitos humanos enquanto processo de lutas e disputas por reconhecimento e cidadania; e a trajetória da população negra na afirmação de sua condição de sujeito de direitos no Brasil e no mundo. Nesse sentido, os conteúdos trabalhados buscaram não apenas apresentar os fundamentos teóricos dos direitos humanos, mas também promover reflexões críticas sobre o racismo estrutural, as desigualdades sociais e os conflitos vivenciados cotidianamente pelos estudantes.

O enfoque na temática étnico-racial estava diretamente relacionado ao mês de novembro, período em que se celebra o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, mas também à minha vivência na escola, especialmente no primeiro semestre de 2022, quando percebi que o racismo era uma prática recorrente no ambiente escolar. Essa percepção foi construída a partir de diversas situações concretas, como a frequência de piadas racistas em sala de aula e o hábito de alguns alunos de chamar colegas negros de “macaco” em tom de brincadeira. Um episódio particularmente emblemático ocorreu quando um estudante entrou em outra sala e, ao ver uma professora negra, questionou o que ela estava fazendo ali, pois, em sua visão, ela deveria ocupar funções ligadas aos serviços gerais e não a atividades educacionais.

Diante disso, é fundamental caracterizar o racismo como uma construção histórica e social, definida como um sistema de opressão baseado na crença da superioridade de um grupo racial sobre outro. Esse sistema manifesta-se por meio de práticas discriminatórias que se traduzem em desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais, perpetuando hierarquias de poder. Segundo Almeida (2019), o racismo é estrutural, ou seja, não se trata apenas de atos isolados, mas de uma lógica que permeia as instituições e as relações sociais, moldando de forma profunda o cotidiano escolar e a experiência de alunos e professores negros.

No espaço escolar, o racismo também se manifesta de diferentes formas, impactando tanto estudantes quanto profissionais da educação. Uma das principais manifestações de racismo na escola constitui o fenômeno chamado racismo recreativo que são as práticas racistas travestidas de humor, que utilizam estereótipos raciais como fonte de entretenimento. (Moreira, 2019) O racismo recreativo sustenta-se na ideia de que, ao ser apresentado em

contextos de suposta leveza e/ou comicidade, o teor discriminatório das ações é minimizado ou mesmo ignorado. Contudo, Moreira (2019) adverte que essa forma de racismo é igualmente prejudicial, pois reforça estigmas históricos e perpetua a subalternização de grupos raciais.

Nesse primeiro contexto de planejamento e execução das atividades de direitos humanos e cidadania compreendi o papel crucial que a eletiva poderia ter no combate ao racismo. Então estudei e pesquisei práticas pedagógicas antirracistas. Nesse contexto, a Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, foi uma ferramenta importante para respaldar e orientar a prática pedagógica durante a construção da eletiva.

O debate sobre a temática étnico-racial iniciou-se no mês de outubro e teve sua culminância no mês de novembro, e foi fundamentado pela pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2008). Por isso, ao introduzir a temática racial utilizei a ferramenta da pergunta problematizadora, que tem como objetivo despertar a curiosidade dos estudantes e convidá-los a refletir criticamente sobre a realidade, com o objetivo principal de articular os saberes escolares com a prática social.

De acordo com Saviani (2019), a pedagogia histórico-crítica propõe que a educação deve partir da prática social dos educandos, passando pela problematização e culminando no retorno a essa prática, agora enriquecida pelo conhecimento sistematizado. Nesse sentido, a aula pode ser iniciada com uma pergunta que conecte o tema ao contexto vivenciado pelos estudantes. Por exemplo, para iniciar a temática étnico-racial na eletiva de direitos humanos e cidadania, eu iniciei a aula com a seguinte indagação: “quais são os intelectuais, artistas e militantes negros que vocês tem referência e conhecem?”

Essa abordagem inicial permite aos estudantes reconhecerem seus saberes prévios, estabelecendo uma base para a construção do conhecimento. Como afirma Freire (1987), o diálogo é fundamental para que o educando perceba-se como sujeito ativo no processo educativo, superando a visão bancária da educação, onde o professor apenas deposita conteúdos prontos no estudante. A partir dessa interação, o professor pode introduzir conteúdos mais complexos, como o debate sobre a invisibilidade de personalidades negras na história oficial e a análise crítica das estruturas que perpetuam o racismo estrutural.

Além disso, atividades didáticas que promovam a problematização contribuem para o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos. Conforme Schaff (1991), a educação precisa desvelar as contradições da realidade social, favorecendo a compreensão do papel

histórico dos sujeitos na transformação dessa realidade. Assim, o tema étnico-racial é abordado não apenas como um conteúdo curricular, mas como um campo de reflexão sobre as desigualdades e possibilidades de superação.

Com essa mesma perspectiva de valorização dos conhecimentos e identidade negra foi desenvolvida pela turma um mural temático, intitulado "Se a coisa tá preta, a coisa tá boa", essa frase conecta-se com a expressão popular, mas, a ressignificando positivamente e também está presente na canção "A Coisa Tá Preta", de Rincon Sapiência. A frase celebra as contribuições culturais e históricas de personalidades negras.

Para a produção do mural, foi necessário que cada aluno pesquisasse, escolhesse e defendesse a inclusão de uma personalidade relevante na exposição temática. Essa etapa de pesquisa foi significativa, pois proporcionou um aprofundamento no conhecimento sobre a contribuição de intelectuais, artistas e ativistas negros na sociedade que tem relação direta com a primeira aula e sua pergunta problematizadora. Após as apresentações individuais, o grupo selecionou coletivamente treze personalidades, cujas biografias e retratos foram expostos na entrada da escola durante o mês de outubro.

Essa exposição buscou interagir e dialogar também com os estudantes que não estavam matriculados na eletiva, levando o debate de promoção e valorização da cultura e história afro-brasileira para a comunidade escolar. A proposta teve como objetivo desconstruir estereótipos, ampliar o repertório cultural e fomentar uma visão mais plural e crítica sobre a diversidade étnico-racial no Brasil.

Figura 2 - Mural - "Se a coisa tá preta, a coisa tá boa"



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Durante a atividade de construção do mural e sua conexão com a pergunta geradora é interessante perceber que algumas personalidades estavam mais próximas e no cotidiano dos estudantes, destaco aqui o Mano Brown, Iza e Emicida, segundo Freire (1996), práticas pedagógicas que dialogam com a realidade dos educandos promovem um aprendizado mais significativo e transformador. Nesse sentido, o mural foi uma ferramenta importante para o desenvolvimento de um senso de pertencimento e empoderamento.

A partir da construção do mural e do engajamento dos estudantes com personalidades que dialogavam com sua realidade, foi realizado um cine debate na eletiva com o documentário “AmarElo - É Tudo Pra Ontem”, de Emicida. Essa obra articula história, cultura e música, apresentando um panorama das lutas e conquistas da população negra no Brasil, além de resgatar importantes momentos históricos, como o processo de criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978.⁵ Esse marco na luta antirracista brasileira foi fundamental para a organização política da população negra e para a reivindicação de direitos em diferentes esferas da sociedade.

Figura 3 - Cine-debate com o documentário “AmarElo - É Tudo Pra Ontem”



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Como observa Arroyo (2011), práticas pedagógicas que integram múltiplas linguagens, como a música e o audiovisual, permitem não apenas transmitir conteúdos, mas também promover reflexões profundas sobre as vivências sociais dos educandos. Durante o

⁵ O Movimento Negro Unificado (MNU) foi fundado em 18 de junho de 1978, em São Paulo, em resposta ao aumento da violência racial e à exclusão social da população negra. O marco inicial do movimento foi um protesto contra o assassinato de Robson Silveira da Luz, um trabalhador negro acusado injustamente de furto e morto por seguranças. O MNU foi fundamental para a organização da luta por igualdade racial no Brasil, destacando-se na denúncia do racismo e na promoção de políticas afirmativas.

debate, os estudantes foram incentivados a conectar os temas apresentados no documentário com as personalidades do mural, discutindo a importância da valorização da cultura afro-brasileira e o papel das manifestações artísticas como ferramentas de resistência e transformação social. Essa atividade reforçou o objetivo de ampliar o repertório cultural e fortalecer o senso crítico dos estudantes, reafirmando a relevância de práticas pedagógicas que vão além do espaço da sala de aula para promover uma educação emancipadora e contextualizada.

Por fim, ao retornar à prática social enriquecida pelo conhecimento sistematizado, os estudantes organizaram um debate em formato de palestra que teve como público todas as turmas da escola, a temática da mesa era "Saberes Negros: História, Cultura e Resistência" e teve como palestrantes representantes do Movimento Negro Unificado (MNU) do Ceará. A atividade ocorreu no final do mês de novembro e a escolha do tema e dos palestrantes está diretamente conectada às práticas e referenciais pedagógicos utilizados ao longo da disciplina eletiva.

Figura 4 - Palestra - Saberes Negros: História, Cultura e Resistência



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Segundo Saviani (2019), essa etapa final do método histórico-crítico assegura que o conhecimento adquirido seja integrado à prática social, promovendo uma educação que forme para a cidadania e a emancipação. Dessa forma, as aulas propostas não apenas se conectam com o conteúdo ao cotidiano dos estudantes, mas também estimula a transformação social através do engajamento crítico e participativo.

A experiência bem sucedida de trabalhar a temática étnico-racial por meio da eletiva de Direitos Humanos e Cidadania teve como marco inicial o semestre de 2022.2, nessa escola localizada no bairro Conjunto Ceará. Os resultados pedagógicos dessa vivência, traduzidos no engajamento dos estudantes, na construção de espaços de debate e no fortalecimento da identidade étnico-racial, evidenciaram a potência formativa da abordagem adotada. A partir disso, a proposta didática foi adaptada e replicada em diferentes contextos escolares nos semestres seguintes, em 2023.2 numa escola localizada no Mucuripe e 2024.2 numa escola localizada no Antônio Bezerra. Um dos elementos centrais para a escolha do segundo semestre como período privilegiado para o desenvolvimento da temática foi a intencionalidade de fortalecer as ações pedagógicas no mês de novembro, tendo em vista o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra no dia 20 de novembro. Dessa forma, o mês de novembro foi compreendido não apenas como marco simbólico, mas como uma oportunidade potente de afirmação da história, da cultura e da resistência do povo negro no interior das escolas.

No processo de reaplicação da temática étnico-racial na eletiva de Direitos Humanos e Cidadania, foram realizadas adaptações metodológicas que respeitaram as especificidades de cada comunidade escolar. Os ajustes consideraram o contexto social, cultural e pedagógico de cada escola, mas mantiveram como eixo estruturante o compromisso com o enfrentamento ao racismo estrutural e com a promoção de uma educação antirracista, em consonância com as diretrizes da Lei 10.639/03. Essa continuidade não apenas consolidou o trabalho pedagógico desenvolvido ao longo dos semestres, como também reafirmou a centralidade das relações étnico-raciais na formação crítica e cidadã dos estudantes e o compromisso de dar centralidade ao debate racial dentro de uma perspectiva de garantia dos direitos humanos.

No ano 2023, ministrei no primeiro e no segundo semestre a disciplina eletiva de Direitos Humanos em uma escola pública localizada no bairro do Mucuripe, em Fortaleza (CE), território marcado por intensas contradições socioespaciais. O bairro possui indicadores socioeconômicos relativamente elevados, como um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) superior à média da cidade, mas esses dados evidenciam uma enorme contradição socioespacial, no bairro coexistem condomínios de alto padrão e empreendimentos turísticos com comunidades marcadas por moradias precárias, insegurança alimentar e violência institucionalizada.

Durante as aulas, era comum os estudantes compartilharem episódios recorrentes de violência policial, sobretudo em momentos de lazer comunitário e festividades locais. As

denúncias envolviam abordagens truculentas, revistas humilhantes e perseguições que, muitas vezes, tinham como alvo preferencial adolescentes negros. Tais relatos explicitam a permanência de práticas de racismo institucional e estrutural, conforme analisa Almeida (2019), ao tratar dos mecanismos de controle e disciplinamento dos corpos negros nos espaços urbanos marginalizados. Essa realidade, longe de ser exceção, constituía o pano de fundo das reflexões em sala, evidenciando a urgência de uma pedagogia dos direitos humanos comprometida com a denúncia e a transformação das violências naturalizadas.

Diante dessa realidade, as práticas pedagógicas foram cuidadosamente planejadas para articular os princípios dos direitos humanos à experiência concreta dos sujeitos escolares, promovendo uma abordagem crítica e situada do currículo. Conforme defendido por Candau (2012), a educação em direitos humanos deve estar enraizada na realidade social dos educandos, possibilitando a problematização das desigualdades e opressões vivenciadas cotidianamente. Assim, por meio de rodas de conversa, análise de reportagens, produção de cartazes e debates mediados por documentários, buscamos fomentar o reconhecimento das violações de direitos como parte de um processo histórico e estrutural, e não como eventos isolados.

Portanto, a abordagem adotada no Mucuripe refletiu o compromisso com uma educação, pautada pelo processo de compreensão dos direitos, pela valorização das identidades étnico-raciais e pela denúncia das violações sistemáticas de direitos, mesmo em contextos em que, à primeira vista, os indicadores sociais poderia apresentar uma realidade menos adversa.

Entre as práticas pedagógicas desenvolvidas no semestre de 2023.1, destaca-se a atividade de leitura, análise e socialização dos artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Essa proposta teve como objetivo promover o conhecimento e a apropriação crítica dos princípios fundamentais que regem os direitos humanos no plano internacional, aproximando esse referencial normativo da realidade concreta dos estudantes. Para isso, foram utilizadas diversas fontes didáticas, como músicas, vídeos curtos, notícias jornalísticas, trechos de documentários e adaptações da própria DUDH em linguagem acessível, conforme recomenda Candau (2012), que ressalta a importância de vincular o ensino de direitos humanos ao cotidiano dos sujeitos escolares, superando abordagens abstratas ou meramente conteudistas.

No primeiro encontro da disciplina eletiva de Direitos Humanos do semestre de 2023.1, foi realizada uma dinâmica pedagógica introdutória com o objetivo de mapear as

percepções prévias dos estudantes acerca do conceito de direitos humanos. A proposta era a escrita anônima, sem pesquisa, em pequenas folhas de papel, os estudantes precisavam responder a pergunta: “O que são direitos humanos?”. O anonimato foi intencionalmente adotado como estratégia metodológica, com o intuito de preservar a identidade dos participantes e permitir a expressão livre de opiniões, muitas vezes atravessadas por estigmas ou receios de julgamento. As respostas foram depositadas em uma caixa e, posteriormente, fixadas no quadro da sala para leitura coletiva e análise crítica

Figura 5 - Mural da Atividade “O que são direitos humanos?”



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Essa atividade se fundamenta na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, formulada por Dermeval Saviani (2008), que compreende o processo educativo como uma mediação entre o saber sistematizado e as experiências concretas dos sujeitos. Nessa concepção, parte-se da realidade vivida e das representações ideológicas nela presentes para, por meio da mediação docente, possibilitar a superação da consciência ingênua em direção à consciência crítica. A escuta das ideias iniciais dos estudantes, nesse caso, não teve o objetivo de validá-las como verdades absolutas, mas sim de tensioná-las em um processo dialético de formação.

De modo geral, observou-se uma tendência majoritária a associar os direitos humanos à defesa da dignidade, da igualdade e da justiça social. No entanto, uma das respostas chamou atenção ao afirmar que "direitos humanos são para proteger vagabundo". Essa manifestação foi tomada como ponto de partida para a problematização coletiva sobre a origem e os

sentidos desse discurso, frequentemente disseminado no imaginário social por meio de narrativas punitivistas e desinformadas.

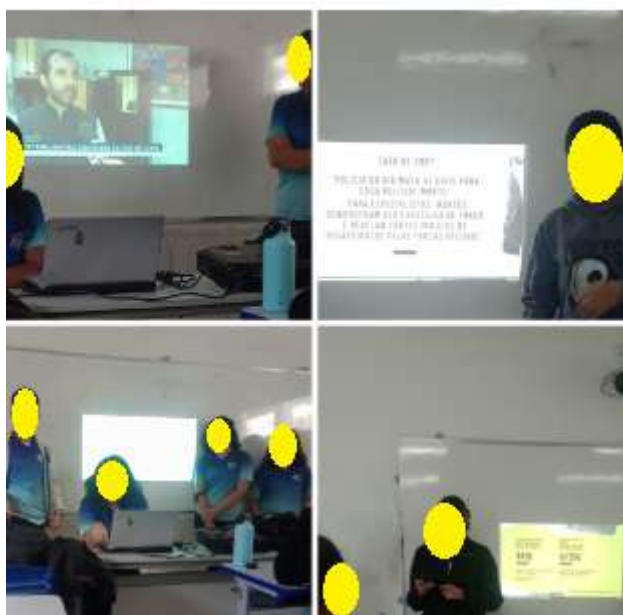
A partir desse enunciado, desenvolveu-se um debate crítico que visou desconstruir a ideia equivocada de que os direitos humanos estariam restritos à defesa de determinadas populações em detrimento de outras. Discutiu-se, por exemplo, que os direitos humanos são universais, inalienáveis e indivisíveis, e que sua proteção abrange todos os sujeitos, inclusive os que atuam nos sistemas de segurança pública e justiça criminal, como os policiais militares e agentes penitenciários, que também necessitam de condições dignas de trabalho e garantia de integridade física e mental.

As imagens da atividade registram o momento de leitura coletiva dos papéis colados no quadro, evidenciando o engajamento dos estudantes na análise e no debate das diferentes respostas. Tais práticas reforçam a importância de iniciar o processo formativo a partir do repertório dos estudantes e de promover, desde os primeiros encontros, a problematização dos sentidos atribuídos à linguagem e à política dos direitos.

A atividade de culminância após os debates sobre a DUDH se constituiu a partir da escolha, por parte dos estudantes, de um dos artigos da DUDH para ser apresentado e problematizado por meio de uma encenação ou apresentação oral, a partir de um caso emblemático de violação de direitos. A proposta buscou desenvolver não apenas a capacidade de análise crítica, mas também a expressão artística, reconhecendo, com Freire (1996), que "não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes", e que a aprendizagem se fortalece quando parte das experiências e linguagens dos próprios educandos.

Três exemplos particularmente marcantes emergiram dessa prática. Um grupo optou por trabalhar o Artigo 5º da DUDH, "Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante", e apresentou o Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, a partir da música diário de um detento, dos Racionais MC's, como um caso de violação do artigo 5º. A escolha evidenciou a capacidade dos estudantes em identificar episódios históricos de violência institucional como expressões da violação sistemática dos direitos de populações criminalizadas, sobretudo no sistema prisional brasileiro.

Figura 6 - Mural da Atividade de Culminância do semestre 2023.1



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Outro grupo escolheu trabalhar o Artigo 4º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que estabelece que “Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos”. A partir dessa escolha, a equipe elaborou uma apresentação que abordou criticamente o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, demonstrando que, apesar da abolição formal da escravidão, formas modernas de exploração persistem sob condições degradantes de trabalho, sobretudo em setores como a agropecuária e a indústria têxtil.

Para fundamentar a discussão, os estudantes realizaram uma curadoria de matérias jornalísticas que revelavam casos recentes de resgate de trabalhadores submetidos a jornadas exaustivas, restrição de liberdade e ausência de condições mínimas de dignidade. A apresentação estabeleceu conexões entre os dados atuais e a permanência de lógicas estruturais de exploração que remontam ao passado escravocrata brasileiro, permitindo a compreensão do trabalho escravo como uma violação contínua dos direitos humanos no presente.

Uma terceira equipe destacou-se ao encenar a brutalidade do assassinato de Dandara dos Santos, mulher trans morta em Fortaleza em 2017, como forma de ilustrar o Artigo 2º da DUDH, que assegura que "todos têm direito a todos os direitos e liberdades proclamados nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie". A encenação foi marcada por grande sensibilidade e provocou intensos debates entre os colegas, evidenciando a potência

pedagógica da abordagem interdisciplinar dos direitos humanos. Como aponta Scott (2005), o ensino da diversidade exige a problematização dos dispositivos sociais que produzem desigualdades, violências e silenciamentos, sobretudo contra corpos dissidentes e historicamente marginalizados.

Essas atividades, ao promoverem a articulação entre o conhecimento normativo e os dramas sociais vividos ou percebidos pelos estudantes, contribuíram para o fortalecimento de uma consciência crítica e ética. A sala de aula foi ressignificada como espaço de escuta, denúncia e resistência, alinhando-se aos princípios da educação emancipadora proposta por Freire (1996) e aos fundamentos da Educação em Direitos Humanos, conforme delineado pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), que propõe a centralidade do sujeito na construção do conhecimento e a valorização da dignidade humana como horizonte pedagógico.

Outro eixo estruturante das práticas pedagógicas desenvolvidas no primeiro semestre de 2023, na escola localizada no bairro Mucuripe, foi o debate sobre gênero e sexualidade. A escolha por abordar essa temática nesse período do ano não foi aleatória, mas estrategicamente articulada a dois importantes marcos institucionais: o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, e a Lei Estadual nº 17.895/2022, que institui, no Ceará, a Semana Estadual Janáina Dutra de Promoção dos Direitos da População LGBTQIA+. Esses marcos, ao mesmo tempo simbólicos e legais, conferem legitimidade e visibilidade às ações pedagógicas voltadas aos marcadores de gênero e sexualidade, além de criar condições políticas mais favoráveis ao enfrentamento das múltiplas formas de violência, silenciamento e exclusão que atravessam o cotidiano escolar.

A promoção do debate sobre gênero e sexualidade no espaço escolar constitui uma dimensão central da educação em direitos humanos, especialmente quando se compreende a escola como território de disputa simbólica e formativa. Conforme Candau (2012), a abordagem das diferenças de forma crítica e comprometida com os direitos é condição fundamental para o desenvolvimento de uma educação democrática e inclusiva.

Foram promovidos um conjunto de atividades voltadas à discussão crítica de gênero e sexualidade, com especial atenção à vivência da população LGBTQIAPN+ no contexto escolar. Uma das ações de maior destaque foi o debate intitulado: “TRANSformando a escola em um lugar seguro para pessoas LGBTQIAPN+”, realizado com a participação de todas as turmas da escola. A escolha temática partiu da escuta sensível e da observação da realidade

escolar, marcada pela presença expressiva de estudantes trans e pela necessidade urgente de se construir um ambiente acolhedor, respeitoso e livre de violências de gênero.

Figura 7 - Mural da Atividade da Semana Janaína Dutra na escola no Mucuripe



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

A proposta da atividade teve como objetivo central fomentar uma cultura de reconhecimento da diversidade e enfrentamento da transfobia institucional, promovendo o protagonismo estudantil e a valorização das vivências trans dentro do espaço escolar. As imagens registram momentos importantes desse processo pedagógico, evidenciando a ampla participação discente e a escuta coletiva como estratégias formativas. Conforme aponta Louro (1997), ao incorporar o debate de gênero e sexualidade na escola, reconhece-se que tais dimensões atravessam a formação dos sujeitos e precisam ser discutidas de forma crítica e contextualizada, especialmente em instituições que historicamente invisibilizaram essas identidades.

Além dessa atividade, também foi realizado um segundo momento formativo reunindo a maioria das turmas das eletivas de Ciências Humanas da escola com o foco principal de debater sobre a importância da abordagem de gênero e sexualidade e aprofundar o debate sobre os direitos das pessoas LGBTQIAPN+, ampliando e enfatizando os impactos sociais, culturais e políticos da normatividade de gênero na produção das desigualdades. A articulação entre diferentes turmas e docentes evidencia o caráter interdisciplinar e coletivo da proposta, alinhando-se à concepção de currículo como um campo de disputa e construção política.

No segundo semestre letivo de 2023, o foco da eletiva, na escola localizada no bairro Mucuripe, foi voltado à temática étnico-racial. O semestre teve como culminância uma

atividade inteiramente organizada pelos estudantes da turma da eletiva. Como resultado do processo formativo desenvolvido ao longo do semestre, a turma da eletiva precisou organizar um debate voltado para todas as turmas da escola, com o objetivo de discutir a cultura afro-brasileira. A programação do evento incluiu uma roda de conversa mediada por dois convidados escolhidos pelos próprios estudantes, além de uma apresentação cultural de capoeira, que articulou elementos de corporeidade, ancestralidade e resistência. Essa culminância representou não apenas um momento de socialização do conhecimento construído ao longo da eletiva, mas também uma prática concreta de protagonismo estudantil, fortalecendo o compromisso da escola com a educação antirracista e com a valorização das expressões culturais de matriz africana.

A escolha pela capoeira como parte da atividade de encerramento tem profundo significado político e pedagógico. Historicamente marginalizada e criminalizada, a capoeira é uma das manifestações culturais mais emblemáticas da resistência negra no Brasil, tendo se constituído como estratégia de enfrentamento à opressão e ao racismo desde o período escravocrata. Conforme aponta Nascimento (2009), a capoeira sintetiza memórias, saberes e práticas de liberdade que desafiaram a lógica da dominação colonial e continuam, ainda hoje, a afirmar a identidade negra. Moura (2000) complementa essa perspectiva ao enfatizar que a capoeira não deve ser reduzida a um mero esporte ou folclore, pois ela expressa um complexo sistema cultural que articula movimento, música, espiritualidade e luta.

No contexto escolar, a presença da capoeira em atividades pedagógicas amplia a dimensão formativa ao promover o reconhecimento das culturas afro-brasileiras como componentes legítimos do conhecimento escolar. Como argumenta Gomes (2005), práticas educativas que valorizam a história e a cultura negra contribuem para a construção de identidades positivas entre os(as) estudantes negros(as) e para o combate ao racismo institucional. Da mesma forma, Silva (2014) destaca que iniciativas como essa estão em consonância com a Lei 10.639/03 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que orientam o trabalho pedagógico voltado à valorização da diversidade e à superação das desigualdades raciais no ambiente escolar.

Figura 8 - Mural da atividade de Culminância do semestre 2023.2



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Em 2024, tive a oportunidade de ministrar a eletiva de Direitos Humanos no primeiro e no segundo semestre para estudantes numa escola localizada no bairro Antônio Bezerra, localizado na zona oeste de Fortaleza. Este território possui uma infraestrutura consolidada e mobilidade urbana expressiva, sendo cortado por importantes vias e polos de transporte, também enfrenta desafios típicos de periferias urbanas em expansão: riscos socioambientais, vulnerabilidade em áreas de preservação permanente, como às margens do Rio Maranguapinho e problemas relativos à violência urbana e precariedades no saneamento. Essa paisagem complexa, marcada por desenvolvimento, circulação intensa, mas também por vulnerabilidades, orienta o desenho curricular da eletiva, que buscou articular o conteúdo sobre direitos humanos a realidades concretas enfrentadas pela comunidade escolar.

No semestre letivo de 2024, elaborei uma proposta curricular profundamente vinculada ao calendário temático dos direitos humanos, articulando datas comemorativas e marcos históricos à construção de saberes críticos e contextualizados no interior da disciplina eletiva. Essa abordagem buscou romper com uma lógica linear e conteudista, assumindo a transversalidade como princípio orientador da prática pedagógica. Segundo Pereira (2020), uma educação comprometida com os direitos humanos deve ser vivida no cotidiano escolar e estar enraizada nas realidades socioculturais dos educandos, promovendo a reflexão crítica e o engajamento ético.

Iniciamos o semestre com uma abordagem histórica e normativa sobre os direitos humanos, a partir da análise de sua origem, dos principais documentos internacionais e da incorporação desses direitos nas legislações nacionais. Essa etapa inicial teve como objetivo fornecer uma base teórica para os debates que seriam aprofundados ao longo do semestre, sempre em diálogo com os acontecimentos contemporâneos.

Em fevereiro, por ocasião do Dia Nacional da Visibilidade Trans (29/01), foram promovidas discussões sobre gênero, sexualidade e identidade, com foco nas múltiplas formas de violência que atingem cotidianamente as pessoas trans. Temática urgente tendo em vista que o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos da população trans (IPEA, 2021). Dentro dessa perspectiva, foi realizada uma palestra em formato de mesa-redonda no auditório da escola, com a participação de todas as turmas. O debate contou com convidados externos e educadores da própria escola, e abordou os desafios enfrentados pela população LGBTQIAPN+, os marcos legais de proteção existentes e os caminhos possíveis para a construção de uma escola verdadeiramente acolhedora e inclusiva. Essa proposta está em sintonia com os princípios da Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012), que reconhece a valorização da diversidade como um eixo fundamental para a formação ética, política e cidadã de sujeitos conscientes de seus direitos, deveres e da dignidade humana em sua pluralidade.

Figura 9 - Palestra Sobre o orgulho e direitos da população LGBTQIAPN+



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Ainda em fevereiro, em alusão ao Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil (24/02), organizamos uma atividade centrada na exibição e análise do filme *As Sufragistas* (2015), que permitiu o resgate histórico da luta das mulheres pelo direito ao voto, além de

reflexões sobre os desafios atuais da participação política feminina no país. A partir disso, desenvolvemos rodas de conversa que integraram as contribuições de autoras feministas como Silvia Federici e June Hanns, promovendo o diálogo entre as lutas históricas e os enfrentamentos contemporâneos ao sexismo estrutural.

Ao longo do mês de março, a programação pedagógica da escola manteve o foco nas questões de gênero, utilizando o Dia Internacional de Luta das Mulheres (08 de março) como marco simbólico e político para o aprofundamento de debates sobre feminismos interseccionais, as múltiplas formas de violência de gênero e a centralidade das políticas públicas voltadas às mulheres.

Figura 10 - Atividade do 8 de Março



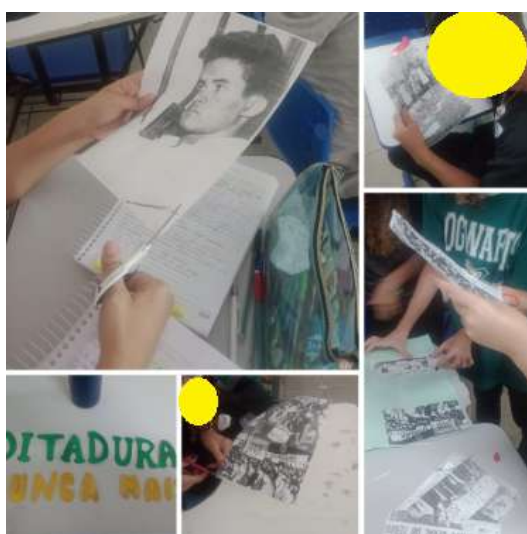
Fonte: Arquivo pessoal (2024)

A atividade consistiu do 8 de março foi uma palestra temática sobre a violência de gênero e o processo histórico de luta pelos direitos das mulheres, trazendo à tona o enfrentamento às múltiplas formas de opressão que incidem sobre os corpos femininos na sociedade brasileira. A ação visou não apenas informar, mas sensibilizar a comunidade escolar para as dimensões estruturais e históricas do machismo, evidenciando o papel central das mulheres na luta por equidade, cidadania e justiça social. A presença das estudantes no palco segurando cartazes com mensagens de resistência e denúncia, como se observa na imagem, constitui um gesto pedagógico potente, que articula memória, identidade e emancipação política.

As práticas desenvolvidas nesse período foram orientadas pelos princípios de uma educação emancipatória, conforme defendido por bell hooks (1994), ao compreender a sala de aula como um espaço de resistência, partilha e produção de novas subjetividades. Nessa perspectiva, o ambiente escolar é visto não apenas como local de transmissão de saberes, mas como território de disputas simbólicas e afetivas, onde é possível tensionar as estruturas de opressão e fomentar processos formativos comprometidos com a justiça social e a equidade de gênero.

Em abril, o enfoque recaiu sobre a luta dos povos indígenas, por ocasião do Abril Indígena, promovendo debates sobre os direitos originários, o racismo ambiental e a negação histórica da cidadania indígena no Brasil. Também realizamos discussões sobre os 60 anos do golpe civil-militar de 1964, dialogando sobre os impactos da ditadura na repressão aos movimentos populares, nos direitos civis e políticos e nas lutas sociais até os dias atuais. As temáticas sobre ditadura civil-militar brasileira culminaram em uma oficina de cartazes e muralismo, prática que tem se mostrado eficaz na valorização das linguagens visuais como instrumentos de resistência simbólica e política no espaço escolar (Silva, 2019).

Figura 11 - Mural da Oficina Ditadura Nunca Mais



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

No mês de maio, o eixo condutor foi o debate sobre os direitos trabalhistas e as transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade. A partir de textos, vídeos e debates dialogamos sobre precarização, informalidade, uberização e o impacto das novas tecnologias nas relações de trabalho, articulando esses processos com os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Por fim, em junho, encerramos o semestre com atividades alusivas ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ (28/06), promovendo rodas de conversa sobre diversidade sexual, respeito às diferenças e combate à LGBTfobia. A culminância desta sequência foi a realização de uma oficina de cartazes, cujas produções foram expostas nos corredores da escola, estimulando a circulação de discursos afirmativos no espaço escolar. A proposta pedagógica reafirmou o compromisso com uma educação emancipatória, que, conforme preconiza o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), deve promover práticas inclusivas, democráticas e pautadas na valorização da dignidade humana.

Figura 12 - Mural da oficina de cartazes do Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

No semestre letivo de 2024.2, na escola situada no bairro Antônio Bezerra, o foco da eletiva esteve voltado para uma abordagem crítica das relações étnico-raciais, com ênfase no fortalecimento das identidades negra e indígena dentro do ambiente escolar. Ao longo de todo o semestre, foram discutidas questões relacionadas ao racismo estrutural, à valorização das culturas afro-brasileira e indígena, às trajetórias de resistência dos povos subalternizados e às contribuições de intelectuais negros e indígenas na política, literatura, cultura e educação. A proposta pedagógica foi fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e na Lei 10.639/03, que orientam a inclusão obrigatória do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

Essa trajetória formativa teve como ponto culminante a realização do evento “Conhecimento ancestral: construindo caminhos para a equidade racial e de gênero”, promovido durante o mês de novembro em articulação com o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e a Área de Ciências Humanas da escola. A culminância foi planejada coletivamente com os estudantes e envolveu diversas etapas de pesquisa, produção e apresentação, nas quais cada equipe foi responsável por estudar e representar a vida e o legado de uma personalidade negra ou indígena de relevância nacional. Dentre as figuras abordadas estavam Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Marielle Franco, Lélia Gonzalez, Sonia Guajajara, Carolina Maria de Jesus e Preta Tia Simoa. A escolha dessas personalidades teve como objetivo destacar vozes historicamente silenciadas, cujas produções intelectuais e

atuações políticas são fundamentais para compreender os desafios e as conquistas das populações negras e indígenas no Brasil.

As atividades da culminância incluíram apresentações artísticas, com performances, poemas, músicas e encenações, exposição de trabalhos escritos e apresentações temáticas, nas quais os estudantes sistematizaram, por meio de slides, as contribuições teóricas e políticas das autoras estudadas. As apresentações foram realizadas no auditório e todas as turmas participaram como ouvintes. A culminância foi organizada de forma coletiva, em articulação com a área de Ciências Humanas, reunindo docentes de Sociologia, Geografia, História e Filosofia. A iniciativa contou com o apoio da gestão escolar e favoreceu o aprofundamento das discussões sobre identidade, território, ancestralidade, gênero e justiça social, consolidando uma proposta pedagógica interdisciplinar e crítica.

Essa culminância representou não apenas o encerramento simbólico de um percurso formativo, mas também a expressão concreta da aprendizagem construída ao longo do semestre. Durante as apresentações, os estudantes demonstraram compreensão crítica sobre a importância da valorização das identidades negras e indígenas e contribuíram para o fortalecimento de uma cultura escolar pautada no respeito à diversidade e na luta antirracista. Como afirma Nilma Lino Gomes (2005), o reconhecimento da história e da produção intelectual da população negra no espaço escolar é condição indispensável para uma educação democrática, plural e comprometida com a transformação social.

Além disso, a escolha por realizar esse trabalho durante novembro, no mês do dia nacional de Zumbi e da consciência negra tem papel estratégico e político, pois ressignifica o calendário escolar ao dar centralidade às lutas negras e às memórias de resistência, especialmente à figura de Zumbi dos Palmares. Como reforça Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural se manifesta nas instituições justamente pela omissão de narrativas que denunciem a desigualdade e afirmam a dignidade das populações subalternizadas. Por isso, trazer essas discussões para o centro da escola representa um avanço na construção de políticas curriculares comprometidas com a equidade racial e de gênero.

Figura 13 - Mural da Atividade de Culminância do semestre 2024.2



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

As imagens demonstram a intencionalidade pedagógica em mobilizar afetos, vivências e posicionamentos críticos, construindo com os estudantes uma ética do cuidado, do respeito e da não violência. Conforme defende Bell Hooks (2013), é por meio do compromisso com a escuta e com a pedagogia da presença que se torna possível transformar a escola em um espaço de libertação.

As experiências acumuladas ao longo de três anos ministrando a eletiva de Direitos Humanos revelam o profundo potencial transformador dessa eletiva para a minha construção como professora, especialmente ao promover a integração entre fundamentos teóricos e práticas concretas de engajamento social e exercício da cidadania crítica.. No entanto, é igualmente importante compreender como outros professores que também ministraram essa eletiva têm percebido e enfrentado os desafios e possibilidades que esse componente curricular apresenta em diferentes contextos escolares. Assim, o próximo tópico será dedicado à análise das entrevistas realizadas com docentes que atuaram na eletiva, buscando identificar convergências, particularidades e novas perspectivas que contribuam para a consolidação de práticas pedagógicas eficazes e alinhadas aos princípios dos direitos humanos.

4.2. Entrevista com os professores

A reflexão sobre as minhas práticas docentes e as experiências compartilhadas nas entrevistas com os professores que também ministraram a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania permitem uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados na implementação e condução da eletiva de Direitos Humanos e Cidadania na rede estadual de ensino. Ao unir essas perspectivas, busca-se compreender como os elementos individuais e coletivos podem subsidiar práticas pedagógicas mais contextualizadas.

Assim, esse tópico tem como objetivo investigar a percepção de professores da rede estadual de ensino do Ceará acerca do currículo da disciplina eletiva de Direitos Humanos e Cidadania. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, utilizou entrevistas semiestruturadas como principal instrumento de coleta de dados, considerando que tal metodologia permite compreender em profundidade as experiências, interpretações e práticas dos docentes em relação ao tema (Minayo, 2007).

Analisar como os professores compreendem e trabalham a disciplina de Direitos Humanos e Cidadania torna-se relevante para identificar tanto potencialidades quanto limitações na prática pedagógica. Compreendendo, entretanto, que há desafios relacionados à adequação curricular, à formação docente e à contextualização dos conteúdos à realidade sociocultural dos estudantes (Sacristán, 2000).

O processo de localização de docentes da rede pública estadual do Ceará que lecionaram, ou ainda lecionam, a disciplina eletiva de Direitos Humanos revelou-se um dos maiores desafios da etapa de campo desta pesquisa. Durante vários meses, foram encaminhadas mensagens em grupos de WhatsApp destinados a professores da rede estadual, especialmente nos grupos das áreas de Ciências Humanas, como Sociologia, Filosofia, História e Geografia, com o intuito de identificar possíveis participantes dos grupos que tinham ou tiveram lecionando as eletivas de direitos humanos. Apesar do esforço contínuo, foi possível realizar entrevistas por adesão com apenas cinco docentes. As entrevistas, de caráter semiestruturado, foram conduzidas com base em um roteiro previamente elaborado, disponível no Apêndice deste trabalho que abordava aspectos relacionados às práticas pedagógicas, percepções sobre o ensino de direitos humanos, estratégias adotadas em sala de aula e os principais desafios enfrentados no cotidiano escolar.

A professora e outros quatro professores entrevistados são vinculados à rede estadual de ensino do Ceará, sendo três atuantes em escolas da capital, Fortaleza, um no município de Redenção e a professora lotada em Cascavel. Foram entrevistados quatro professores e uma

professora, possuindo idades entre 30 e 45 anos e carga horária de 40 horas semanais. Quanto à autodeclaração racial, dois se identificaram como negros e três como brancos e branca. Todos os entrevistados homens eram heterossexuais e a professora era bissexual. Essa composição do grupo entrevistado, no entanto, revela uma limitação significativa da pesquisa no que diz respeito à diversidade de gênero, composição racial e sexual, especialmente considerando que apenas uma mulher foi localizada e efetivamente entrevistada.

A ausência de vozes femininas e LGBTQIAPN+ no perfil dos participantes da pesquisa é um dado particularmente relevante e que demanda problematização, sobretudo em uma investigação que se propõe a abordar os direitos humanos como prática pedagógica, com ênfase nas temáticas de gênero e sexualidade. Tal lacuna reflete, em parte, as dificuldades enfrentadas no processo de identificação e acesso a docentes que já haviam ministrado a eletiva em diferentes escolas da rede pública. Diante disso, essa questão será retomada em outros momentos como parte integrante da análise, reconhecendo que toda produção de conhecimento carrega em si as marcas de seu tempo, de suas ausências e de seus limites metodológicos.

Em relação ao vínculo empregatício, quatro docentes são efetivos da rede estadual de ensino, enquanto um possui contrato temporário. No que tange à formação acadêmica, dois entrevistados possuem licenciatura em Filosofia, dois possuem licenciatura em História e a professora entrevista possui licenciatura em Ciências Sociais. Essa diversidade de formação e experiências profissionais contribui para a análise das perspectivas apresentadas sobre o currículo da eletiva de Direitos Humanos e Cidadania, possibilitando uma compreensão mais ampla dos desafios e práticas pedagógicas no contexto investigado.

Para preservar o anonimato dos participantes desta pesquisa, optou-se pela utilização de pseudônimos que homenageiam figuras históricas e contemporâneas da luta por direitos humanos e educação. Assim, os professores foram denominados como "Paulo", "Milton", "Florestan", "Clóvis" e "Maria", em referência a Paulo Freire, Milton Santos, Florestan Fernandes, Clóvis Moura e Maria da Conceição Tavares, respectivamente.

Essa escolha tem o intuito de valorizar a importância dos temas abordados na pesquisa, ao mesmo tempo em que assegura o sigilo das informações pessoais, em conformidade com os princípios éticos das pesquisas qualitativas (Minayo, 2007). Ou seja, a caracterização dos participantes foi sintetizada para contextualizar as análises, considerando aspectos como formação acadêmica, vínculo empregatício, local de atuação e autodeclaração racial, sem comprometer sua identidade.

Sendo importante pontuar que ao longo das entrevistas, os professores apontaram diversas dificuldades no exercício docente ao ministrar a eletiva Direitos Humanos e Cidadania. Uma dificuldade comum entre os cinco participantes foi a ausência de formação específica disponibilizada pela SEDUC e a falta de material didático adequado, aspectos que foram destacados como desafios significativos para a implementação da eletiva. A carência de conteúdos e recursos que tratem de forma aprofundada os direitos humanos e a cidadania foi citada como um fator que limita a qualidade da abordagem pedagógica, dificultando a construção de uma prática mais referenciada.

Quando questionados sobre se se sentiam confortáveis para ministrar a eletiva novamente, a resposta foi, em sua maioria, positiva, embora com ressalvas. A maioria dos entrevistados expressou o desejo de continuar ministrando a disciplina, porém, condicionaram esse interesse à necessidade de mais formação e à disponibilidade de materiais pedagógicos adequados. Entre os recursos citados pelos professores estavam livros didáticos, guias pedagógicos, cartilhas, planos de aula estruturados, materiais audiovisuais, atividades interativas, recursos digitais, além de equipamentos como datashow e caixas de som para exibição de vídeos. Para esses professores, a falta de recursos didáticos e a formação insuficiente resultaram em insegurança quanto à qualidade da aprendizagem oferecida aos alunos.

Entretanto, um dos professores relatou que não se sentia confortável para ministrar a eletiva novamente, principalmente devido às dificuldades de planejamento e à falta de suporte pedagógico, o que gerou um sentimento de insegurança e frustração com relação à eficácia do ensino. Por isso, vou iniciar com o relato dele, o “Paulo”.

4.2.1. Entrevista com Paulo (Entrevistado 1)

O “Paulo” é um docente de 50 anos, branco, heterossexual formado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará, e com 10 anos de experiência na rede estadual de ensino como professor efetivo. Paulo ministra a eletiva *Direitos Humanos e Cidadania* desde 2022, sempre adaptando o conteúdo para trabalhar com temas norteadores ao longo de cada semestre.

Entre os temas abordados, destacam-se: “Direitos Humanos e Racismo”, “Direitos Humanos e Gênero”, “Direitos Humanos e Sexualidade” e o docente destacou que, embora tenha uma experiência significativa com a disciplina, duas dificuldades foram constantemente mencionadas durante a entrevista: a falta de formação específica na área e a ausência de material didático adequado. Ele também apontou um estigma social relacionado à questão dos

direitos humanos, atrelado ao processo de difusão da ideia que os direitos humanos são privilégio concedido a “bandidos” em detrimento do “cidadão de bem”, como destacam Forte e Lopes (2024), o que, segundo ele, impacta na recepção e no engajamento dos alunos.

Paulo enfatizou a relevância da eletiva para os estudantes, principalmente no que diz respeito à compreensão de quando estão sendo vítimas de violações de direitos humanos. Ele ressaltou que, ao abordar a questão de gênero e violência contra as mulheres, a disciplina assume um papel importante na formação crítica dos alunos. Segundo ele, é essencial que os estudantes entendam o contexto das violências sofridas por esses grupos, tornando a eletiva uma ferramenta educativa crucial.

Em termos de metodologia, o professor destacou a utilização da sala de vídeo como um recurso pedagógico importante, mencionando alguns filmes trabalhados nas aulas, como *Cabeça de Nego* e *As Sufragistas*. Paulo considerou que esses filmes contribuíram para a reflexão crítica dos alunos, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos e questões de desigualdade racial e de gênero. Quanto ao processo de avaliação, ele relatou que aplicava atividades escritas e seminários como forma de culminância e avaliação da aprendizagem dos estudantes.

Contudo, a resposta mais marcante durante a entrevista foi quando Paulo expressou que, apesar de sua experiência e dedicação, ele não se sentia confortável para ministrar a eletiva novamente em 2025. O motivo principal foi a percepção de uma formação fragilizada sobre a temática dos direitos humanos. Paulo mencionou que trabalhava com filósofos durante as aulas, como Hannah Arendt, e que seu foco estava mais nos aspectos da filosofia política, o que, segundo ele, não atendia completamente à necessidade de um conhecimento mais profundo sobre direitos humanos. Além disso, ele mencionou que nunca participou de formações promovidas pela SEDUC voltadas especificamente para a área de direitos humanos, embora tenha participado de um curso realizado pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), e que a experiência de lecionar no bairro Bom Jardim, conhecido pelas suas questões sociais e históricas, foi de grande contribuição para sua própria formação.

4.2.2. Entrevista com Milton (Entrevistado 2)

Milton, professor de 32 anos, homem, negro, formado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), começou a atuar na rede estadual de ensino em 2022 como docente efetivo. Com experiência em ministrar a eletiva Direitos Humanos e Cidadania por duas vezes, Milton possui uma relação histórica com a militância por direitos, sendo membro ativo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Essa vivência, combinada com a

percepção da necessidade de desconstruir noções equivocadas sobre direitos humanos, foi fundamental para sua escolha em trabalhar com a eletiva. Durante a entrevista, ele destacou que buscou, como objetivo central, romper com a visão preconceituosa e amplamente difundida de que os direitos humanos são direcionados à proteção de "vagabundos".

Milton relatou que ministrar a eletiva foi uma experiência extremamente satisfatória, especialmente ao perceber o impacto reflexivo que gerava nos estudantes. Ele destacou que, logo no início das aulas, muitos alunos possuíam uma visão limitada sobre os direitos humanos, vinculada a preconceitos ou desinformação. No entanto, ao apresentar os direitos humanos como um conjunto de normas e práticas que garantem dignidade às pessoas, incluindo o direito à saúde, à educação e à moradia, ele observou uma transformação gradativa no pensamento dos estudantes. Para ele, esse processo de conscientização foi gratificante, pois desvelou a desinformação amplamente difundida e ajudou os estudantes a compreenderem os direitos humanos em sua profundidade e relevância social.

A principal dificuldade apontada por Milton foi a ausência de material pedagógico adequado para o trabalho em sala de aula. Ele destacou que, devido à sobrecarga de trabalho, preparar materiais do zero durante o ano letivo era uma tarefa quase inviável. Além de ministrar a eletiva, ele precisava lidar com as demandas das disciplinas da Formação Geral Básica (FGB), o que tornava o processo ainda mais desafiador. Milton acredita que é fundamental que a SEDUC disponibilize materiais estruturados, para apoiar os professores nesse contexto. Ele mencionou que sua preparação para a eletiva foi baseada em grande parte na sua experiência como militante dos direitos humanos e em sua formação em Filosofia, já que não recebeu nenhuma formação específica da SEDUC para a temática.

Quanto ao planejamento e aos conteúdos das aulas, Milton elaborou uma estrutura mínima e comentou que abordou inicialmente a definição de direitos humanos e sua trajetória histórica. Ele começava o semestre debatendo as origens da percepção de direitos na Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, passando pelas constituições modernas e as desigualdades enfrentadas pela classe trabalhadora. Em seguida, explorou os direitos humanos na contemporaneidade, destacando eventos históricos como as duas guerras mundiais e, especialmente, os horrores provocados pelos regimes nazifascistas, como o genocídio, a tortura e a perseguição sistemática a minorias, como catalisadores da criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. A formalização desse documento representou uma resposta internacional às atrocidades cometidas, reafirmando a necessidade de proteger a dignidade humana contra os abusos do Estado. O professor

conectava os conceitos históricos às lutas atuais, abordando temas como encarceramento em massa, racismo, direitos das mulheres, e questões relacionadas à comunidade LGBTQIA+, destacando os movimentos sociais que lutam pela garantia desses direitos.

Sua metodologia de ensino incluía aulas expositivas, produção textual e seminários temáticos, sendo estes últimos utilizados como elemento avaliativo. Milton ressaltou que essas estratégias contribuíram para aprofundar o aprendizado dos estudantes, promovendo reflexões críticas e engajamento com os temas abordados.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de ministrar a eletiva novamente, Milton expressou que se sente muito confortável para continuar com o trabalho. Ele acredita que a temática dos direitos humanos é necessária, urgente e fundamental, especialmente em um país marcado por inúmeras violações de direitos, perseguições e assassinatos de ativistas. Para ele, ensinar direitos humanos no ensino médio é parte de um processo de formação que contribui para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e tolerante. Ele enfatizou que, enquanto docente, considera essencial dialogar, refletir e apresentar essas temáticas aos estudantes, pois acredita que a formação crítica é um passo crucial para a transformação social.

4.2.3. Entrevista com Florestan (Entrevistado 3)

Florestan, docente de 33 anos, homem, branco, formado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), iniciou sua trajetória como professor temporário na rede estadual de ensino em 2011. Uma característica particular dessa entrevista é que, ao contrário dos outros participantes, a escolha pela eletiva de Direitos Humanos e Cidadania partiu da própria gestão escolar, que perguntou ao professor se ele poderia ministrá-la. Apesar de não ter sido uma iniciativa direta do docente, Florestan relatou que aceitou com satisfação, pois os temas abordados pela disciplina estão alinhados com assuntos de seu interesse pessoal e acadêmico.

Durante a entrevista, o professor destacou que a principal dificuldade enfrentada no processo de ministrar a eletiva foi a ausência de material didático estruturado. Para contornar esse desafio, ele utilizou como referência o Catálogo de Componentes Eletivos disponibilizado pela Secretaria da Educação (SEDUC), a partir do qual elaborou um planejamento individual adaptado à realidade de sua turma. Florestan relatou que não participou de formações voltadas para a temática de direitos humanos, o que, em sua opinião, poderia ter facilitado o desenvolvimento das aulas.

Como metodologia, o professor optou por produzir materiais próprios, que incluíam textos e questionamentos relacionados às temáticas trabalhadas. Esses materiais foram

distribuídos aos alunos por meio de cópias xerografadas, servindo como base para leituras e discussões em sala. Entre as temáticas abordadas, Florestan destaca assuntos como as gerações de direitos, direitos civis, direitos sociais, direitos das mulheres, direitos dos adolescentes e cultura de paz.

No que diz respeito ao processo de culminância e avaliação, o professor solicitou apresentações de seminários produzidos pelos estudantes, nos quais eles puderam aprofundar os temas discutidos ao longo do semestre. Como estratégia didática relevante, ele mencionou a realização de uma aula de campo na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Segundo ele, essa atividade proporcionou aos alunos uma experiência prática sobre cidadania e o funcionamento das instituições legislativas, fortalecendo o conteúdo trabalhado em sala.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de ministrar a eletiva novamente em 2025, Florestan afirmou que se sente confortável para continuar com a disciplina. Ele atribuiu essa segurança ao fato de estar cursando Direito, o que, segundo ele, tem possibilitado uma ampliação de seu repertório teórico e prático. Florestan acredita que os conceitos transversais discutidos no curso podem ser aplicados de maneira eficaz nas aulas da eletiva, contribuindo para uma abordagem mais robusta e crítica sobre direitos humanos e cidadania.

4.2.4. Entrevista com Clóvis (Entrevistado 4)

Clóvis, professor de 35 anos, homem, negro, formado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), possui mais de 11 anos de experiência na rede estadual de ensino como docente efetivo. O professor já ministrou a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania duas vezes, ele relatou que escolheu essa disciplina devido ao seu interesse pelo tema e à percepção da necessidade social e educativa a respeito dessa temática. Clóvis enfatizou a importância de explicar os conceitos fundamentais relacionados aos direitos humanos e de compreender o caráter político da disciplina, destacando que os jovens precisam não apenas conhecer seus direitos, mas também entender a relevância de lutar pela sua efetivação.

Durante suas aulas, Clóvis priorizou a abordagem dos conceitos de cidadania, diferenciando e qualificando os direitos civis, políticos e sociais. Ele também buscou explorar o funcionamento da política no Brasil, explicando as esferas federais, estaduais e municipais, os três poderes, e a constituição da ideia de cidadania e do que significa ser cidadão. Essa abordagem foi construída de forma prática, com base em um roteiro de conteúdos que ele elaborava para organizar o trabalho ao longo do semestre.

O professor elencou duas dificuldades principais ao ministrar a eletiva. A primeira foi a ausência de material didático estruturado, que ele considera um desafio constante. Segundo

Clóvis, embora a ementa no Catálogo de Componentes Eletivos forneça um direcionamento inicial, ela é insuficiente para suprir as necessidades de planejamento e execução da disciplina. Ele apontou que, sem um material norteador, o professor é obrigado a "garimpar" conteúdos constantemente, o que torna o processo desgastante. Ele sugeriu que a SEDUC desenvolva um material básico que funcione como suporte, permitindo ao docente maior liberdade para criar e adaptar sua abordagem pedagógica.

A segunda dificuldade destacada foi a ausência de suporte para a realização de aulas de campo, que ele acredita ser uma estratégia essencial para enriquecer a experiência dos estudantes. Clóvis mencionou que seria muito relevante levar os alunos para conhecer espaços culturais, visitar e dialogar com os movimentos sociais, proporcionando um aprendizado contextualizado e próximo da realidade. Contudo, a falta de infraestrutura e apoio logístico inviabilizou a concretização dessas propostas.

No que diz respeito à metodologia, Clóvis adotou uma abordagem diversificada, combinando aulas expositivas, rodas de conversa, exibição de vídeos curtos e utilização de músicas para fomentar reflexões. Ele valorizou atividades que envolvessem o processo crítico e criativo dos estudantes. Como culminância e avaliação, propôs uma atividade desafiadora e reflexiva: os alunos deveriam criar um país fictício, elaborando uma constituição que estabelecesse uma série de direitos para a população desse novo país. Essa atividade foi destacada como um momento de grande aprendizado, pois estimulou os jovens a pensarem criticamente sobre os fundamentos de uma sociedade justa e democrática.

Clóvis demonstrou grande entusiasmo em continuar ministrando a eletiva, reforçando a relevância de trabalhar com a temática de direitos humanos. Para ele, é essencial que os estudantes compreendam sua posição como cidadãos e se tornem agentes de transformação social. Sua experiência revela o potencial da eletiva em promover debates significativos, mesmo em face das dificuldades estruturais que impactam o exercício docente.

4.2.5. Entrevista com Maria (Entrevistada 5)

Maria, docente de 31 anos, mulher, branca, bissexual, formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC), atua como professora efetiva da rede estadual de ensino há cinco anos. Atualmente lotada em uma escola na cidade de Fortaleza, ministrou a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania no ano de 2023, quando ainda estava vinculada a uma escola do município de Cascavel. A escolha por essa disciplina partiu da própria docente, que propôs à gestão escolar a abertura de duas turmas da eletiva, sendo uma no primeiro e outra no terceiro ano do ensino médio. Segundo ela, embora a decisão estivesse atrelada à

necessidade de complementar sua carga horária, optou por não se afastar de sua área de formação, por entender que os debates relacionados aos direitos humanos já faziam parte de sua trajetória acadêmica e prática profissional.

A professora também destacou que não recebeu da Secretaria da Educação do Estado (SEDUC) qualquer material didático específico para o desenvolvimento da eletiva de Direitos Humanos e Cidadania, tampouco participou de formações ofertadas pelo órgão sobre essa temática. Essa ausência institucional foi suprida, em parte, por sua própria iniciativa em buscar referências externas, como cursos promovidos por outros agentes de promoção dos direitos humanos, a exemplo de uma formação realizada pelo Ministério Público que a professora citou na entrevista. O planejamento das aulas, portanto, foi elaborado de forma autônoma, com base em sua formação acadêmica em Ciências Sociais e em sua trajetória pessoal e profissional. Ainda que a escola onde atuava não exigisse plano semanal ou semestral para as disciplinas eletivas, a docente elaborou um planejamento semestral que foi compartilhado com a coordenação, a qual não interferiu na condução didática adotada.

Durante a disciplina, Maria trabalhou temas diversos, como a história dos direitos humanos e seu surgimento, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de questões contemporâneas como gênero e sexualidade, meio ambiente, moradia digna, violência e legalização das drogas. A professora relatou que pretende ministrar a eletiva novamente no próximo semestre e destacou sua intenção de incluir a temática das guerras como conteúdo de discussão, dada sua relevância no cenário atual.

No que diz respeito às estratégias metodológicas, a docente destacou o uso de temas geradores e a valorização de processos de leitura, debate e escrita. Um exemplo de metodologia citado pela professora durante a entrevista foi a utilização da dinâmica do repolho em uma aula sobre violência contra as mulheres. A atividade consistiu na elaboração de um “repolho” de papel, formado por camadas dobradas contendo reportagens sobre casos reais de violência. A cada rodada, estudantes retiravam uma camada, e apresentavam a notícia em voz alta e a turma era convidada a refletir coletivamente sobre os fatos apresentados. Segundo Maria, essa metodologia permitiu mobilizar afetos e percepções dos estudantes de forma sensível e engajada, promovendo uma escuta ativa e um espaço seguro de discussão. Como processo avaliativo, priorizou a produção de redações sobre as temáticas trabalhadas, valorizando a construção crítica e subjetiva de cada estudante.

Entre os desafios enfrentados, a professora apontou receios relacionados à reação dos alunos diante de temas considerados polêmicos. Um episódio citado envolveu um estudante cujo pai é policial e que afirmou que os direitos humanos “só serviam para proteger bandidos”, evidenciando os embates que podem surgir em sala de aula. Outro temor expresso pela docente foi a possibilidade de perder a adesão dos estudantes, caso houvesse rejeição ao conteúdo discutido, o que poderia comprometer o processo de ensino-aprendizagem.

Ao analisar esse relato em comparação com os dos demais entrevistados, chama atenção a presença de receios relacionados à aceitação docente e ao medo de desagradar os estudantes, aspectos que não apareceram com a mesma ênfase nas falas dos professores homens. Embora tais elementos ainda careçam de maior aprofundamento em entrevistas com outras professoras para que se possa validá-los com mais consistência, é possível interpretá-los, ao menos em parte, como atravessados por marcadores de gênero. Enquanto os professores homens apontaram majoritariamente dificuldades vinculadas à ausência de materiais didáticos estruturados ou à falta de formação pedagógica, os relatos dessa docente sugerem uma forma de vulnerabilidade específica, relacionada à posição das mulheres no espaço escolar e às tensões que emergem quando se abordam conteúdos sensíveis e politicamente contestados em sala de aula.

De modo geral, Maria avaliou sua experiência com a eletiva de forma positiva. Demonstrou disposição e interesse em continuar ministrando a eletiva, sobretudo por compreender que os direitos humanos, para além de um conteúdo curricular, constituem um campo formativo essencial para a construção da cidadania crítica dos estudantes.

As entrevistas realizadas com os professores Paulo, Florestan, Milton, Clóvis e Maria trouxeram importantes reflexões sobre os desafios e potencialidades da eletiva Direitos Humanos e Cidadania na rede estadual de ensino do Ceará. Cada relato destacou aspectos específicos que revelam tanto as limitações estruturais enfrentadas no cotidiano escolar quanto às contribuições dessa eletiva para a formação crítica dos estudantes. Apesar de suas singularidades, as falas apresentam pontos de convergência que permitem análises mais amplas sobre o papel da educação em direitos humanos no contexto escolar.

Como já mencionado no início deste capítulo um dos pontos comuns destacados por todos os entrevistados foi a ausência de material didático estruturado, considerada uma das principais dificuldades no planejamento e execução da disciplina. Essa carência levou os docentes a desenvolverem estratégias próprias, como a produção de materiais (Florestan), a utilização de textos e filmes (Paulo), e a busca de referências em sua vivência prática (Milton,

Clóvis e Maria). A falta de recursos pedagógicos adequados dificulta a implementação de propostas curriculares inovadoras, especialmente em contextos educacionais com escassez de infraestrutura, como a rede pública.

Outro elemento recorrente identificado nas entrevistas foi a ausência de formações específicas oferecidas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) voltadas para a disciplina eletiva de Direitos Humanos e Cidadania. Embora Paulo e Maria tenham buscado capacitação de forma autônoma, nenhum dos(as) professores(as) entrevistados(as) relatou participação em ações formativas institucionais relacionadas à temática. Essa lacuna revela um descompasso entre a proposição das políticas educacionais e o suporte efetivamente disponibilizado para sua implementação, sobretudo em áreas curriculares marcadas por disputas e silenciamentos.

Como aponta Nóvoa (1995), "a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção." Nesse sentido, a ausência de formações estruturadas compromete o fortalecimento de uma docência crítica e autônoma, especialmente em componentes curriculares que exigem uma abordagem pedagógica sensível às questões sociais, éticas e políticas contemporâneas.

Apesar das dificuldades, todos os professores reconheceram a importância da eletiva para o desenvolvimento crítico dos estudantes. Milton, por exemplo, destacou o potencial transformador da disciplina ao desconstruir estigmas relacionados aos direitos humanos, enquanto Clóvis ressaltou a relevância de trabalhar conceitos de cidadania e participação política. Essas perspectivas estão associadas à ideia de que o ensino de direitos humanos é fundamental para a formação de uma cidadania ativa.

No entanto, os relatos também evidenciaram diferenças significativas entre as experiências e percepções dos entrevistados. Paulo foi o único a afirmar que não se sente confortável para ministrar a eletiva novamente, citando sua falta de formação aprofundada na temática e as dificuldades de planejamento como fatores de insegurança. Em contrapartida, Florestan, Milton, Clóvis e Maria manifestaram entusiasmo em continuar ministrando a disciplina, considerando-a essencial em um contexto de crescentes violações de direitos humanos no Brasil. Essa disparidade pode ser interpretada a partir do capital social, cultural e políticos de cada docente. Enquanto Milton, por exemplo, articula sua experiência no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) como uma referência de conhecimento prático, Paulo sente a necessidade de maior embasamento teórico e suporte institucional.

Outro aspecto importante para refletir sobre as entrevistas é a diversidade nas metodologias utilizadas pelos professores, que reflete suas formações e experiências prévias. Enquanto Florestan e Clóvis investiram em estratégias criativas, como seminários e simulações de criação de países fictícios, Milton buscou uma abordagem histórica e reflexiva sobre as lutas sociais e os direitos humanos, integrando temas como racismo, direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+. Maria, por sua vez, destacou o uso de temas geradores e práticas dialógicas, com ênfase na produção textual e em dinâmicas participativas, como a metodologia do repolho, aplicada em uma aula sobre violência contra as mulheres. Essa multiplicidade metodológica demonstra como a eletiva oferece um espaço aberto para a experimentação pedagógica.

Uma característica relevante que merece destaque é o fato de os professores associarem suas experiências e desafios à geograficidade⁶ de sua atuação, ou seja, às particularidades concretas das escolas onde trabalham e aos contextos socioterritoriais que as cercam. Nesse sentido, tanto a minha experiência quanto às percepções dos professores evidenciam que o ensino de Direitos Humanos precisa estar fundamentado no reconhecimento da realidade vivida pelos alunos e das condições estruturais em que o professor se insere, ampliando a compreensão de que as práticas pedagógicas se constroem, inevitavelmente, "onde os pés pisam" (Pontuschka; Paganelli; Cacete, 2009).

Em síntese, as entrevistas revelam que, apesar das dificuldades enfrentadas, a eletiva Direitos Humanos e Cidadania desempenha um papel central na formação dos estudantes, promovendo discussões essenciais sobre cidadania, política e direitos fundamentais. No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, é indispensável um maior investimento da SEDUC na produção de materiais didáticos, na oferta de formações continuadas e no suporte logístico aos docentes. Como afirmou Freire (1996, p. 29), "não há ensino sem pesquisa, assim como não há pesquisa sem ensino", e para que os professores possam transformar a realidade escolar, é preciso que sejam constantemente apoiados em sua prática educativa.

⁶ A "geograficidade" é um conceito utilizado para descrever a relação intrínseca que cada indivíduo possui com o espaço em que vive, mediada por suas experiências, percepções e práticas cotidianas. De acordo com Pontuschka (2009), todos os sujeitos têm uma forma particular de se relacionar com o território, construída a partir de vivências pessoais e contextos socioculturais específicos. Essa noção propõe que o conhecimento geográfico não se limita ao saber acadêmico, mas é também uma construção subjetiva, baseada nas relações espaciais que os indivíduos estabelecem no dia a dia.

5 GUIA PEDAGÓGICA O DIREITO A TER DIREITOS – INICIANDO O DEBATE EDUCACIONAL EM DIREITOS HUMANOS

Este capítulo apresenta o processo de concepção, elaboração e organização do guia pedagógico “O Direito a Ter Direitos: Guia Pedagógico para Professores que Debatem Direitos Humanos”, produzido como parte integrante desta pesquisa de mestrado. Destinada especialmente a docentes da rede estadual de ensino do Ceará, tendo como objetivo oferecer subsídios teóricos, metodológicos e práticos para o planejamento e a realização da eletiva de Direitos Humanos nas escolas públicas de Ensino Médio.

A proposta emergiu da reflexão sobre minha prática docente aliada às entrevistas realizadas com professores da rede pública, nas quais surgiram desafios recorrentes relacionados à ausência de materiais estruturados, formações específicas e referências metodológicas que dialoguem com a realidade das escolas. Diante disso, o guia não se pretende um manual normativo, mas sim um instrumento de apoio pedagógico, construído com base em práticas vivenciadas, escutas sensíveis e fundamentos teóricos sobre os Direitos Humanos.

A estrutura do material foi organizada em cinco capítulos: Apresentação, Fundamentos Teóricos, Curadoria de Práticas Docentes, Curadoria de Indicações e Calendário dos Direitos Humanos na Escola. No Apêndice A, encontra-se a versão completa do guia.

A primeira parte, Fundamentos Teóricos, busca situar os direitos humanos como construção histórica, política e ética. Com base em autores como Hannah Arendt, Boaventura de Sousa Santos, Norberto Bobbio, Paulo Freire, Peter McLaren e Vera Candau, o texto destaca os marcos conceituais, filosóficos, sociológicos e jurídicos que embasam a proposta da Educação em Direitos Humanos como prática crítica, emancipadora e contra-hegemônica. A intenção é oferecer uma fundamentação que sirva de base para o planejamento pedagógico e para o enfrentamento de leituras reducionistas ou criminalizantes dos direitos humanos, que muitas vezes circulam no senso comum e nos próprios espaços escolares.

Na seção Curadoria de Práticas Docentes, foram reunidas experiências de professores/as que ministraram a eletiva de direitos humanos em diferentes contextos escolares. Essas práticas foram sistematizadas a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas durante a pesquisa, bem como de vivências da pesquisadora em sala de aula. A diversidade metodológica foi um dos principais achados dessa etapa: simulações de criação de países fictícios, seminários, dinâmicas como o "repolho", redações, análises de notícias, rodas

de conversa e aulas de campo demonstram como a disciplina pode se transformar em um espaço potente de criação pedagógica. A sistematização dessas experiências visa oferecer inspiração e possibilidades que podem ser adaptadas a diferentes realidades escolares, respeitando as especificidades de cada contexto.

A seção seguinte, Curadoria de Indicações, apresenta uma seleção de livros, filmes, documentários, músicas, podcasts, textos e plataformas digitais que podem contribuir para o aprofundamento dos temas e o enriquecimento das aulas. O material foi pensado a partir da relevância temática, da acessibilidade e da capacidade de gerar identificação e debate entre os estudantes.

O guia também inclui um Calendário dos Direitos Humanos na Escola, que propõe o uso de datas simbólicas e comemorativas como marcos pedagógicos ao longo do ano letivo. Entre as datas destacadas estão o Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro), o Dia Internacional da Mulher (8 de março), o Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro), o Dia dos Povos Indígenas (19 de abril), o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), entre outras. Cada data é acompanhada de sugestões de atividades, materiais de apoio e propostas interdisciplinares que visam tornar o tema presente e vivo no cotidiano escolar. Ademais, são citadas legislações estaduais relevantes, como a Lei nº 16.481/2017, que institui a Semana Estadual Janaína Dutra de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual e de Gênero, e a Lei nº 16.044/2016, que cria a Semana Maria da Penha nas escolas do Ceará.

Importante ressaltar que o intuito do guia não é substituir a autonomia dos professores, nem oferecer um roteiro rígido. Pelo contrário, trata-se de uma ferramenta aberta, construída com base na escuta de quem está em sala de aula e pensada para dialogar com os desafios concretos da docência. Ao articular teoria e prática, reconhece que a criatividade, a sensibilidade e o compromisso político dos professores são os elementos centrais na construção de uma Educação em Direitos Humanos significativa.

Em síntese, o guia “O Direito a Ter Direitos” pretende ser um convite para o início, ou continuidade de um processo formativo contínuo, que valoriza a diversidade, o pensamento crítico e o compromisso com a transformação social. Seu principal objetivo é fortalecer a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania como espaço privilegiado de formação cidadã, garantindo que mais educadores se sintam acolhidos, inspirados e politicamente engajados na construção de uma escola mais democrática, justa e plural.

6 REFLEXÕES SOBRE A ELETIVA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA:

Este trabalho buscou compreender os sentidos e desafios da educação em direitos humanos na escola pública cearense, tendo como fio condutor a experiência da componente curricular eletiva de Direitos Humanos e Cidadania ofertada na rede estadual de ensino. O percurso metodológico incluiu a análise de documentos oficiais, o relato de experiências vividas ao longo de três anos letivos, em três diferentes territórios de Fortaleza (CE): Conjunto Ceará, Mucuripe e Antônio Bezerra, e entrevistas com docentes. A partir dessa caminhada, emergiram achados significativos que merecem destaque.

Em primeiro lugar, constatou-se que os marcos normativos que orientam a educação em direitos humanos no Brasil, como o PNEDH, o PNDH-3, as Diretrizes Curriculares Nacionais e a própria BNCC, embora avancem na perspectiva de uma formação cidadã, crítica e plural, ainda encontram obstáculos para sua efetiva materialização no cotidiano escolar. As entrevistas evidenciaram uma lacuna persistente entre a formalização dessas diretrizes e o suporte oferecido aos professores e professoras responsáveis pela sua implementação. A ausência de formações específicas, a precarização das condições de trabalho e a fragmentação das políticas curriculares dificultam a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com os direitos humanos como eixo estruturante do currículo.

Outro achado relevante foi a percepção de que a disciplina eletiva, por sua flexibilidade, oferece uma oportunidade singular de experimentar metodologias ativas, abordagens interdisciplinares e temas urgentes que atravessam a vida dos estudantes. No entanto, essa mesma flexibilidade pode se transformar em vulnerabilidade, diante da falta de orientações sistemáticas, de materiais de apoio e de reconhecimento institucional da importância da área. Nesse contexto, a escuta das experiências docentes revelou um compromisso ético e político que ultrapassa a função técnica da docência: ministrar a eletiva de Direitos Humanos é, em grande parte, um ato de resistência e de reinvenção cotidiana.

A produção do guia pedagógico surgiu como resposta concreta a esse cenário. Inspirada por vivências e escutas sensíveis, o material foi construído como um instrumento de apoio, não normativo, que valoriza práticas emancipadoras e fomenta o protagonismo dos sujeitos na construção de uma cultura de direitos. Seu conteúdo articula fundamentos teóricos, sugestões de práticas pedagógicas e materiais complementares, buscando contribuir para o fortalecimento do trabalho docente em contextos desafiadores.

Por fim, cabe destacar que a escolha de ministrar a eletiva de Direitos Humanos e Cidadania não é neutra: ela expressa um posicionamento diante das disputas que atravessam a escola pública brasileira. Em tempos de ataques à democracia, de desinformação e de criminalização das lutas sociais, afirmar o direito à dignidade, à diversidade e à justiça social no espaço escolar é assumir, de forma consciente, um compromisso ético com a transformação da realidade. Como lembra Paulo Freire (2005), ensinar exige coragem para lutar por um mundo mais justo. Esta pesquisa, ao dar visibilidade às práticas, contradições e potências da educação em direitos humanos, pretende somar-se a esse projeto de sociedade.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. **Educação e poder**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BASSO, Jaqueline Daniela; BEZERRA NETO, Luiz. As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. *Itinerarius Reflectionis*, [S. l.], v. 1, n. 16, p. 1-15, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5216/rir.v1i16.29044>
- BARTZ, Diane. **O livro didático de Sociologia: discurso e saber escolar**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e direitos humanos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: UNB, 1992.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**.
- CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios da transversalidade. In: CANDAU, Vera Maria. (org.). **Direitos humanos, educação e diversidade cultural**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CORTINA, Adela. **Cidadania e justiça: a contribuição da ética**. São Paulo: Loyola, 2005.
- DWORKIN, Ronald. *Religião sem Deus*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- DUTRA, Elenaldo Celso Teixeira; FONSECA, Claudia. **Educação em direitos humanos e justiça social**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.
- THERBORN, Göran. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FORTE, Ana Beatriz Carneiro; LOPES, Francisco Willams Ribeiro. A interface entre direitos humanos e ciências sociais no currículo da educação básica. In: GRECCO, Rita de Cássia; SOUSA, Renata Leite (org.). **Educação, diversidade e direitos humanos: múltiplas perspectivas**. Fortaleza: Editora CEEINTER, 2024. p. 165–179. Disponível em: <https://portal.ceeinter.com.br/product/educacao-diversidade-e-direitos-humanos-multiplas-per-spectivas/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e epistemologia: confrontos e reconstruções**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

NASCIMENTO, José do. **Direitos humanos: uma introdução**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2014.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora:** da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Educação para a cidadania democrática e direitos humanos.** Brasília: UNESCO, 2011.

YOUNG, Iris Marion. **Justiça e política da diferença.** São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA:

1. Pensando na eletiva de Direitos Humanos ministrada em 2024, pode contar os motivos pelo qual você a ofertou?
2. Ter ministrado a eletiva de direitos humanos e cidadania, em 2024, deve ter lhe possibilitado muitas experiências, pode contar como foi essa experiência para você?
3. Professor, registre duas dificuldades enfrentadas no exercício docente ao ministrar a eletiva:
4. Você utilizou algum material estruturado e/ou participou de formação durante o processo de preparação para eletiva? Pode compartilhar um pouco dessa experiência?
5. Na sua escola é elaborado algum plano semestral/semanal das disciplinas eletivas? Se não você preparou algum documento assim?
6. Que metodologias, atividades e método avaliativo você utilizou na eletiva de Direitos humanos e cidadania?
7. Pode disponibilizar algum material que considere importante para a pesquisa?

CHECK-LIST:

1. Qual o seu vínculo com a Rede estadual de ensino do Ceará?
 - ☐ Professor Efetivo
 - ☐ Professor contratado por tempo determinado (temporário)
2. Qual a sua faixa etária em 1o de janeiro de 2024?
 - ☐ 18 a 29 anos
 - ☐ 30 a 45 anos
 - ☐ 46 a 59 anos
 - ☐ + de 60 anos
3. Qual a formação em nível de graduação?
 - ☐ Ciências Sociais/Sociologia
 - ☐ Educação Física
 - ☐ Matemática
 - ☐ Química
 - ☐ Física
 - ☐ Biologia
 - ☐ Filosofia
 - ☐ Geografia

- ☐ História
- ☐ Letras
- ☐ Arte - Educação
- ☐ Pedagogia
- ☐ Libras
- ☐ Outra

4. Sua Formação é em Licenciatura?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5. Há quantos anos atua como docente?

- ☐ menos de 2 anos
- ☐ de 3 a 5 anos
- ☐ de 6 a 8 anos
- ☐ de 9 a 10 anos
- ☐ de 11 a 15 anos
- ☐ de 16 a 20 anos
- ☐ de 21 a 25 anos
- ☐ de 25 a 30 anos
- ☐ + de 30 anos

6. Você trabalhou em quantas escolas no ano de 2024?

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4 ou mais

7. Informe a sua carga horária de trabalho, semanal, na Rede estadual do Ceará.

- ☐ 4h
- ☐ 8h
- ☐ 12h
- ☐ 16h
- ☐ 20h
- ☐ 24h

☐ 28h

☐ 30h

☐ 36h

☐ 40h

☐ 44h

☐ 48h

☐ 52h

☐ 56h

☐ 60h

8. Você leciona quais tipos de disciplinas na Rede estadual do Ceará?

☐ FGB

☐ PDT

☐ NTPPS

☐ Eletivas

☐

9. Na sua opinião, os livros atuais do PNLD de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas contemplam os princípios pedagógicos da base diversificada e a eletiva de direitos humanos?

☐ Sim

☐ Não

10. Pensando na eletiva de Direitos Humanos e Cidadania (CHS013) ministrada em 2024, você recebeu formação disponibilizada pela Seduc?

☐ Sim

☐ Não

11. Se respondeu SIM à questão anterior, informe a carga horária, qual o formato e conteúdo da formação.

12. Pensando na UCE - direitos humanos e cidadania ministrada em 2024, informe a média de quantos estudantes cursaram.

☐ de 10 a 20

☐ de 20 a 30

☐ de 30 a 40

13. Conforme orientação da Seduc, a enturmação dos estudantes nas UCE deve ser de composição mista, ou seja, estudantes das três séries do Ensino Médio. Em sua sala de aula, na UCE - direitos humanos e cidadania, em 2024, a composição da turma era mista?

☐ Sim

☐ Não

14. Durante a oferta da UCE - Direitos humanos e cidadania foi realizado algum levantamento para saber o porquê do interesse dos estudantes em cursarem essa eletiva?

☐ Sim

☐ Não

15. Se respondeu SIM na questão anterior, escreva o principal interesse demonstrado pelos estudantes ao cursarem a UCE - Direitos humanos e cidadania.

16. Para ministrar a UCE - Direitos humanos e cidadania, quais recursos didáticos foram utilizados?

☐ Textos

☐ Vídeos

☐ Filmes

☐ Livros

☐ Notícias

☐ Música

☐ Jornais e Revistas

☐ Outros

17. Para avaliar os estudantes na UCE - Direitos humanos e cidadania, quais métodos foram aplicados?

☐ Avaliação escrita

☐ Autoavaliação

☐ Exposição

☐ Debates/ diálogos abertos

☐ Resumo-síntese

☐ Culminância prática

☐ Participação

☐ Produção textual

☐ Seminário

☐ Outros



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

O DIREITO

A TER DIREITOS

GUIA PEDAGÓGICO
PARA PROFESSORES
QUE DEBATEM DIREITOS
HUMANOS



PROFSOCIO

AUTORIA/PROJETO GRÁFICO:

JESSICA REBOUÇAS SANTOS

PROFESSOR ORIENTADOR:

FRANCISCO WILLAMS RIBEIRO
LOPES

PÚBLICO ALVO:

DOCENTES DA REDE ESTADUAL
DE ENSINO DO CEARÁ

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ**

FORTALEZA, 2025



Índice

Apresentação	04
Fundamentos Teóricos	06
Direitos humanos são pra quem?	13
Curadoria de Práticas Docentes	16
Curadoria de Indicações	26
Calendário dos Direitos Humanos	33

APRESENTAÇÃO DO GUIA PEDAGÓGICO



APRESENTAÇÃO

Caros(as) professores(as),

É com entusiasmo, responsabilidade e afeto que apresento o guia pedagógico: "O direito a ter direitos: cartilha pedagógica para professores que debatem direitos humanos". Esta publicação é fruto de reflexões acumuladas ao longo de uma trajetória docente comprometida com a construção de uma *escola democrática, sensível às desigualdades e promotora de justiça social*.

O guia nasce no contexto da *pesquisa de mestrado* que investigou como a Educação em Direitos Humanos vem sendo incorporada nas práticas escolares, em especial por meio da componente curricular eletiva de Direitos Humanos e Cidadania ofertada em escolas públicas de Ensino Médio no Ceará. A partir de experiências vividas em sala de aula, da escuta atenta aos colegas professores(as), e do estudo dos marcos legais e pedagógicos que orientam a temática, este material foi construído como ferramenta de apoio, partilha e fortalecimento da nossa prática docente.

Reconhecemos que, em um cenário de crescente avanço das políticas neoliberais e conservadoras sobre a educação pública, pautar os direitos humanos em sala de aula é, por si só, um ato de resistência. A lógica da competição, da meritocracia e da padronização curricular muitas vezes inviabiliza ou invisibiliza práticas pedagógicas voltadas para a cidadania crítica, a escuta, a pluralidade e o acolhimento. No entanto, mesmo diante desses desafios, a eletiva de Direitos Humanos tem se mostrado *um espaço fértil para o debate ético-político sobre os direitos e a dignidade humana*.

O guia pedagógico está organizada em seis capítulos. Começamos com a Apresentação, que contextualiza a proposta do guia. Em seguida, o capítulo de Fundamentos Teóricos discute as bases conceituais e políticas que sustentam a importância do tema, especialmente no contexto da eletiva de direitos humanos e cidadania.

O terceiro capítulo, Direitos humanos são pra quem?, problematiza as representações distorcidas e seletivas sobre os direitos humanos no imaginário social brasileiro, explorando como discursos punitivistas e estratégias de desinformação deslegitimam lutas por justiça e reparação. O capítulo propõe uma reflexão necessária sobre o papel da escola diante dessas disputas curriculares.

Na sequência, o capítulo de Curadoria de Práticas Docentes reúne sugestões de atividades, metodologias e estratégias pedagógicas construídas a partir de entrevistas com professoras(es) e experiências vividas em sala de aula. O capítulo seguinte, Curadoria de Indicações, apresenta materiais complementares: livros, textos, filmes, músicas e podcasts, que podem enriquecer os percursos formativos e dialogar com as temáticas abordadas. Por fim, o sexto capítulo, Calendário dos Direitos Humanos na escola, propõe datas, campanhas e marcos simbólicos que podem ser trabalhados como oportunidades pedagógicas ao longo do ano letivo.

O guia se ancora nos princípios da Educação em Direitos Humanos preconizados pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Espero que este material possa inspirar e fortalecer o trabalho docente, contribuindo para que cada vez mais estudantes se reconheçam como sujeitos de direitos. Afinal, como nos lembra Hannah Arendt, o direito a ter direitos é o fundamento de toda vida democrática, e a escola tem um papel decisivo na sua efetivação.

Boa leitura e boas práticas!

FUNDAMENTOS

TEÓRICOS



FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Falar de Direitos Humanos na escola pública brasileira é, antes de tudo, reafirmar a centralidade da escola como um espaço de formação cidadã, de promoção da dignidade humana e de fortalecimento da democracia. Em um cenário marcado por retrocessos nas políticas públicas, avanço das desigualdades sociais e crescente precarização da educação, fortalecer práticas pedagógicas voltadas aos direitos humanos é um ato político, ético e pedagógico.

A Educação em Direitos Humanos (EDH) está diretamente relacionada à construção de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de intervir na realidade, transformá-la e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Nesse sentido, a escola não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos, mas um território de disputas, negociações e possibilidades de construção coletiva de saberes que fortaleçam a cidadania.



De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (BRASIL, 2006), a EDH se fundamenta em cinco princípios: a dignidade humana, a igualdade de direitos, a participação democrática, a não discriminação e a valorização da diversidade. Tais princípios devem atravessar não só os conteúdos, mas também as metodologias, as relações interpessoais e a gestão escolar, consolidando uma prática pedagógica comprometida com os direitos humanos como eixo estruturante do projeto educativo.





Ao mesmo tempo, não se pode ignorar os desafios colocados pela lógica neoliberal, que, como apontam **Dardot e Laval (2016)**, não se limita a uma racionalidade econômica, mas se infiltra nas relações sociais e institucionais, promovendo a competição, a individualização e a responsabilização dos sujeitos pelos problemas coletivos. Essa lógica também chega à escola, impactando currículos, práticas pedagógicas e subjetividades. É nesse contexto que a eletiva de Direitos Humanos emerge como uma importante trincheira de resistência pedagógica, capaz de tensionar os processos de esvaziamento crítico da educação.

Candau (2012) destaca que a Educação em Direitos Humanos é, por natureza, contra-hegemônica. Ela não se limita à transmissão de normas ou conceitos, mas se articula como uma prática política, dialógica e emancipadora, que problematiza as relações de poder, as desigualdades estruturais e as diversas formas de violência presentes na sociedade e, muitas vezes, naturalizadas no ambiente escolar.

A pedagogia crítica, conforme defende **McLaren (2005)**, sustenta que o processo educativo deve proporcionar aos sujeitos a compreensão dos mecanismos de opressão e a construção de ferramentas para sua superação. Isso significa que trabalhar os direitos humanos na escola vai além da celebração de datas ou da realização de atividades pontuais; trata-se de construir práticas pedagógicas intencionais, que provoquem reflexão, mobilização e ação.



Por isso, mesmo diante dos desafios que as Eletivas enfrentam, é fundamental reconhecer as potências que esses espaços oferecem. As eletivas de Direitos Humanos possibilitam a construção de um currículo vivo, que dialoga com as realidades dos(as) estudantes, que reconhece as diversidades presentes no espaço escolar e que aposta na formação de sujeitos capazes de *reivindicar, defender e praticar os direitos humanos no cotidiano*.

Em síntese, os fundamentos teóricos que orientam esta cartilha partem da compreensão de que a Educação em Direitos Humanos **é, ao mesmo tempo, um campo de conhecimento, uma prática pedagógica e um compromisso ético-político**. É uma aposta na escola como lugar de transformação, resistência e afirmação do direito a ter direitos.



Falar sobre Direitos Humanos exige, antes de tudo, compreender sua historicidade. Os Direitos Humanos são uma construção histórica, social e política, fruto das lutas dos povos em diferentes momentos para garantir dignidade, liberdade, igualdade e justiça. Como lembra **Bobbio (2004)**, os direitos humanos não surgem todos de uma vez, mas são fruto de processos históricos, sendo conquistados progressivamente, de acordo com os contextos sociais e as lutas por reconhecimento.

Nessa perspectiva, os Direitos Humanos não são algo dado ou natural, mas um campo de permanente disputa, tensionado pelos avanços e retrocessos que marcam as sociedades. Para **Alves (2008)**, os Direitos Humanos devem ser entendidos como uma prática social de resistência às múltiplas formas de opressão, exploração e violência, sendo inseparáveis dos projetos de democracia, justiça social e emancipação.

Além disso, como alerta **Souza Santos (2010)**, os direitos humanos carregam uma dupla dimensão: são, ao mesmo tempo, uma promessa e uma incompletude. Eles expressam uma utopia necessária: a de que todos os seres humanos possam viver com dignidade, mas também revelam as contradições do mundo real, onde, apesar de formalmente reconhecidos, muitos desses direitos seguem sendo sistematicamente negados, especialmente para populações historicamente marginalizadas.

“Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue à liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser” (FREIRE, 1994, p. 192).



FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Por isso, quando trazemos os Direitos Humanos para o contexto escolar, não estamos apenas falando de um conteúdo específico, mas de uma perspectiva de educação comprometida com a transformação social. Como reforça Candau (2012), a Educação em Direitos Humanos articula-se como uma proposta que atravessa todo o projeto pedagógico da escola, nas práticas cotidianas, nas relações entre estudantes, professores(as) e comunidade, e na construção de uma cultura de respeito à diversidade e à dignidade humana.

Ao trabalharmos com Direitos Humanos na educação, é fundamental romper com visões reducionistas que os tratam apenas como normas jurídicas distantes do cotidiano. Pelo contrário, os Direitos Humanos estão presentes nas relações que se constroem dentro da escola, no combate às violências, nas práticas de inclusão, na escuta sensível, no reconhecimento das diversidades, no fortalecimento da participação e na construção de espaços de convivência democrática.

Por fim, é essencial compreender que a Educação em Direitos Humanos é, também, uma estratégia de defesa da própria escola pública, gratuita, laica, inclusiva e socialmente referenciada. Em tempos de ataques à democracia, de negacionismos e de disseminação de discursos de ódio, fortalecer práticas educativas baseadas nos Direitos Humanos é um caminho não apenas para proteger, mas para reinventar a escola como um espaço de construção de futuros possíveis, mais justos, mais humanos e mais solidários.

DIREITOS HUMANOS
SÃO PRA
QUEM?



DIREITOS HUMANOS SÃO PRA QUEM?

A ideia de que “direitos humanos são pra bandidos” tem circulado com força na sociedade brasileira. Estão nas redes, nas falas de autoridades, no discurso midiático e sensacionalista. Muitas vezes, esse pensamento ecoa dentro das escolas, inclusive entre estudantes e educadores. Mas essas ideias não surgem espontaneamente: **são parte de uma disputa maior sobre os sentidos da justiça, da punição e da dignidade no Brasil.**

De acordo com a Pesquisa de Percepção Social sobre Mulheres Defensoras de Direitos Humanos no Brasil, realizada pela ONU Mulheres e pelo Instituto Ipsos (2022), cerca de 32% das pessoas entrevistadas acreditam que os direitos humanos beneficiam mais os “bandidos” do que a população em geral. Como comentam Forte e Lopes (2024), essa percepção revela uma compreensão distorcida, seletiva e despolitizada dos direitos humanos. Ela é reforçada por narrativas que associam direitos à impunidade, e por discursos que deslegitimam qualquer crítica às violências praticadas pelo Estado.

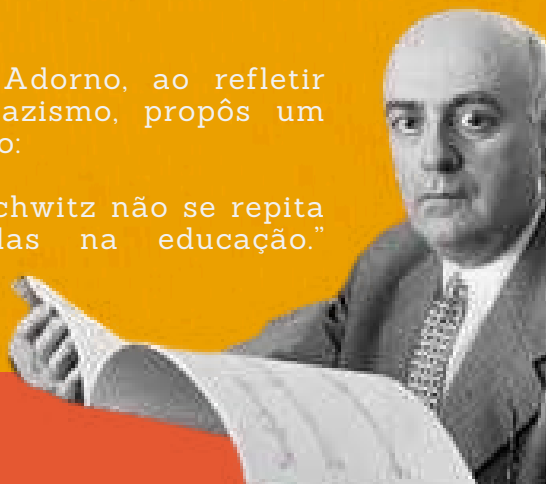
Mas vale a pergunta: **quem tem medo dos direitos humanos?**

Essa ideia de que os direitos humanos servem apenas para proteger quem comete crimes não é neutra, ela cumpre uma função política muito clara: **deslegitimar movimentos sociais, criminalizar defensores de direitos, silenciar denúncias de violações e impedir o debate público sobre as desigualdades estruturais que organizam a sociedade brasileira.** Ao reduzir os direitos a uma defesa de “quem erra”, tenta-se apagar seu papel fundamental como instrumento de reparação histórica e justiça social.

EDUCAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE:

O filósofo Theodor W. Adorno, ao refletir sobre os horrores do nazismo, propôs um desafio radical à educação:

“A exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas na educação.”
(ADORNO, 1995, p. 119)



Auschwitz foi um dos maiores campos de concentração e extermínio construídos pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial, na Polônia ocupada. Ali, mais de um milhão de pessoas : em sua maioria judeus, mas também ciganos, pessoas LGBTQIA+, comunistas e outros grupos perseguidos — foram assassinadas de forma sistemática pelo Estado nazista.

Quando Adorno faz essa afirmação, ele nos alerta: **a barbárie não é um episódio isolado do passado, ela pode se repetir em sociedades que normalizam a violência, a indiferença e o autoritarismo.** Para ele, a educação deve ser crítica, antiautoritária e comprometida com a dignidade humana. Uma escola que ignora as desigualdades e silencia as injustiças corre o risco de se tornar cúmplice da repetição da violência.

Falar de direitos humanos, portanto, não é defender privilégios, é construir memória, lutar por justiça e afirmar, todos os dias, **que toda vida importa!** É dizer que nenhuma vida pode ser tratada como descartável. Nem pela mídia. Nem pela política. Nem pela escola.

CURADORIA DE

PRÁTICAS DOCENTES



CURADORIA DE PRÁTICAS DOCENTES



Esta curadoria é organizada no contexto da pesquisa do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional “O direito a ter direitos: a construção curricular da eletiva de direitos humanos e o desenvolvimento de uma cartilha pedagógica para professores que debatem direitos humanos.”, as práticas foram sistematizadas com o intuito de inspirar, orientar e fortalecer o planejamento pedagógico de outros/as docentes.

A curadoria das práticas pedagógicas brotaram em diferentes escolas da rede estadual do Ceará, cultivadas por professores e professoras que, mesmo em contextos desafiadores, semearam possibilidades de transformação por meio da educação em direitos humanos.

As práticas pedagógicas aqui reunidas são chamadas de Sementes Didáticas porque acreditamos que não há fórmula pronta, mas sim caminhos que germinam de acordo com o clima de cada território, com o tempo de cada turma e com a sensibilidade de cada educador. São sugestões, sementes que você pode lançar, adaptar e transformar.

Que estas sementes encontrem solo fértil em sua prática e floresçam no tempo certo, ajudando a construir uma escola mais justa, crítica e viva.



SEMENTE DIDÁTICA 01: DINÂMICA DO REPOLHO

Título: Dinâmica do Repolho

Descrição: Atividade participativa baseada em um “repolho” de papel com camadas dobradas, cada uma contendo perguntas, notícias ou provocações relacionadas aos direitos humanos. Os estudantes retiram uma camada por vez e compartilham suas leituras com o grupo, promovendo um debate coletivo.

Objetivo pedagógico: Estimular a escuta ativa, a empatia e o pensamento crítico diante de temas sensíveis, como violência de gênero, racismo, desigualdade social e outros atravessamentos.

Sugestões de aplicação:

- Escolher previamente um tema central (ex: cidadania, democracia, violência policial, direitos das mulheres, identidade de gênero, liberdade de expressão) e selecione notícias e/ou perguntas relacionadas.
- Montar o “repolho” com papéis dobrados, sobrepostos um a um.
- Formar uma roda com a turma e orientar a retirada das camadas.
- Cada estudante lê seu conteúdo em voz alta e a turma comenta coletivamente.
- Ao final, pode-se fazer um debate coletivo ou propor uma redação ou reflexão escrita sobre o debate.

Materiais necessários: Folhas de papel (coloridas ou não) que tenham notícias impressas, perguntas ou imagens.

Possibilidades de adaptação: Pode incluir trechos de música ou imagens ao invés de textos. A dinâmica pode ser utilizada como introdução de tema ou avaliação diagnóstica.



SEMENTE DIDÁTICA 02: CRIAÇÃO DE PAÍSES FICTÍCIOS

Título: Criação de Países Fictícios

Descrição: Atividade de simulação em que os estudantes, organizados em grupos, criam países imaginários, definindo sua Constituição, formas de governo, símbolos, direitos garantidos e valores éticos.

Objetivo pedagógico: Favorecer a compreensão crítica sobre os fundamentos dos direitos humanos, da cidadania e das estruturas políticas de maneira lúdica e engajadora.

Sugestões de aplicação:

- Dividir a turma em grupos.
- Propor que cada grupo crie seu país, nome, bandeira, forma de governo, sistema de justiça e leis fundamentais.
- Após o planejamento, cada país se apresenta à turma.
- Estimular perguntas entre os grupos e debates sobre contradições nos direitos garantidos.

Materiais necessários: Cartolinas, canetinhas, colagens, modelos de Constituição ou roteiro-guia* com perguntas orientadoras.

Possibilidades de adaptação: Criar países utópicos (ideais) ou distópicos (injustos) para debater ausência de direitos. A atividade também pode ser realizada em formato de apresentação por slides.





EXEMPLO DE ROTEIRO-GUIA*

ROTEIRO-GUIA: CRIAÇÃO DO PAÍS FICTÍCIO

Nome do país:

Como se chama? Por que esse nome?

Bandeira e símbolos nacionais:

Quais cores e símbolos representam o país? O que eles significam?

Forma de governo:

Quem governa? Como é escolhido(a)? Existe participação do povo?

Direitos garantidos:

Quais são os principais direitos assegurados às pessoas no seu país? (Ex: educação, moradia, saúde, liberdade de expressão, etc.)

Sistema de justiça:

Como funciona a justiça? Existem leis claras? Quem julga os conflitos?

Liberdades e proibições:

O que é permitido ou proibido? Existem grupos que são mais protegidos ou excluídos?

Valores e princípios do país:

Que valores guiam as decisões do governo e da sociedade?

Relação com outros países:

Seu país faz alianças? Como lida com conflitos internacionais?



SEMENTE DIDÁTICA 03: CINE-DEBATE

Título: Cine-debate

Descrição: Sessão de exibição de filme, curta-metragem, videoclipe ou documentário seguida de roda de conversa com a turma para debater os conteúdos e as emoções suscitadas pela obra.

Objetivo pedagógico: Utilizar a linguagem audiovisual como ferramenta crítica de análise da realidade, estimulando empatia, escuta e articulação entre arte e direitos humanos.

Sugestões de aplicação:

- Escolher previamente uma produção acessível e alinhada aos temas da eletiva (ex: Meu Corpo é Político, Ilha das Flores, Ainda Estou Aqui).
- Contextualizar a obra com a turma e apresentar perguntas-guia.
- Exibir o material e conduzir uma roda de conversa após a exibição.
- Propor registros reflexivos, textos ou outras formas de expressão.

Materiais necessários: TV ou projetor com acesso ao vídeo; som adequado; espaço escurecido.

Possibilidades de adaptação: Usar videoclipes (como os de Linn da Quebrada ou Emicida), episódios de podcasts com imagens.



SEMENTE DIDÁTICA 04: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

Título: Seminários Temáticos

Descrição: Metodologia de exposição oral realizada por grupos de estudantes que se aprofundam em temas debatidos ao longo da eletiva, apresentando-os de forma colaborativa à turma.

Objetivo pedagógico: Desenvolver autonomia, capacidade de pesquisa, oralidade e apropriação crítica dos conteúdos estudados.

Sugestões de aplicação:

- Apresentar à turma um conjunto de temas disponíveis.
- Formar grupos e definir cronograma de apresentação.
- Estimular que os estudantes utilizem recursos variados: slides, cartazes, dinâmicas, vídeos curtos.
- Promover espaço para perguntas e comentários após cada exposição.
- Utilizar como instrumento de avaliação diagnóstica, formativa ou final.

Materiais necessários: Cartazes, textos de apoio, projetor (se disponível), papel kraft, cola, tesoura.

Possibilidades de adaptação: Os seminários podem ser dramatizados. Também podem integrar a culminância do semestre.

Sugestões de temas:

- O que são direitos humanos?
- As desigualdade social no Brasil e o acesso a direitos.
- Violência e equidade de gênero.
- Racismo estrutural
- Diversidade sexual e os desafios da cidadania plena



SEMENTE DIDÁTICA 05: REDAÇÕES TEMÁTICAS

Título: Redações Temáticas

Descrição: Proposta de produção textual em que os estudantes são convidados a refletir e se posicionar sobre os temas debatidos na eletiva, elaborando textos que articulem vivência, conhecimento e análise crítica.

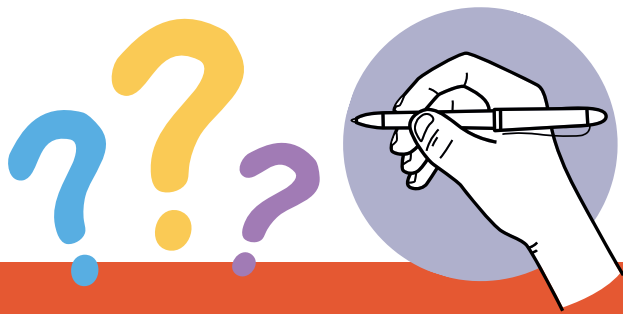
Objetivo pedagógico: Estimular a produção escrita como forma de expressão e sistematização das aprendizagens, desenvolvendo argumentação e clareza.

Sugestões de aplicação:

- Após o encerramento de um tema ou ciclo de aulas, propor uma pergunta disparadora (ex: “Direitos humanos são pra quem?”, “Todo mundo tem as mesmas oportunidades no Brasil?”, “O que é justiça social?”, “Por que falar sobre gênero e sexualidade é importante”) e apresentar textos de apoio de acordo com a temática.
- Reservar tempo para escrita.
- Avaliar tanto o conteúdo quanto o envolvimento e a progressão na escrita.

Materiais necessários: Caderno ou folhas avulsas, caneta, quadro para organizar ideias.

Possibilidades de adaptação: Transformar em cartas públicas, editoriais, manifestos, fanzines ou textos colaborativos. As produções podem compor um mural ou revista da eletiva.



SEMENTE DIDÁTICA 06: TRIBUNAL SIMULADO DOS DIREITOS HUMANOS

Título: Tribunal Simulado dos Direitos Humanos

Descrição: Encenação de um julgamento fictício ou inspirado em fatos reais, com papéis assumidos pelos estudantes (réu, promotoria, defensoria, juiz/a, júri, testemunhas).

Objetivo pedagógico: Promover a compreensão crítica sobre justiça, ética e os diferentes olhares envolvidos em situações de conflito e violação de direitos.

Sugestões de aplicação:

- Escolher coletivamente um caso (ex: violência policial, racismo estrutural, ataque a minorias).
- Dividir a turma em papéis e organizar a apresentação.
- Realizar o julgamento com argumentos de defesa e acusação.
- Refletir ao final sobre o que foi decidido, os critérios usados e os aprendizados produzidos.

Materiais necessários: Roteiro do caso, crachás ou etiquetas com funções, espaço para simulação.

Possibilidades de adaptação: Pode ser dramatizado e ou apresentado como cena teatral durante a culminância da disciplina.



SEMENTE DIDÁTICA 07: CARTOGRAFIAS DOS DIREITOS

Título: Cartografias dos Direitos

Descrição: Atividade de mapeamento afetivo e crítico em que os estudantes identificam no território onde vivem equipamentos de garantia de direitos: postos de saúde, escolas, CRAS e de violação de direitos: ausência de saneamento, racismo policial, falta de moradia, etc..

Objetivo pedagógico: Conectar os conteúdos da eletiva à vivência territorial dos estudantes, estimulando análise crítica do espaço e do cotidiano.

Sugestões de aplicação:

- Solicitar que cada estudante desenhe o mapa do seu bairro ou da área onde circula.
- Orientar a marcação de espaços de efetivação de direitos e locais de negação de direitos.
- Discutir coletivamente os dados revelados pelas cartografias.
- Sistematizar as reflexões em cartazes, murais ou textos.

Materiais necessários: Folhas em branco ou papel pardo, lápis de cor, canetas, revistas para colagem.

Possibilidades de adaptação: Criar um grande mapa coletivo na parede da sala de aula; utilizar plataformas digitais como Google Maps.



CURADORIA DE INDICAÇÕES




CURADORIA DE INDICAÇÕES



Este capítulo tem como objetivo reunir e sugerir indicações de materiais pedagógicos, culturais e formativos que possam contribuir para o planejamento e desenvolvimento da disciplina eletiva de Direitos Humanos nas escolas públicas do Ceará. A seleção valoriza conteúdos que tentam dialogar com a realidade dos estudantes, que ampliam o repertório crítico e que são acessíveis, principalmente em ambientes de escassez de recursos.

As indicações foram organizadas em categorias para facilitar o uso por parte dos professores: livros, textos, documentários, filmes, músicas, podcasts e plataformas digitais. Muitas dessas obras foram mencionadas nas entrevistas realizadas durante esta pesquisa, outras fazem parte da experiência prática da autora em sala de aula.

Importante ressaltar que esta curadoria tem caráter formativo e inspirador. Os materiais aqui apresentados podem ser adaptados conforme o contexto, o tempo disponível, os recursos da escola e os interesses da turma. A ideia é que sirvam como sementes de leitura, escuta e debate, elementos que nutrirão o planejamento pedagógico e a construção de aulas mais vivas, sensíveis e transformadoras.



Título	Autoria / Instituição	Indicação
Afinal, o que são os Direitos Humanos?	Paulo Sérgio Pinheiro	Texto introdutório, acessível e crítico.
Pedagogia do Oprimido	Paulo Freire	Fundamenta a pedagogia crítica e a educação como prática de liberdade.
A Invenção dos Direitos Humanos	Lynn Hunt	Contribui para entender a emergência histórica dos direitos humanos.
O Ponto Zero da Revolução	Silvia Federici	Essencial para debater trabalho reprodutivo e feminismo
Vidas Trans	João W. Nery	Reunião de relatos que problematizam identidade de gênero.
Educação em Direitos Humanos: fundamentos e práticas	Vera Candau (org.)	Coletânea com experiências e reflexões sobre EDH na escola.
Cartilha “Gênero e Sexualidade: que babado é esse?”	SEDUC/CE	Material para tratar diversidade de gênero e sexualidade.
Olhares plurais na escola: dialogando sobre direitos humanos, gênero e sexualidade	SEDUC/CE	Textos formativos para educadores/as sobre EDH.

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

Título	Temática	Plataforma
As Sufragistas (2015)	História das mulheres e luta pelo direito ao voto	Google Play / YouTube (aluguel)
Bicho de Sete Cabeças (2001)	Saúde mental, instituições, juventude e família	YouTube / Globoplay
Ilha das Flores (1989)	Desigualdade social, consumo e dignidade humana	YouTube
Meu Corpo é Político (2017)	Corpos trans, política, moradia e visibilidade	YouTube / Videocamp
O Começo da Vida (2016)	Primeira infância, cuidado, direitos e desenvolvimento	Netflix / YouTube
Democracia em Vertigem (2019)	Crise democrática, mídia, memória política	Netflix
Ainda Estou Aqui (2020)	Ditadura militar, desaparecimento político, memória e justiça	YouTube
Precisamos Falar com os Homens? (2019)	Masculinidades e transformação social	YouTube

MÚSICAS E VIDEOCLIPES

Música	Artista	Temática
Pantera Negra	Emicida	Negritude, empoderamento, história
Toda Forma de Amor	Lulu Santos	Diversidade sexual e afetiva
AmarElo	Emicida ft. Pablo Vittar e Majur	Autoestima, juventude, saúde mental
Oração	Linn da Quebrada	Corpo, espiritualidade e transgressão
Cálice	Chico Buarque e Milton Nascimento	Ditadura, censura, resistência
Mulher do Fim do Mundo	Elza Soares	Violência de gênero, potência feminina

Podcast / Episódio	Plataforma	Temática
Bom Dia, Obvious – com Valeska Zanello	Spotify	Gênero, desejo, subjetividades
Anticast #404 – O que são Direitos Humanos?	Spotify / Google Podcasts	Introdução crítica ao tema
Histórias de Gente (UNICEF)	Spotify	Infâncias, violências e proteção
TransMissão	Spotify	Vivências trans e LGBTQIA+ no Brasil

SITES E PLATAFORMAS

Plataforma	Link	Utilidade
Anistia Internacional Brasil	www.anistia.org.br	Campanhas, materiais e dados sobre direitos
PNEDH – Plano Nacional de Educação	www.direitoshumano.seducacao.gov.br	Textos, diretrizes e documentos oficiais
Viração Educomunicação	www.viracao.org	Revistas, projetos e oficinas com jovens
Mapa Educação	www.mapaeducacao.org	Juventude, políticas públicas e
Observatório de Favelas	www.observatoriodefavelas.org.br	Pesquisas, vídeos e ações de promoção

CALENDÁRIO DOS
DIREITOS
HUMANOS



CALENDÁRIO DOS DIREITOS HUMANOS

Esta sessão da cartilha tem como objetivo apresentar e refletir sobre algumas datas importantes para os Direitos Humanos, promovendo sua transversalização no contexto escolar, especialmente na eletiva de Direitos Humanos. A proposta é que essas datas sejam trabalhadas de forma interativa e interdisciplinar, estimulando debates, atividades práticas e projetos que conectem os temas à realidade dos estudantes.

Foram selecionadas algumas datas como sugestões, mas outros marcos também podem ser trabalhados conforme o interesse e a necessidade da escola. Cada data será acompanhada de uma breve explicação sobre sua importância e materiais de apoio que possam enriquecer as discussões em sala de aula. A ideia é sensibilizar a comunidade escolar para igualdade, justiça social, diversidade, cidadania e memória histórica, tornando a escola um espaço ativo na promoção dos Direitos Humanos.

Além disso, essa sessão busca incentivar que professores e estudantes relacionem essas datas com o cotidiano, promovendo ações concretas na escola e na comunidade. Dessa forma, espera-se que os temas abordados contribuam para uma educação crítica e cidadã, fortalecendo o compromisso coletivo com os Direitos Humanos.



Janeiro

21/01 - DIA NACIONAL DE COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

A Lei nº 11.635/07 instituiu o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, uma data que visa enfrentar a violência e o preconceito religioso no Brasil. A criação deste dia tem como objetivo promover o respeito ao direito de crença, fomentar o diálogo e incentivar a convivência pacífica entre diferentes grupos religiosos. A data foi escolhida para homenagear Mãe Gilda, uma importante liderança religiosa do candomblé que faleceu após sofrer agressões físicas e verbais motivadas pelo preconceito religioso.

Materiais de Apoio:

- Lei nº 11.635/07 (Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa).
- Declaração Universal dos Direitos Humanos – Artigo 18 (Liberdade de pensamento, consciência e religião).
- Documentário “Àkàrà - No Fogo da Intolerância”, sobre perseguições às religiões afro-brasileiras.
- Livro “Intolerância Religiosa”, do Sidnei Nogueira.



Janeiro

29/01 - DIA DA VISIBILIDADE TRANS

Desde 2004, o Brasil comemora o Dia Nacional da Visibilidade Trans e Travesti em 29 de janeiro. A data foi estabelecida após o lançamento da campanha “Travesti e Respeito” pelo Ministério da Saúde, com o apoio de ativistas LGBTQIA+. O objetivo era conscientizar e combater o preconceito contra a população trans. A visibilidade trans é essencial para garantir direitos, ampliar o respeito e combater a discriminação em áreas como trabalho, educação e saúde.

Materiais de Apoio:

- Documentário “Meu Corpo é Político” (Aborda questões contemporâneas sobre a população trans e suas disputas políticas.)
- Livro “Vidas Trans”, de João Nery (Relatos sobre vivências trans no Brasil).
- Videoclipe “Oração” da Linn da Quebrada.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos – Princípio da Dignidade e Igualdade.



Fevereiro

11/02 - DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES E MENINAS NA CIÊNCIA

Apenas 30% dos cientistas no mundo são mulheres, segundo a UNESCO. Além disso, elas ainda enfrentam barreiras no acesso e na progressão em áreas como Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). Para chamar atenção para essa desigualdade, a ONU criou, em 2015, o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, celebrado desde 2016, em 11 de fevereiro. A data busca incentivar a participação feminina na ciência e destacar a importância da equidade de gênero no meio acadêmico e profissional.

Materiais de Apoio:

- Relatório da UNESCO sobre mulheres na ciência ([Clique aqui para ver a análises e dados sobre a desigualdade de gênero na área científica](#)).
- Documentário “Elas na Ciência” (Histórias de mulheres cientistas e os desafios que enfrentam).
- Livro “As Cientistas: 50 Mulheres que Mudaram o Mundo” de Rachel Ignatofsky (Perfil de cientistas pioneiras ao longo da história).



Fevereiro

24/02 - DIA DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL

A Lei nº 13.086/2015 instituiu o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil no Calendário Oficial do Governo Federal. A data celebra a vitória das mulheres na luta pelo direito ao voto, conquistado em 1932, marcando um passo fundamental na construção da cidadania e dos direitos políticos das mulheres brasileiras. Além de reconhecer essa conquista histórica, a data incentiva a reflexão sobre a participação feminina na política e a importância da igualdade de gênero na tomada de decisões que impactam a sociedade.

Materiais de Apoio:

- Lei nº 13.086/2015 (Institui o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil).
- Documentário “Sufragistas do Brasil” (Relata a luta das mulheres pelo direito ao voto no país).
- Livro “As Sufragistas”, de Emmeline Pankhurst (História do movimento sufragista mundial).



Março

08/03 - DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O Dia Internacional da Mulher teve origem no processo Revolucionário Russo e foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um evento anual. A data marca a luta das mulheres por igualdade de gênero, sendo um símbolo da resistência contra a desigualdade salarial, a divisão injusta do trabalho reprodutivo e a violência de gênero. Essa data reflete uma longa trajetória de mobilizações políticas, como manifestações e greves, que desafiaram a estrutura patriarcal e a discriminação vivenciada pelas mulheres nas esferas pública e privada. Até hoje, o 8 de março permanece como um momento de mobilização contínua, representando a luta incessante por equidade e justiça social.

Materiais de Apoio:

- O livro “O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista” da Silvia Federici
- Capítulos 2 e 6 do livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” do Friedrich Engels.
- Episódio 240 do podcast “Bom dia, Obvious” com Valeska Zanello - prateleira do amor, desejo masculino, padrões de beleza.



Março

21/03 - DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Em 21 de março de 1960, tropas do Exército Sul-Africano dispararam contra uma multidão que protestava pacificamente contra a Lei do Passe, que obrigava as pessoas negras a portarem um documento restritivo sobre sua circulação. O protesto aconteceu no bairro de Sharpeville, na cidade de Joanesburgo, na África do Sul. Durante o massacre, 69 jovens negros foram mortos e mais de 180 ficaram feridos. Esse massacre, ocorrido durante o regime do Apartheid, é lembrado anualmente pela ONU como o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em memória das vítimas e como um marco na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação racial no mundo.

Materiais de Apoio:

- O livro “Longa Caminhada Até a Liberdade” uma autobiografia de Nelson Mandela. (Também tem o filme “Mandela – O caminho para a liberdade”)
- O filme “Um grito de liberdade”
- Documentário “Ultima tumba em Dimbaza”



Abril

SEMANA ESTADUAL EM MEMÓRIA DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS (LEI 18.907/2024 - CEARA)

A Lei 18.907/2024 do Ceará institui a Semana Estadual em Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, organizada anualmente na primeira semana de abril. Essa lei tem como objetivo reconhecer e preservar a memória histórica das vítimas da Ditadura Militar Brasileira, além de reforçar o compromisso do estado com a justiça social e o direito à verdade. A lei também reforça a importância de não esquecer os abusos de poder para garantir que tais violações não se repitam.

Materiais de Apoio:

- Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV).
- Filme: “Ainda Estou Aqui”
- Documentário “Nunca Mais”
- Música “Cálice” do Chico Buarque e Milton Nascimento,



Abril

19/03 – DIA DOS POVOS INDÍGENAS

O Dia dos Povos Indígenas, celebrado em 19 de abril, foi instituído no Brasil em 1943, em homenagem ao Primeiro Congresso Indigenista Interamericano de 1940. Em 2022, a Lei nº 14.402 alterou a data para "Dia dos Povos Indígenas", visando refletir a diversidade e pluralidade das culturas indígenas. A data é um momento de luta e resistência para os povos indígenas, destacando a importância do reconhecimento de seus direitos territoriais, culturais e sociais. A APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) luta pela demarcação de terras indígenas, pela proteção das culturas e pela implementação de políticas públicas que garantam a autonomia e o respeito aos povos indígenas. A data reforça a necessidade de garantir a dignidade e os direitos das populações indígenas em todo o Brasil.

Materiais de Apoio:

- Livro: Ideias para adiar o fim do mundo do Ailton Krenak
- Música: Território Ancestral da Kaê Guajajara
- Documentário musical "Meu Sangue É Vermelho", disponível na Amazon Prime Video
- Especial Falas da Terra disponível na Globoplay e Youtube



Maio

01/04 – DIA DA TRABALHADORA E DO TRABALHADOR

O Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, celebrado no 1º de maio, tem origem nas lutas operárias do século XIX, em especial nas greves de 1886 nos Estados Unidos, quando trabalhadores reivindicavam a jornada de oito horas. No Brasil, a data é feriado nacional desde 1925 e remete a diversas mobilizações históricas, como as greves operárias de 1917 e os movimentos sindicais do século XX.

Mais do que uma data comemorativa, o 1º de maio é um momento de reflexão sobre as condições de trabalho, a informalidade, a exploração, o desemprego e as desigualdades persistentes no mundo laboral. É também um dia de valorização das lutas coletivas por direitos, como salário digno, jornada justa, proteção social e igualdade de oportunidades.

No contexto brasileiro atual, marcado por altos índices de desemprego, precarização e avanço das plataformas digitais, debater trabalho na escola é também debater justiça social, juventude, classe e projeto de sociedade.

Materiais de apoio

- Documentário: Peões (2004), de Eduardo Coutinho
- Livro: Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0 de Ricardo Antunes
- Música: Cidadão - Zé Ramalho



Maio

Semana Janaína Dutra

22 A 26 DE MAIO



A Lei nº 16.481/2017 institui a Semana Estadual Janaína Dutra de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual e de Gênero, realizada anualmente na terceira semana de maio. A iniciativa homenageia a trajetória de Janaína Dutra, advogada cearense e referência nacional na luta pelos direitos da população LGBTQIA+.

A semana busca promover atividades educativas, culturais e formativas nas escolas e espaços públicos, incentivando reflexões sobre direitos humanos, visibilidade trans e enfrentamento ao preconceito. A lei destaca a relevância de criar ambientes acolhedores e seguros para a população LGBTQIA+.

Materiais de apoio

- Documentário: Janaína Dutra - Uma Dama de Ferro
- Livro: Transfeminismo: Teorias e Práticas, organização de Jaqueline Gomes de Jesus
- Música: "Toda Forma de Amor" - Lulu Santos

Junho

20/06 – DIA MUNDIAL DO REFUGIADO

O Dia Mundial do Refugiado, celebrado em 20 de junho, foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000, com o objetivo de homenagear as pessoas forçadas a deixar seus países por causa de guerras, perseguições, crises climáticas ou violações de direitos humanos. A data busca promover empatia, solidariedade e ações concretas para a acolhida e a proteção de refugiados em todo o mundo.

No Brasil, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e organizações como a Cáritas e a ACNUR atuam na garantia dos direitos básicos dessa população, incluindo o acesso a documentos, moradia, saúde, educação e trabalho. O dia reforça a importância de combater a xenofobia e construir políticas de acolhimento que respeitem a dignidade de quem foi forçado a recomeçar a vida em outro país.

Materiais de apoio

- Livro: “Refugiados: a Última Fronteira” de Eduardo Febbro
- Música: “Clandestino” de Manu Chao
- Documentário: “Human Flow”, dirigido por Ai Weiwei (disponível no Amazon Prime Video)
- Relatório interativo: Refúgio em Números (publicado anualmente pelo CONARE e disponível no site do Ministério da Justiça)



Junho

28/06 – DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO LGBTQIA+

O Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, celebrado em 28 de junho, marca a Revolta de Stonewall, ocorrida em 1969, em Nova York (EUA), quando pessoas LGBTQIA+ resistiram a uma violenta ação policial em um bar frequentado por essa população. O episódio deu origem ao movimento moderno por direitos civis LGBTQIA+ em todo o mundo. No Brasil, a data simboliza a luta contra a LGBTfobia, pela garantia de direitos e pelo respeito à diversidade de identidades e orientações sexuais.

Organizações como a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) atua na defesa da cidadania LGBTQIA+, exigindo políticas públicas que assegurem vida digna, acesso à saúde, à educação, ao trabalho e à segurança. A data é um marco de resistência e afirmação de existências que seguem sendo alvo de discriminação e violência.

Materiais de apoio

- Documentário: Janaína Dutra – Uma Dama de Ferro
- Música: “Indestrutível” da Pabllo Vittar
- Documentário: “Bicha Travesty”, dirigido por Claudia Priscilla e Kiko Goifman (disponível na Globoplay)
- Livro: “Devassos no Paraíso – A homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade” de João Silvério Trevisan



JULHO

FÉRIAS ESCOLARES

25/07 - Dia Internacional da Mulher Negra
Latino-Americana e Caribenha



Agosto

11/08 – DIA DO ESTUDANTE

O Dia do Estudante, celebrado em 11 de agosto, marca a fundação dos dois primeiros cursos de Direito no Brasil, em 1827: um em Olinda (PE) e outro em São Paulo (SP). A data foi oficializada em 1927, no centenário dessa conquista, e passou a simbolizar a valorização da educação e do protagonismo da juventude nas lutas por direitos sociais, democracia e justiça.

A trajetória estudantil no Brasil é marcada pela resistência: desde a luta contra a Ditadura Militar, passando pelo movimento das Diretas Já, até os recentes protestos em defesa da educação pública e gratuita. Entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e grêmios estudantis têm papel fundamental na organização das pautas da juventude e na defesa de uma educação emancipadora e de qualidade.

Materiais de apoio

- Livro: “Por uma vida melhor” de Heloísa Ramos
- Documentário: “Espero tua (re)volta”, dirigido por Eliza Capai (disponível no YouTube e Globoplay)
- Série: “Segunda Chamada” (Globoplay), que retrata o cotidiano de estudantes da EJA



Agosto

Semana Maria da Penha

A Lei nº 16.044/2016 institui no Ceará a Semana Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, realizada em alusão da Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006). A iniciativa propõe mobilizar escolas, comunidades e instituições públicas para ações educativas e formativas que promovam a igualdade de gênero e a prevenção das violências contra meninas e mulheres.

A proposta busca incentivar práticas pedagógicas que rompam com estereótipos e violências naturalizadas no cotidiano escolar, promovendo espaços de escuta, acolhimento e empoderamento feminino. É também uma oportunidade para fortalecer o compromisso da educação com os direitos humanos, a equidade e a justiça social.

A Semana Maria da Penha convoca a escola a assumir um papel ativo na construção de uma cultura de paz, enfrentando as desigualdades de gênero com diálogo, formação crítica e ações que valorizem as vozes e experiências das mulheres.

Materiais de apoio

- Livro: “A Lei Maria da Penha na Sala de Aula” de Wânia Pasinato e Maria Aparecida Gugel
- Música: “Maria da Vila Matilde” de Elza Soares
- Documentário: “Quem Matou Eloá?”, dirigido por Lívia Perez (disponível no Globoplay e YouTube)
- Série educativa: “Maria da Penha: o Brasil Contra a Violência”, disponível na TV Justiça e YouTube



Setembro

21/09 – DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, celebrado em 21 de setembro, foi instituído oficialmente pela Lei nº 11.133/2005. A data, escolhida por coincidir com o início da primavera e simbolizar o renascimento e a renovação da inclusão, já era marcada por mobilizações sociais desde 1982.

O objetivo é promover a conscientização sobre a importância da acessibilidade, da equidade de oportunidades e do respeito aos direitos das pessoas com deficiência. A data reforça a luta por uma sociedade livre de barreiras físicas, sociais e atitudinais, além de reivindicar a efetiva implementação da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015).

Materiais de apoio

- Livro: “O que é deficiência?” de Débora Diniz (Coleção Primeiros Passos)
- Documentário: “Crip Camp: Revolução pela Inclusão”, produzido por Barack e Michelle Obama (disponível na Netflix)
- Série: “Especial – Protagonismo e Direitos da Pessoa com Deficiência”, disponível no canal da TV Brasil e YouTube



Outubro

01/10 – DIA NACIONAL DO IDOSO E DIA INTERNACIONAL DA TERCEIRA IDADE

O Dia Nacional do Idoso, celebrado em 1º de outubro, foi oficializado pela Lei nº 11.433/2006 e coincide com o Dia Internacional da Terceira Idade, instituído pela ONU em 1991. No Brasil, a data também marca a sanção do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), que estabelece os direitos das pessoas com 60 anos ou mais, incluindo acesso à saúde, ao transporte, à moradia, à cultura e à proteção contra todas as formas de violência.

A data é um chamado à valorização do envelhecimento digno, ativo e participativo, além de reforçar a importância de políticas públicas que combatam o etarismo (discriminação por idade), promovam o cuidado intergeracional e reconheçam os idosos como sujeitos de direitos e de história.

Materiais de apoio

- Livro: “Velhice: modos de ver, modos de viver” de Ecléa Bosi
- Música: “O velho” de Chico Buarque
- Documentário: “Envelhescência”, dirigido por Gabriel Martinez (disponível gratuitamente no YouTube)
- Série: “As Five” (Globoplay), com reflexões sobre o cuidado com os mais velhos nas relações familiares



Novembro

20/11 – DIA NACIONAL DE ZUMBI E DA CONSCIÊNCIA NEGRA



O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído pela Lei nº 12.519/2011 em homenagem a Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo da história do Brasil e símbolo da resistência negra contra a escravidão. A data marca a luta por igualdade racial, reconhecimento da história e valorização das contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros na construção do país.

Mais do que uma celebração, o 20 de novembro é um dia de denúncia do racismo estrutural e das desigualdades históricas que impactam a população negra no acesso à educação, saúde, moradia, trabalho e segurança. Movimentos como a UNEGRO, o MNU (Movimento Negro Unificado), organizações quilombolas e coletivos periféricos atuam em defesa da justiça racial, da memória dos ancestrais e da construção de uma sociedade antirracista.

Materiais de apoio

- Livro: “Pequeno Manual Antirracista” de Djamil Ribeiro
- Música: “Negro Drama” de Racionais MC’s
- Documentário: “AmarElo – É tudo pra ontem”, de Emicida (Netflix)
- Série: “Falando Negro”, disponível no YouTube

DEZEMBRO FÉRIAS ESCOLARES

10/12 Dia Internacional dos Direitos Humanos

